



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Marília

ADLER EDUARDO DIAS SHIRAKURA

A Revolução Espanhola (1931-1939): Um debate entre Leon Trotsky e Andreu Nin

Marília, SP
2018

ADLER EDUARDO DIAS SHIRAKURA

A Revolução Espanhola (1931-1939): Um debate entre Leon Trotsky e Andreu Nin

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Campus de Marília, para a obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri

Marília, SP
2018

S558r

Shirakura, Adler Eduardo Dias

A Revolução Espanhola (1931-1939): Um debate entre
Leon Trotsky e Andreu Nin / Adler Eduardo Dias

Shirakura. -- Marília, 2018

143 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: Dr. Leandro de Oliveira Galastri

1. Ciência Política. 2. Revoluções. 3. Partidos
Comunistas. 4. Frentes Populares. 5. Contra-Revoluções.
I. Título.

ADLER EDUARDO DIAS SHIRAKURA

A Revolução Espanhola (1931-1939): Um debate entre Leon Trotsky e Andreu Nin

Dissertação para obtenção do título de Mestre, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Campus de Marília, na Área de Concentração em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri (Orientador)

Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UNESP, Campus de Marília

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UNESP, Campus de Marília

Prof. Dr. Aruã Silva de Lima

Docente do Programa de Pós-Graduação em História, UFAL, Campus Sertão

Marília, 31 de agosto de 2018.

Dedico aos homens e mulheres que sacrificaram suas vidas pela causa da revolução social na Espanha, que seu exemplo seja um farol que ilumine o futuro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa.

A todos os funcionários da UNESP de Marília que com seu trabalho cotidiano, muitas vezes imperceptível a um olhar desatento, propiciaram as condições para minha formação. Em especial, às funcionárias da Seção Técnica de Pós-Graduação pelo empenho, eficiência e gentileza de sempre.

Aos colegas de trabalho: Mário, Michele, João e Marcelo, pela paciência e parceria durante o período de realização desta pesquisa.

Ao Grupo de Pesquisa “Marxismo, Estado, Política e Relações Internacionais” pelos instigantes debates.

Aos professores e colegas estudantes que durante essa pesquisa me propiciaram, das maneiras mais variadas, imprescindíveis estímulos intelectuais.

Ao Prof. Dr. Valério Arcary, um dos membros da banca do Exame Geral de Qualificação, que contribuiu sabiamente com sua vasta experiência para concretização desta dissertação.

Aos membros da banca de defesa: Prof. Dr. Aruã Silva de Lima, que partilhou conosco seus conhecimentos, contribuindo para esta dissertação; ao Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos, que engrandeceu o debate acerca do tema.

Ao orientador, Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri, meu agradecimento especial pelo acolhimento, respeito, dedicação, paciência e generosidade em dividir comigo sua experiência e me apoiar nas escolhas que fiz para o rumo desta pesquisa.

Aos meus pais, Orlindo e Maria José, a minha tia, Josefa, a minha irmã, Andréia, e ao meu cunhado, Pavel, pelo carinho e apoio de sempre.

Ao Dom pelas alegrias e por manter meu pé sempre aquecido embaixo da escrivadinha.

Agradeço especialmente a minha companheira, Ana Paula Rodrigues, parceira e cúmplice em todos os momentos, a mais sagaz interlocutora, a mais feroz crítica, a mais incansável incentivadora, a mais atenta leitora, a mais paciente revisora ortográfica, a pessoa sem a qual todo o processo de criação e desenvolvimento desse trabalho se tornaria angustiantemente solitário.

Meu muito obrigado!

“A vida é bela, que as gerações futuras a limpem de todo o mal, de toda opressão, de toda violência e possam gozá-la plenamente.”

(Leon Trotsky)

RESUMO

A presente pesquisa trata-se de um estudo sobre a estratégia revolucionária da classe operária a partir das polêmicas e convergências entre duas personalidades que representaram as tendências revolucionárias da classe operária espanhola: Leon Trotsky e Andreu Nin. Ambos os teóricos e dirigentes políticos marxistas, tinham em comum a luta pela revolução socialista e a oposição à burocratização da URSS. O primeiro se transformando em líder da Quarta Internacional, e o segundo em líder do POUM.

Palavras-chave: Revolução Espanhola. Partido Operário de Unificação Marxista. Quarta Internacional. Leon Trotsky. Andreu Nin.

ABSTRACT

This research is a study on the revolutionary strategy of the working class from the controversies and convergences between two personalities who represented the revolutionary tendencies of the Spanish working class: Leon Trotsky and Andreu Nin. These Marxist theorists and political leaders had in common the struggle for the socialist revolution and the opposition to the bureaucratization of the USSR. The first became the leader of the Fourth International, and the second the leader of the POUM.

Keywords: Spanish Revolution. Workers Party of Marxist Unification. Fourth International. Leon Trotsky. Andreu Nin.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

(em ordem alfabética)

AIT: Associação Internacional do Trabalho. Também conhecida como I Internacional. Fundada em 1864 por Marx e Engels.

BOC: Bloco Operário e Camponês. Organização de massas da FCC-B. Foi uma das duas organizações que se fundiram para formar o POUM.

CCMA: Comitê Central de Milícias Antifascistas. Organização operária que unificava em um mesmo organismo dirigente os diversos comitês que surgiram na Espanha após o início da guerra civil.

CEDA: Confederação Espanhola das Direitas Autônomas. Coletivo que unificava as organizações e instituições de direita, de diversas matrizes ideológicas, durante a II República.

CGT: Confederação Geral do Trabalho (*Confédération Générale du Travail*). Central Sindical Francesa, fundada em 1895, que serviu de inspiração para a formação da CNT.

CNT: Confederação Nacional do Trabalho. Fundada em 1910, foi a Central Sindical com maior influência na Catalunha, ideologicamente abrigava duas correntes majoritárias: o anarquismo e o sindicalismo revolucionário.

FAI: Federação Anarquista Ibérica. Coletivo anarquista que dirigiu a CNT nos momentos agudos da revolução.

FCC-B: Federação Comunista Catalã-Balear. Organização comunista da Catalunha, foi expulsa do PCE por ser considerada “separatista”.

IC: Internacional Comunista. Partido internacional operário, fundado em 1919, pelo Partido Bolchevique russo após a Revolução de Outubro. Após a morte de Lenin, começa a se burocratizar conjuntamente com a URSS.

ICE: Esquerda Comunista Espanhola. Novo nome da OCE, adotado depois da sua III Conferência, em 1932. Foi uma das duas organizações que se fundiram para formar o POUM.

ISR: Internacional Sindical Vermelha. Agrupação sindical vinculada a IC.

JAP: Juventud Acción Popular. Grupo de extrema direita espanhol, liderado por Ramón Serrano Suñer, cunhado de Franco.

JONS: Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista. Uma das organizações fascista espanhola.

NEP: Nova Política Econômica. Plano Econômico idealizado por Lênin em 1921, para restabelecer parcialmente o comercio privado na Rússia.

OCE: Oposição Comunista Espanhola. Primeira organização espanhola ligada a Oposição Internacional.

OEI: Oposição de Esquerda Internacional. Fração da IC fundada em 1930, liderada por Leon Trotsky.

PCE: Partido Comunista da Espanha. Chamado também de Partido Oficial, foi o partido ligado a IC.

PCF: Partido Comunista Francês. Organização da IC na França.

POUM: Partido Operário de Unificação Marxista. Partido comunista não stalinista, fundado em 1935 pela fusão de duas organizações: a ICE e o BOC.

PSOE: Partido Socialista Operário Espanhol. Fundado em 1879 por Pablo Iglesias, foi a organização espanhola da II Internacional.

SI: Secretariado Internacional. Grupo dirigente da Oposição de Esquerda.

UGT: União Geral dos Trabalhadores. Primeira Central Sindical espanhola, fundada em 1888, foi historicamente dirigida pelo PSOE.

URSS: União das Republicas Socialistas Soviéticas. Criada em 1922, reunia a Rússia e republicas próximas que adotaram o modelo soviético.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 ELEMENTOS HISTÓRICOS: A REVOLUÇÃO ESPANHOLA.....	22
1.1 Introdução Histórica	22
1.2 Anarquistas e Socialistas	25
1.3 Comunistas	29
1.3.1 A classe operária espanhola e a Revolução Russa.....	32
1.3.2 Formação do Partido Comunista na Espanha.....	34
1.4 As tarefas da Revolução Espanhola	44
1.4.1 A Questão Agrária	44
1.4.2 A industrialização	46
1.4.3 A Igreja.....	46
1.4.4 O exército	48
1.4.5 A Unidade Nacional e a Questão Colonial.....	49
1.5 Breve história da Revolução Espanhola	50
2 TROTSKY E NIN: AS DIVERGÊNCIAS E SEU SIGNIFICADO.....	62
2.1 Apontamentos Preliminares	62
2.1.1 Andreu Nin e a Oposição de Esquerda	62
2.1.2 O proletariado e Revolução Democrática: Breves apontamentos sobre a Teoria da Revolução Permanente no contexto espanhol.....	64
2.2 A Correspondência entre Trotsky e Nin	68
2.2.1 O caso Rosmer-Molinier.....	68
2.2.2 Como construir a Oposição de Esquerda na Espanha.....	74
2.3 A ruptura entre Leon Trotsky e Andreu Nin.	86
2.3.1 A III Conferência Nacional da OCE	86
2.3.2 A III Internacional está morta!.....	92
2.3.3 Duas faces de uma mesma moeda: Centrismo e Sectarismo	94
2.3.4 POUM: A Ruptura entre Leon Trotsky e Andreu Nin	97
3 TROTSKY E NIN: AS DIVERGÊNCIAS POSTAS EM PRÁTICA	101
3.1 Frente Popular	101
3.2 Duplo Poder e Órgãos de Poder	116
CONCLUSÃO.....	127

Bibliografia Citada	135
Bibliografia Consultada	140
Filmes	143

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a Revolução Espanhola só começaram a ser produzidos quantitativamente a partir do final da ditadura de Franco, na década de 70 do século XX. Mais de 40 anos se passaram desde então, e muitas pesquisas foram produzidas, entretanto, no Brasil esse tema continua pouco explorado, são raras as obras que abordam esse assunto, tanto de pesquisas brasileiras, quanto traduções estrangeiras.

Para compreendermos a importância histórica da revolução espanhola são necessários alguns apontamentos sobre os acontecimentos mundiais. Durante as três primeiras décadas do século XX, vários fenômenos sociais e políticos de grande magnitude foram observados: uma guerra envolvendo todas as principais potências mundiais (I Guerra Mundial), uma revolução proletária vitoriosa (Rússia), uma contra revolução fascista (Itália), uma crise econômica de proporções globais (crise de 1929), além de diversas crises, guerras e conflitos sociais de menor intensidade.

Desde a perspectiva do movimento operário, o início do século XX também marcou grandes acontecimentos. A II Internacional, fundada por Friedrich Engels se tornou um verdadeiro partido mundial, com forte representação partidária nos principais países do mundo, e um poderoso aparato internacional. Entretanto, a política nacionalista dos seus principais partidos frente à ascensão da I guerra demonstrou sua falência enquanto organização para a revolução proletária mundial (SAGRA, 2005).

Em 1917, os trabalhadores russos realizaram a maior revolução proletária da história (Revolução Russa ou Revolução de Outubro), sob a liderança de Lênin e Trotsky, e construíram o primeiro Estado Operário do mundo. Essa realização, de consequências históricas inigualáveis até então, foi um farol luminoso para os operários do mundo todo. Da Revolução Russa nasceu o novo partido operário mundial: a III Internacional.

Durante a década de 1920, a URSS passou por profundas mudanças políticas. Devastada pela Guerra Mundial e subsequente guerra civil, a situação econômica era crítica, a fome era uma realidade, a indústria funcionava em escala menor do que antes da guerra, o desemprego gerou a emigração da cidade para o campo, grande parte da geração operária que construiu a revolução em 1917 havia tombado em batalha, a realidade apresentava um desafio nunca antes proposto a um partido operário: edificar o primeiro Estado operário do mundo em um país atrasado e devastado.

A resposta do partido de Lênin à crítica situação econômica e social russa foi a Nova Política Econômica (NEP)¹. A NEP foi um recuo da revolução, uma concessão ao modo de produção e troca capitalista, necessária para recuperação imediata da economia russa. A NEP cumpriu seu papel, estabilizando em curto prazo a economia, entretanto, produziu também o fortalecimento de setores sociais não proletários, e o desenvolvimento da burocracia.

Na segunda metade de 1921, Lênin é afastado do seu trabalho cotidiano no Estado e no partido devido a sua situação de saúde. Durante o período de enfermidade de Lênin, Stalin passa a concentrar cada vez mais poder, fato notado pelo próprio Lênin: “O camarada Stalin, tendo chegado ao Secretariado Geral, tem concentrado em suas mãos um poder enorme, e não estou seguro que sempre irá utilizá-lo com suficiente prudência” (LENIN, 2006, n.p.).

Em 1923, a URSS atravessava sua primeira grande crise econômica pós-NEP, a crise das tesouras, caracterizada pela queda dos preços da produção agrícola e a ascensão dos preços dos produtos manufaturados, conjuntamente, a redução dos salários e o descenso dos empregos provocaram diversas greves, e uma considerável tensão social. Em que se pesem as divergências preexistentes, a solução para a crise foi o catalisador da divisão dos comunistas.

Nesse ano, a partir do documento que ficou conhecido como “plataforma dos 46”², nasceu a Oposição de Esquerda, que se opunha a política do grupo dirigente da URSS, a Troika³. No plano econômico a oposição propunha medidas para acelerar a industrialização da URSS, e no plano político exigiam medidas de combate à burocratização, e a democratização do partido comunista.

Esse conflito encontraria seu desfecho no XIII Congresso do Partido Comunista Russo, que apesar de aprovar formal e parcialmente algumas questões levantadas pela oposição, como a necessidade de maior democratização do partido, condenou a Oposição de Esquerda, definindo-a como fruto de um desvio pequeno burguês.

Dois elementos se destacam no período que antecedeu o congresso, o primeiro é a entrada massiva de novos membros no partido por meio de um programa chamado “recrutamento Lênin”, pelo qual aproximadamente 200.000 novos membros foram recrutados,

¹ Nova Política Econômica (NEP): Instaurada em 1921 visava reestabelecer parcialmente o comércio privado na Rússia, como forma de amenizar os problemas de abastecimento gerados por uma economia destruída pela I guerra mundial, e posteriormente pela guerra civil.

² Documento político e programático encaminhado à direção do Partido Comunista Russo, foi assinado por 46 destacadas personalidades do partido. Trotsky não assinou esse documento, mas havia encaminhado anteriormente uma carta ao Comitê Central do Partido Comunista Russo com o mesmo espírito.

³ A Troika foi o triunvirato formado por Zinoviev, Kamenev e Stalin. Em grande medida ela foi formada para disputar a sucessão de Lênin, e bloquear a ascensão de Trotsky, que era visto como sucessor natural.

com os métodos de seleção da Troika e alheios às experiências anteriores do partido (LIZ, 2005). Esse novo montante correspondia a quase metade dos 485.000 membros totais do partido existentes no congresso anterior (STALIN, 1954). O segundo diz respeito aos métodos burocráticos utilizados pela Troika durante o conflito, em substituição à discussão política, tais como as calúnias pessoais, as ameaças, e as demissões⁴, conforme nos relata Liz.

Fazem-se assembleias do partido em Moscou (11 de dezembro) e Petrogrado (dia 15) onde os argumentos de Trotski e os 46 tomam impulso. Ainda continuam a sair artigos no *Pravda*, mas seu diretor é demitido por escrever, no dia 16 de dezembro, que 'a calúnia e as acusações infundadas se tornaram as armas de discussão de inúmeros camaradas'. Efetivamente, no dia anterior, Stalin acusou Trotski de "menchevique infiltrado" no partido. Estava-se começando a utilizar, pela Troika e seu corifeus, a mentira e o insulto como métodos políticos. (LIZ, 2005, p.81, tradução nossa)

A Troika derrotou a Oposição de Esquerda, posteriormente Stalin se sobressaiu aos demais membros do triunvirato, apoiado em membros menos destacados do comitê central do partido. Zinoviev e Kamenev recorreram à oposição, e com ela formaram a Oposição Unificada. A Oposição Unificada também foi derrotada, Zinoviev e Kamenev renegaram sua política em troca do perdão de Stalin, mas, foram julgados e executados anos mais tarde. Trotsky, por sua vez foi exilado em Alma-Ata. Os líderes mais prestigiados da oposição foram designados a cargos em lugares longínquos e pouco importantes, que alguns historiadores consideram um exílio disfarçado, os membros menos conhecidos foram encarcerados. A Oposição de Esquerda havia sido fortemente golpeada, estava desorganizada e dispersa.

Ainda que Oposição de Esquerda contasse com diversos apoiadores e simpatizantes estrangeiros, que sua luta política com a burocracia soviética interferisse – direta e indiretamente – no movimento comunista mundial, e que houvesse travado algumas batalhas no campo internacional, como a política para a revolução chinesa, por exemplo, ela foi, durante a década de 1920, fundamentalmente russa. Durante esse período, a Oposição de Esquerda esperava corrigir os rumos que o movimento comunista havia adotado no seio do único Estado operário da época, mas, a partir da década de 1930, o conflito se expandiu para as outras seções nacionais do movimento comunista mundial.

⁴ Cabe destacar que os métodos burocráticos de conflito político eram estranhos à tradição bolchevique e, para Trotsky, o burocratismo nesse momento era maior do que no período de guerra (LIZ,2005). Entretanto, tais discussões ainda eram possíveis na imprensa do partido, alguns anos mais tarde o burocratismo atingiria graus muito maiores.

Em 1929, de seu exílio em Prinkipo (Turquia), Trotsky escreveu a diversos grupos contrários à política de Stalin, na tentativa de encontrar uma base comum para um reagrupamento internacional da oposição. Nessas cartas, ele pediu a cada grupo para expressassem pormenorizadamente suas opiniões sobre três questões, que considerava fundamentais: 1) a situação da URSS; 2) a revolução chinesa; 3) o comitê anglo-russo (PAGÈS, 1977). Em abril de 1930, foi fundada a Oposição de Esquerda Internacional, que se reivindicava parte da Internacional Comunista, e lutava para reformá-la, ou mais exatamente, para regenerá-la, retornando ao espírito do seu terceiro e quarto congresso (SAGRA, 2005).

Paralelamente, em 1929, os EUA vivenciavam a maior crise de sua história, que teve ressonância na economia mundial, esse acontecimento de proporções históricas abriu a década de 1930, que terminou com outro momento emblemático na história da humanidade: a eclosão da II Guerra Mundial. No período histórico entre esses dois eventos marcantes na história do século XX, outros acontecimentos de grande importância se desenvolveram: O fascismo se instabilizava na Itália, e ganhava força na Áustria e na Alemanha. A URSS se burocratizava cada vez mais profundamente, e durante a década de 1930, a casta burocrática passou a eliminar fisicamente os remanescentes da vanguarda da classe operária russa que havia feito a revolução, através dos processos de Moscou. Em 1933 Hitler subia ao poder na Alemanha, e a Oposição de Esquerda abandonaria a perspectiva de reforma da IC, e começaria a se preparar para fundar uma nova Internacional.

Durante toda essa conturbada década a Espanha viveu um período revolucionário, com ressonâncias para o desenvolvimento de toda conjuntura mundial posterior. As paixões que envolveram a vanguarda do proletariado mundial ao redor da Espanha são muito difundidas, entretanto a história do processo espanhol e principalmente sua análise política ainda permite grande margem a pesquisa, principalmente no Brasil.

Marx afirmou que a consciência do homem é determinada pelo modo de produção, ou seja, pela forma em que ele organiza o trabalho, e que um período revolucionário é um momento histórico que se apresenta quanto às forças produtivas entram em choque com as fronteiras do modo de produção.

Na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um dado grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que lhes determina o ser; ao contrario, seu ser social

determina sua consciência [...] Em um certo estado de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou o que não é mais que a expressão jurídica disso, com as relações de propriedade no seio das quais se haviam movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas que eram, estas relações transformam-se em seus entraves. Abre-se então uma época de revolução social [...] (MARX, 2008, p.47)

Não há dúvidas de que o período revolucionário é consequência de contradições estruturais de um determinado modo de produção. O capitalismo internacionalizou a economia mundial, mas os distintos Estados se desenvolvem com ritmo desigual, quando um período revolucionário se abre em um país economicamente atrasado, esse processo não pode se desenvolver da mesma maneira que nas revoluções burguesas clássicas, no caso espanhol, a revolução precisava resolver as questões democráticas que seus vizinhos Inglaterra e França já haviam resolvido há muito tempo, esse atraso constitui uma grande diferença, a Espanha era uma monarquia, entretanto, sua economia possuía um caráter combinado, coexistiam os rudimentares métodos de produção feudais, principalmente no meio rural, com avançados modo de produção capitalista, principalmente a indústria leve da Catalunha e a indústria extrativa no País Basco, socialmente a alta burguesia possuía profundos laços com a nobreza e, ao mesmo tempo, a classe operária já era um fator social relevante.

A revolução democrática na Espanha não seria levada a cabo a não ser pela hegemonia da classe trabalhadora, a burguesia buscava limitar a revolução ao seu caráter político. Não obtiveram sucesso, com isso a maior parte da burguesia espanhola se voltou para a alternativa fascista, que englobava também as classes privilegiadas pré-capitalistas. Por outro lado, a classe operária se uniu a burguesia republicana ou, mais precisamente, a seus representantes políticos, construindo a Frente Popular.

A história da revolução espanhola foi muitas vezes contada através da perspectiva dicotômica entre a Frente Popular e o fascismo. Esse trabalho não busca seguir esse caminho, nosso objeto de estudo é a revolução espanhola, mas desde a perspectiva da classe trabalhadora, ou mais precisamente, da vanguarda revolucionária da classe trabalhadora.

A importância dos acontecimentos espanhóis ultrapassam muito os testes bélicos e conflitos diplomáticos que antecederam a II Guerra Mundial, desde a perspectiva do movimento operário, a Espanha foi à chance histórica de criar um novo polo de atração revolucionário oposto à burocracia stalinista, e resgatar o caráter revolucionário do marxismo para milhões de jovens trabalhadores em todo o mundo, antes das burguesias dos principais países capitalistas levassem o mundo a uma nova guerra mundial. Nesse contexto, a Espanha se tornou o centro da luta de classes mundial a partir de 1936.

O objetivo de pesquisa sobre o qual esse trabalho busca jogar luz é a estratégia revolucionária da classe trabalhadora na Revolução Espanhola. O Partido Operário de Unificação Marxista (POUM) é retratado muitas vezes como um partido de orientação trotskista, nesse trabalho pretendemos resgatar o debate entre Leon Trotsky⁵ e Andreu Nin⁶, principal líder do POUM durante os processos revolucionários de 1936/37, com o objetivo de verificar se as diferenças entre esses dois dirigentes comunistas adquirem um caráter qualitativo, ou seja, se existiam duas estratégias distintas no campo do marxismo revolucionário.

⁵ Lev Davidovitch Bronstein (1879 – 1940), conhecido pelo pseudônimo de Leon Trotsky, destacado membro do Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Russos, presidente do Soviet de Representantes Operários em 1905, presidente do Soviet de Deputados Operários e Soldados de Petrogrado e do Comitê Militar Revolucionário em 1917, um dos principais líderes bolcheviques durante a revolução de outubro, fundador e membro do Politburo do Partido Comunista da União Soviética, Comissário do Povo para Relações Exteriores em 1918, Comissário do Povo para Assuntos Militares e Navais 1018 a 1925, fundador do Exército Vermelho, principal líder da Oposição de Esquerda, chefiou os opositores contra a burocratização da União Soviética, exilado em 1929, fundador e principal liderança da Quarta Internacional.

⁶ Andreu Nin i Pérez (1892 – 1937), secretário do Comité Nacional da CNT 1919, delegado da CNT para o terceiro congresso da III Internacional Comunista, Membro do Secretariado da Internacional Sindical Vermelha, fundador e líder da Oposição Comunista Espanhola (OCE), e posteriormente Esquerda Comunista da Espanha (ICE), membro do Secretariado Internacional da Oposição de Esquerda, fundar e líder do POUM, Ministro da Justiça da Catalunha 1936.

1 ELEMENTOS HISTÓRICOS: A REVOLUÇÃO ESPANHOLA

1.1. Introdução Histórica

No início do século XX, a Espanha era um país atrasado, com grande parte do solo cultivável improdutivo, com métodos de cultivo arcaicos, alta concentração da propriedade fundiária, e baixa industrialização, concentrada majoritariamente na Catalunha e no País Basco. Nessas condições, na balança comercial espanhola as importações superavam as exportações. Soma-se a esse quadro: 1) a existência de um amplo setor parasitário, alocado principalmente no exército, que exigia do Estado meios para manter seus privilégios; 2) uma educação rudimentar, dominada pela igreja, e acessível apenas a uma ínfima parte da sociedade; e, finalmente 3) um grave problema de unidade nacional, que não foi totalmente resolvido nos séculos anteriores.

O atraso espanhol possui causas particulares. A Espanha viveu outrora um período de grande florescimento, ela foi a primeira grande potência mercantil. No final do século XV, as guerras de reconquista⁷ se encerraram após a retomada de Granada – último território muçumano na península – pelos exércitos de Fernando II de Aragão, e Isabel I de Castela, processo que culminou na unificação desses reinos no Reino de Espanha.

No século XVI, durante o reinado de Carlos I, a Espanha passou por um momento de guerra civil – Guerra da Junta Santa⁸, que Marx chamou de a única revolução séria na Espanha até o século XIX (MARX; ENGELS, 1978), na qual as cortes se opuseram as pretensões absolutistas do Rei Carlos I. O Rei, entretanto, venceu o conflito, apoiando-se no clero e na nobreza agrária, que estavam descontentes com suas baixas representatividades na corte.

⁷ Durante o século XX, o conceito de “reconquista” foi questionado por alguns estudiosos. A polêmica abrange a discussão antropológica sobre os povos que habitavam a península ibérica antes da ocupação muçumana, sua distribuição geográfica e influência cultural (JIMÉNEZ, 2003), assim como a possível utilização política e ideológica do termo (SALOMA, 2011). Essa polêmica ultrapassa os limites desse trabalho. Para a finalidade que nos interessa, optamos pela utilização do termo mais usual, com o objetivo de nos referir aos conflitos na península ibérica ocorridos entre o século VIII e XV.

⁸ A Guerra da Junta Santa foi uma rebelião liderada pelos *comuneros*, representantes das cidades nas Cortes e nos *Ayuntamientos* (órgãos de representação que se desenvolveram no período das guerras de reconquista), formalmente a revolta ocorreu contra camarilha flamenga que ocupava os principais cargos da corte, mas essencialmente, foi uma “defesa das liberdades da Espanha medieval frente às ingerências do moderno absolutismo” (MARX; ENGELS, 1978, p.8-9, tradução nossa).

O papel centralizador do capital comercial, e a formação gradual da nação espanhola, foram as bases que fortaleceram a monarquia (TROTSKY, 2014). A exploração das colônias americanas, então recentemente descobertas, encheu os cofres da Coroa, e aumentou a força do Rei, o qual já expressava uma forte tendência à centralização absolutista.

A Espanha se tornou a primeira grande potência mercantil, impondo sua hegemonia aos concorrentes europeus. Entretanto, as causas de seu apogeu foram também às causas de sua ruína. A exploração do minério americano ajudou a constituir uma nobreza acomodada. A monarquia absolutista se transformava em um freio para o desenvolvimento comercial das cidades, que pouco a pouco foram perdendo suas antigas posições de destaque no comércio mundial. Com isso, as grandes rotas comerciais passariam a se deslocar da península ibérica para outros países. Dessa forma, o desenvolvimento do comércio, e com ele, as novas formas de produção que se desenvolveram na Europa nos séculos seguintes, não se desenvolveram na Espanha.

A partir de 1588, com a derrota da esquadra invencível – a poderosa marina espanhola – da grande Espanha do passado murchou como uma fruta madura, em um prolongado processo, que Marx chamou de “putrefação lenta e inglória” (MARX; ENGELS, 1978, p. 11, tradução nossa).

A monarquia absolutista espanhola possuía mais traços em comum com o despotismo asiático, do que com o absolutismo europeu (MARX; ENGELS, 1978), enquanto na Europa a monarquia absolutista se desenvolveu apoiando-se nas cidades, contra as velhas castas feudais, na Espanha a força da monarquia absolutista vinha da impotência tanto das velhas castas feudais, quanto das cidades (TROTSKY, 2014).

O atraso econômico da Espanha debilitou as tendências centralizadoras do capitalismo. A decadência das cidades, a estagnação do comércio externo e interno, e a baixa industrialização produziram uma interdependência das províncias, que não só dificultava a unificação política, administrativa e fiscal, mas também, fortaleceu os particularismos.

O despotismo oriental só ataca a autonomia municipal quando esta se opõe a seus interesses diretos, mas permite de bom grado a sobrevivência dessas instituições enquanto o eximem do dever de fazer algo e lhe evitem a moléstia de exercer a administração com regularidade. (MARX; ENGELS, 1978, p.18, tradução nossa)

No século XIX, a Espanha perdeu todas as suas colônias na América, a ampla maioria delas já nas primeiras décadas, com os movimentos de independência. Nos últimos anos do

século, o movimento de independência de Cuba se transforma em uma guerra entre Espanha e E.U.A. – Guerra Hispano-Americana – na qual a Espanha acaba derrotada.

Privada das riquezas oriundas das colônias americanas, atrasada em todos os sentidos frente aos concorrentes europeus, sem recursos para satisfazer os apetites das classes dominantes, e com as tendências separatistas, o século XIX foi marcado por diversos levantes em solo espanhol. Marx se interessou pela história da Espanha na segunda metade desse século. Fascinado pelos processos revolucionários que se desenvolviam nesse país, chegou a afirmar que “não é exagero dizer que não há outra parte da Europa [...] que ofereça para o observador reflexivo um interesse tão profundo quanto a Espanha nesse momento” (MARX; ENGLES, 1978, p. 7, tradução nossa).

No entanto, todos os levantes revolucionários espanhóis do século XIX fracassaram. A causa principal desse desfecho foi a impotência da burguesia para se colocar a frente da nação e realizar sua própria revolução, tal qual a fizeram outros países europeus. A monarquia sobrevivia porque era indispensável às classes dominantes espanholas, tanto à nobreza e o clero, quanto à burguesia. Não é inútil notar que em todos os levantes desse século, apenas uma pequena fração da burguesia apresentava um programa radical, propriamente burguês, e independente da monarquia (TROTSKY, 2014).

No entanto, a monarquia espanhola sobrevivia vegetando na impotência dessas classes, e dependente de constantes *pronunciamentos*⁹. O exército foi, em diversos momentos, o pilar mais sólido de sustentação da sociedade espanhola, a única instituição capaz de manter a unidade nacional nos momentos de maior divisão entre as classes dominantes.

Como vimos, o desenvolvimento espanhol se encontrava em um beco sem saída, os constantes levantes eram um indicador de que a monarquia esgotava suas últimas forças. Porém, concomitantemente as recorrentes derrotas desses levantes indicavam que a burguesia não era capaz de superar o impasse. Um novo elemento contribuía para alterar substancialmente a situação: A industrialização da Espanha, que começou massivamente no século XIX, sustentada pelos investimentos estrangeiros vindos da Inglaterra e da França.

Com a industrialização surgia um novo agente histórico, com potencialidade para superar definitivamente o impasse político, social e econômico da Espanha: a classe operária.

⁹ Golpe de Estado militar. Na tradição política espanhola havia se tornado comum os “pronunciamentos” em situações de tensão social.

1.2. Anarquistas e Socialistas

No século XIX, a jovem classe operária espanhola ainda se formava quando o movimento operário criava seu primeiro instrumento de organização mundial, a Associação Internacional dos Trabalhadores¹⁰ (AIT), também conhecida como I Internacional. Pode-se dizer que a AIT foi responsável pelo alicerce da organização do proletariado espanhol, que como ela, logo se dividiu entre libertários e socialistas, com inegável preponderância dos primeiros.

Em 1848, a Europa foi o cenário de diversas revoluções (Primavera dos Povos), entretanto todas foram derrotadas, iniciando um período reacionário, de forte perseguição política, e de refluxo da classe operária mundial. Quando a AIT foi fundada, em 1864, esse período reacionário estava começando a definh¹¹, entretanto, as dificuldades organizacionais desse período reacionário ainda não haviam sido superadas. Assim, nos seus primeiros anos, a AIT foi ampla o suficiente para agregar diversas correntes do movimento operário, entretanto, na medida em que se desenvolvia e tomava forma, os antagonismos passaram a se mostrar cada vez mais evidentes (SAGRA, 2005). O principal embate se deu entre o Conselho Geral da AIT e o grupo de M. Bakunin, denominado Aliança da Democracia Socialista¹².

Bakunin acusava o Conselho Geral de ser autoritário, tanto por sua forma de organização, quanto por seu programa. Do ponto de vista organizacional, reivindicava a plena autonomia e independência das federações nacionais, restringindo o papel de qualquer congresso internacional a harmonizar as aspirações, as necessidades e as ideias do proletariado dos diferentes países; do ponto de vista programático, ele reivindicava a

¹⁰ A Associação Internacional dos Trabalhadores, ou I Internacional, foi a primeira organização internacional dos trabalhadores, fundada em 1864, em uma assembleia internacional sediada em Londres. Era dirigida por um Conselho Geral eleito em seus congressos e, desde sua fundação, esse conselho foi encabeçado por Karl Marx. A organização foi dissolvida em 1876.

¹¹ A crise econômica de 1857, a guerra de independência da Itália (1859), e a guerra civil nos Estados Unidos (1861), são alguns dos acontecimentos que anunciam essa mudança na conjuntura mundial.

¹² A Aliança da Democracia Socialista foi fundada por Mikhail Bakunin em 1868. Foi aceita na AIT com a condição de que se dissolvesse em suas seções. Formalmente essa exigência foi aceita pela Aliança, porém se transformaram em uma sociedade secreta dentro e fora da AIT. Foram acusados pelo Conselho Geral da AIT de constituir uma segunda organização internacional, que pretendia dividir a Associação entre “iniciados” e “profanos”, com a intenção de se apoderar dos organismos de direção sem que a maior parte dos membros da Associação nem mesmo soubessem de sua existência (SAGRA, 2005).

destruição imediata do Estado, se colocando contra a ditadura do proletariado (BAKUNIN, 1989).

Diferentemente, Marx e Engels defendiam que o proletariado em sua luta pela emancipação necessitaria momentaneamente do Estado, como um órgão para reprimir as aspirações reacionárias da burguesia e para garantir a eliminação de todas as formas de exploração, portanto, esse Estado não seria outra coisa, senão a ditadura do proletariado. Na medida em que desaparecessem sua necessidade, ou seja, na medida em que se extinguissem as classes sociais, o Estado definharia até sua abolição completa (MARX, 2012).

Em resposta à acusação feita pelos anarquistas, Engels afirmou:

Por que é que os anti-autoritários não se limitam a erguer-se contra a autoridade política, contra o Estado? Todos os socialistas concordam em que o Estado político e com ele a autoridade política desaparecerão como consequência da próxima revolução social, ou seja, que as funções públicas perderão o seu caráter político e se transformarão em simples funções administrativas protegendo os verdadeiros interesses sociais. Mas os anti-autoritários pedem que o Estado político autoritário seja abolido de um golpe, antes mesmo que se tenham destruído as condições sociais que o fizeram nascer. Pedem que o primeiro ato da revolução social seja a abolição da autoridade. Já alguma vez viram uma revolução, estes senhores? Uma revolução é certamente a coisa mais autoritária que se possa imaginar; é o ato pelo qual uma parte da população impõe a sua vontade à outra por meio das espingardas, das baionetas e dos canhões, meios autoritários como poucos; e o partido vitorioso, se não quer ser combatido em vão, deve manter o seu poder pelo medo que as suas armas inspiram aos reacionários. A Comuna de Paris teria durado um dia que fosse se não se servisse dessa autoridade do povo armado face aos burgueses? Não será verdade que, pelo contrário, devemos lamentar que não se tenha servido dela suficientemente? Assim, das duas uma: ou os anti-autoritários não sabem o que dizem, e, nesse caso, só semeiam a confusão; ou, sabem-no, e, nesse caso, atraíam o movimento do proletariado. Tanto num caso como noutro, servem à reação. (Engels, 2005, n.p.)

Para Marx, a questão da organização também estava intimamente ligada à questão programática. Ele acreditava que uma organização internacional dos trabalhadores deveria de fato constituir-se de modo orgânico, e não ser apenas um fórum de discussões, e concluía, por esses motivos, que essa organização internacional deveria possuir uma direção unificada, conforme afirma Sagra:

Marx entendia a Internacional como um movimento que deveria atuar sob uma direção central unificada, ainda que as seções nacionais tivessem liberdade de formular sua própria política, enquanto Bakunin defendia que todos os movimentos deviam gozar de absoluta liberdade de ação, sem receber nenhuma instrução de nenhum núcleo central (SAGRA, 2005, p.17)

Nessa época, a classe operária espanhola ainda engatinhava, pequena e pouco experiente, era fundamentalmente influenciada pelas ideias anarquistas da Aliança da

Democracia Socialista, e não chegou a exercer nenhum papel independente no levantamento de 1873. Nos momentos em que pode cumprir algum papel mais significativo limitou-se a servir como apoio da burguesia radical¹³ (MARX; ENGELS, 1978).

F. Engels, secretário da AIT para a Espanha, analisando esse processo, afirmou que a Espanha era demasiadamente atrasada no campo industrial para uma emancipação imediata da classe trabalhadora. Porém, no processo revolucionário em curso abriria uma oportunidade para que os obstáculos para a emancipação fossem rapidamente superados, com a condição de que a classe operária espanhola interviesse de maneira ativa, aproveitando a ocasião (MARX; ENGELS, 1978), o que não aconteceu, segundo Engels, pela política dos anarquistas, que guiaram a classe operária para uma política dependente dos aliancistas – ala esquerda do republicanismo burguês, chegando à conclusão de que “os bakuninistas espanhóis nos deram um exemplo insuperável de como não deve ser feita uma revolução” (MARX; ENGELS, 1978, p. 253, tradução nossa).

Após a dissolução da AIT, um pequeno núcleo de operários e intelectuais, liderados pelo tipógrafo Pablo Iglesias, fundou em 1879, o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), reivindicando a tradição internacional de K. Marx e F. Engels¹⁴. O desenvolvimento inicial do PSOE se deu lentamente, e em 1888, quase dez anos após sua fundação, o Partido fundaria a União Geral do Trabalhadores (UGT), a primeira central sindical espanhola (HEYWOOD, 1993).

No final da década de 1880, o movimento operário voltaria a construir uma nova organização mundial, a partir dos grupos e partidos que se constituíram em diversos países nessa década. Essa organização ficou conhecida como II Internacional¹⁵, e contou com a participação do PSOE.

¹³ Engels se refere à Primeira República Espanhola. Que teve início em fevereiro de 1873, quando o rei Amadeu I abdica e termina em dezembro de 1874, com um *pronunciamiento* que restauraria a monarquia. Engels qualifica essa breve república de “vergonhosa”, seu interesse se centra na análise da atuação dos anarquistas nesses acontecimentos: “Desta vergonhosa insurreição, só nos interessa aqui as façanhas, ainda mais vergonhosas, dos anarquistas de Bakunin, únicas que relatamos aqui com certo detalhe para prevenir com seu exemplo o mundo contemporâneo” (MARX; ENGELS, 1978. p. 234, tradução nossa).

¹⁴ Os fundadores do PSOE se reivindicavam adeptos das ideias de Marx, entretanto, diversos autores apontam a debilidade teórica desses pioneiros. Heywood os define como “marxistas descafeinados”, para ele a compreensão do marxismo durante os primeiros anos do PSOE era demasiadamente rígida, esquemática, distante da realidade sociopolítica espanhola e, a prática pouco se relacionava a teoria. A conclusão a que chega é a seguinte: “Em essência, os primeiros dirigentes do PSOE se consideravam marxistas, porém não entendiam a teoria marxista, nem como podiam aplica-la a Espanha de modo específico” (HEYWOOD, 1993, p.22, tradução nossa).

¹⁵ A II Internacional, ou Internacional Socialista, foi fundada em 1889, em Paris, durante as comemorações do centenário da Revolução Francesa. Foi dissolvida em 1916, devido a seus partidos estarem divididos em relação

Nesses primeiros anos do século XX, dois fenômenos ideológicos ganhavam corpo internamente na II Internacional, o revisionismo e o sectarismo. O revisionismo teve como principal característica o abandono do princípio da luta de classes, entendida aqui como movimento que tem como finalidade a tomada do poder pela classe operária, e a crescente valorização das reformas sociais como finalidade própria do movimento (reformismo), e consequentemente a extrema valorização do trabalho parlamentar; por sua vez, o sectarismo teve como principal característica a negação absoluta do trabalho parlamentar, disseminava que as reformas sociais eram prejudiciais ao movimento revolucionário, pois reaproximavam os trabalhadores do Estado burguês, e, portanto, os partidos socialistas não deveriam tomar parte nessas lutas parciais.

Os marxistas se colocaram contra essas duas tendências, defendendo, contra os sectários, a necessidade dos socialistas tomarem parte nas lutas da classe trabalhadora, mesmo nas lutas parciais, assim como a participação no parlamento, desde que trabalhassem para benefício da classe operária no seu objetivo final; e, contra os revisionistas, os marxistas defenderam os princípios revolucionários estabelecidos por K. Marx, segundo o qual é impossível à emancipação do proletariado sob o jugo do capitalismo, e é impossível destruir o capitalismo com reformas sociais, portanto, toda participação nas lutas parciais, no parlamento e em outros espaços democráticos deve estar condicionada a um único objetivo: a tomada do poder pela classe operária.

É verdade que os marxistas foram formalmente vitoriosos nesses embates, no entanto, não é menos verdadeiro que, durante esses anos, a ação proposta pelos revisionistas (reformismo, parlamentarismo, etc...) passou a ganhar espaço nos principais partidos da II Internacional, principalmente após 1914 (SAGRA, 2005). Na Espanha, a direção do PSOE sofria as influências no rumo que tomava a II Internacional, ainda que nenhum dos seus principais líderes nunca tenha assimilado totalmente as ideias revisionistas (HEYWOOD, 1993). O desenvolvimento posterior do PSOE, impactado por grandes acontecimentos, tanto espanhóis quanto mundiais, levaram a cisão da ala revolucionária.

Por sua vez, os anarquistas espanhóis, apesar de mais numerosos, permaneceram um longo tempo divididos, e só foram se reunificar solidamente no início do século XX, influenciados pelos sindicalistas revolucionários da CGT francesa. Fundaram, em 1910, a Confederação Nacional do Trabalho (CNT), que viria a ser a principal central sindical

a I Guerra Mundial, e reunificada posteriormente em 1920, como uma alternativa reformista à recém-fundada Internacional Comunista, ou III Internacional.

espanhola e a mais importante organização do sindicalismo revolucionário no mundo (BROUÉ, 1973).

O espírito combativo dessa central e os métodos de ação direta lhe renderam grande simpatia dos operários, diretamente proporcional à repressão de qual foi vítima.

As formas muito flexíveis de sua organização, a sua fidelidade ao princípio da ação direta, a sua simpatia pela luta de classes respondem assaz bem às características do proletariado da Península, jovem, miserável, e pouco diferenciado, com a marca do campesinato pobre, sensível às ações “exemplares” de “minorias atuantes” que se esforçam por sacudir, ao mesmo tempo, o jugo da opressão e a sua própria apatia. É nesse sentido que se pode dizer que a CNT – a sua perenidade, o seu enraizamento, apesar de tantas transformações – é tipicamente espanhola, na medida em que a Espanha pouco mudou, em que as condições históricas que marcaram o seu nascimento permanecem, apenas modificadas pelos inícios da industrialização e da concentração capitalista. (BROUÉ 1992 p.26)

Os anarquistas ocuparam lugar destacado em muitos conflitos nesses anos. No entanto, frente ao refluxo da classe operária, parte importante dos anarquistas passou a adotar métodos de banditismo e terrorismo, que tinham como finalidade substituir o movimento das massas trabalhadoras e camponesas por ações exemplares de poucos homens valentes, o que lhes rendeu a perseguição pelos pistoleiros dos sindicatos livres¹⁶, e posteriormente pelo governo ditatorial de Primo de Rivera.

A repressão aos anarquistas foi tão intensa que Andreu Nin chegou a acreditar que o anarquismo havia sido uma experiência superada pela classe operária espanhola. Não obstante, ele ressurgiu com intensa força após a queda da ditadura.

1.3. Comunistas

Como vimos anteriormente, a classe trabalhadora espanhola nasceu no século XIX, porém, nesse período, não desempenhava nenhum papel independente. Nesse sentido, é justo dizer que apenas no início do século XX a classe operária deu seus primeiros passos. Em 1909, os operários de Barcelona protagonizam uma grande greve e, em 1912, foram os ferroviários que mostraram a força do jovem proletariado. Diversas outras greves isoladas ocorreram na Espanha nos anos que antecederam a I Guerra Mundial, e diversas batalhas

¹⁶ Em 1919 o movimento operário espanhol vivencia uma intensa ascensão, e conseguem importantes vitórias. Em resposta a esse poderoso movimento, as classes patronais passam a se organizar para reagir, inicialmente com lock-out. No final de 1919 essa experiência de ação conjunta das classes patronais encontraria expressão na fundação da União dos Sindicatos Livres, organização que pagava e armava mercenários para assassinar os dirigentes destacados do movimento operário. Esses assassinos eram chamados pistoleiros (PAGÈS, 2011).

heroicas foram travadas, mas até esse momento sempre de forma parcial e fragmentada (PAGÈS, 2011).

A I Guerra Mundial possibilitou um salto no desenvolvimento espanhol, sua posição neutra no conflito bélico possibilitou às suas classes proprietárias grandes oportunidades de negócio, o mercado mundial se abriu para os produtos espanhóis, a industrialização cresceu de maneira acelerada, principalmente as indústrias de carvão e têxtil, as hidroelétricas e as ferrovias foram, então, construídas (TRORSKY, 2014).

Porém, os altos lucros dessas classes contrastavam com a crescente miséria da população, e a partir do final do ano de 1916, essa contradição começou a se expressar em luta de classes¹⁷.

A inflação, motivada pelas exportações, foi crescente desde o começo da guerra, atingindo, em 1917, duramente as classes populares. Segundo o *Instituto de Reformas Sociales*¹⁸, o custo de vida médio do país subiu 37,5% em relação a 1914 (ESCRIBANO, 1997). Paralelamente, se desenvolveu uma crise político-social, que colocava em choque com o Estado Monárquico distintas camadas sociais, cujos objetivos posteriores não eram convergentes, e inclusive, em determinados casos, pode se afirmar que eram mesmo antagônicos.

Com efeito, a abordagem e o desenvolvimento da crise de 1917 representam, na história do século XX espanhol, e erupção operária e popular, que se desenvolveu com todo seu impulso no conjunto do Estado – a revolução de julho 1909 havia sido apenas um fenômeno barcelonês e, na melhor das hipóteses, catalão –, ao ponto de não apenas fez estremecer os alicerces da monarquia, mas também o próprio sistema de dominação social e econômica que a sustentava. É verdade que a crise de 1917 foi uma crise multiforme, que teve várias manifestações, que se foram desenvolvendo, primeiro como uma crise militar – com a constituição das Juntas de Defesa Militar –, depois como uma crise política – depois da Assembléia de Parlamentares que impulsionou a Lliga Regionalista – e, finalmente, como uma crise social, que estourou com a greve geral revolucionária do mês de agosto. Mas eles foram três movimentos consecutivos no tempo, sem ligação direta entre si e com objetivos claramente diferenciados. Porque se para os homens da Lliga se tratava de tentar, agora pela última vez, a regeneração do país, aplicando a política reformista, o movimento operário que foi muito além e, a partir de agosto 1917, colocou a revolução como alternativa à reforma, como uma alternativa para realizar, de maneira definitiva, e desde posições revolucionárias, a modernização e democratização do Estado, que as classes dominantes se recusavam a realizar de maneira sistemática. (PAGÈS. 2011. p. 68-69, tradução nossa)

¹⁷ Referimo-nos à greve geral de vinte e quatro horas contra a carestia de vida, convocada conjuntamente por UGT e CNT, em 18 de dezembro de 1916 (CHINARRO, 2013).

¹⁸ Criado em 1903, durante o Governo Francisco Silvela, foi um órgão do Estado para estudo e informação sobre as relações entre trabalho e capital. Foi extinto em 1924, durante a Ditadura de Primo de Rivera.

A classe operária espanhola, que em 1917 entrava no cenário político de forma independente pela primeira vez em âmbito nacional, também possuía suas divisões quanto aos objetivos posteriores do movimento, que se expressavam de maneira mais acabada na posição de suas duas principais organizações sindicais, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a Confederação Nacional do Trabalho (CNT).

Republicanos e reformistas concordaram com o partido socialista na perspectiva de derrubar o regime político aproveitando a crise social e política generalizada. A greve geral era uma poderosa arma para este propósito, e respondia à intensa necessidade de ação e resposta do proletariado. A CNT avaliava desde uma perspectiva revolucionária, como o instrumento definitivo para derrubar o regime social. Para os líderes do PSOE-UGT poderia estar condicionada a uma mudança de regime político, desde a fórmula republicana ou, como exigência mínima, desde um governo de concentração com a participação socialista. (FORCADELL, 1978, p. 232, tradução nossa)

Em 19 de julho de 1917 começa a greve entre os ferroviários de Valencia¹⁹. Desde o ano anterior, CNT e UGT negociavam a possibilidade de uma greve geral unificada²⁰, no entanto, o impacto da greve dos ferroviários é tão poderoso que as centrais sindicais são obrigadas a adiantar seus planos e colocar em movimento a greve, que mesmo improvisada, paralisou as atividades na maior parte das grandes zonas industriais por quase uma semana (CHINARRO, 2013).

¹⁹ No dia 19 de julho, pela manhã, se reuniu a Assembleia de Parlamentares, com a participação do PSOE, que não se interessava, nesse momento, pelos métodos de luta de classes do proletariado. A tarde explodiu a greve dos ferroviários de Valéria, que paralisou aproximadamente 70% dos ferroviários e portuários. Ainda no mesmo dia, os ferroviários de Aragão se somaram ao movimento. No dia seguinte, o movimento se ampliou para o comércio e a indústria, se generalizando na cidade. As causas dessa greve ainda dividem historiadores, a hipótese mais aceita é a que aponta a responsabilidade a provocação do governo, que pretendia provocar a greve para enfraquecer uma futura greve geral, essa hipótese não está provada. O movimento foi reprimido no dia 23, o governo saiu vitorioso, mas nem a vitória, nem os operários mortos na repressão foram suficientes, era necessário dar o exemplo, e dezenas de ferroviários envolvidos na greve foram demitidos. No início de agosto, o sindicato de ferroviários de Madrid enviou um ofício ao governo exigindo a reincorporação dos demitidos políticos, e ameaçando iniciar a greve. O governo se nega a aceitar a exigência dos ferroviários. Os ferroviários marcam a greve para o dia 13 de agosto. Assim, os socialistas se encontraram diante do dilema, manter sua estratégia de negociação por cima e deixar os ferroviários a sua própria sorte, ou se juntar a eles. Não se hesitar, o PSOE escolheu a segunda opção. Assim começaria a greve geral (CHINARRO, 2013).

²⁰ Referimo-nos ao Pacto de Zaragoza, assinado em 17 de julho de 1916, pela UGT – representada por Besteiro, Largo Caballero e Barrios, e CNT – representada por Salvador Seguí e Angel Pestaña, além do Centro Obrero de Zaragoza, que sediou a reunião (ESCRIBANO, 1997).

1.3.1 A classe operária espanhola e a Revolução Russa

No final do ano de 1917, o movimento já havia sido derrotado, e o governo reprimia severamente os operários e suas organizações, quando surgiam na Espanha os primeiros relatos dos acontecimentos russos.

A revolução russa causou grande impacto no movimento operário mundial. Por um lado, a vitória bolchevique foi prova irrefutável da possibilidade de superação revolucionária do capitalismo, por outro, contrariando a ideia hegemônica na social democracia da época, demonstrava que esse processo poderia começar em um país atrasado, que ainda não havia realizado sua revolução democrático-burguesa.

A terra de Cervantes não foi exceção, ali os acontecimentos russos também causaram grande impacto, e as condições de polarização social potencializaram esse processo.

Do ponto de vista das classes dominantes, os acontecimentos russos foram alarmantes, coube a Sofía Casanova, escritora, periodista e correspondente estrangeira do jornal ABC, o primeiro relato dos acontecimentos, às vésperas da revolução de outubro:

O Palácio de Inverno foi entregue, e Lenin, com a guarnição e os proletários de São Petersburgo, manda e governa. Até agora, não há pogrom nem a batalha se generaliza [...] Mas os idiotas que me asseguraram que Bolcheviques eram covardes (o partido militar proletário) e que quatro tiros os fariam submeter, se iludiram [...] Os Bolcheviques chegaram às ruas com certeza de sua força e decididos a vencer ou morrer. Para eles, a paz é uma causa real, assim como a reforma agrária, e veremos que se não derrotarem os contingentes, muito grandes, que a eles vão se opor, não vão se render como vilões. (CASANOVA, 2010, n.p., tradução nossa)

Esses relatos chegaram à Espanha com semanas de atraso. O Rei Alfonso III, assustado com o impacto dessas notícias e em plena repressão ao movimento operário, suspendeu as liberdades constitucionais, e expulsou da Espanha todo estrangeiro de origem russa.

Do ponto de vista das classes subalternas o impacto foi ainda maior, a derrota da greve geral havia sido apenas momentânea. Pagès afirma que o ano de 1917 era o “ponto culminante de uma crise estrutural do Estado monárquico” (PAGÈS, 2017, p. 37, tradução nossa), abrindo um prolongado período de conflitos sociais agudos, que só se fechou com o *pronunciamento* que instaurou a ditadura militar de Primo de Rivera, em 1923. A classe operária espanhola, que recentemente havia despertado para a vida política, não poderia passar despercebida para os acontecimentos russos, que foi para eles uma fonte de entusiasmo, como nos narra Días del Moral:

Nas últimas semanas de 1917 chegou a Espanha a notícia do triunfo Bolchevique. As massas operárias desconheciam os detalhes do evento e também não sabiam com precisão a ideologia dos vencedores, porém a certeza de que em uma grande nação se havia derrubado o capitalismo e governavam os assalariados produziu em todos os setores operários um entusiasmo indescritível. (DÍAS DEL MORAL, 1967, p. 174, tradução nossa)

O movimento operário espanhol estava fundamentalmente organizado entre a dicotomia de um socialismo reformista e um anarquismo combativo, muitas vezes ultraesquerdista. A vitória de Lênin, Trotsky e seus camaradas, atingiu ambas as tendências do movimento, pois resgatava o vigor revolucionário do marxismo aos olhos da vanguarda operária espanhola.

A reação entre os partidários da CNT foi de grande entusiasmo. Aos seus olhos, os acontecimentos russos demonstravam a validade da sua perspectiva revolucionária para a Espanha. A primeira publicação no jornal *Solidaridad Obrera* nos fornece uma imagem dessa reação.

‘A Revolução Russa continua admiravelmente sua obra’, os bolcheviques representaram ‘a vontade do povo’ e sua decisão de distribuir a terra para aqueles que trabalharam ‘é todo um poema de liberdade, é a aurora da emancipação econômica, pelo qual os camponeses russos tanto suspiravam quando trabalharam para os Grandes Duques, e é uma decisão que, por si só, torna simpática a grandiosa Revolução Russa’(Solidaridad Obrera, 11/11/1917). (PAGÈS. 2017. p. 37 e 38, tradução nossa)

Em flagrante contraste, as primeiras impressões do PSOE são de preocupação. Para compreendermos melhor essa posição é necessária uma breve contextualização histórica. A I Guerra Mundial colocou a prova o princípio de internacionalismo proletário. Os partidos socialdemocratas europeus, com raríssimas exceções, nos momentos decisivos, sucumbiram ao nacionalismo, decretando a morte da II Internacional²¹.

Apesar da Espanha não ter se envolvido diretamente no conflito, a discussão não passou em branco pelas fileiras do PSOE. Internamente duas posições se destacaram: uma pacifista – dentre a qual se encontrava a juventude socialista de Madrid – que foi a única organização espanhola a participar do congresso de Zimmerwald, e seria a principal impulsionadora do Partido Comunista Español, como veremos adiante; e outra, que defendia

²¹ Com os principais partidos socialdemocratas apoiando sua própria burguesia no conflito bélico – que teve como marco simbólico o voto dos deputados socialistas para os créditos de guerra, qualquer possibilidade de organização internacional se tornou impossível. A II Internacional só retomaria seus trabalhos intensamente na década de 1920, como uma alternativa moderada à recém-criada III Internacional. Mesmo assim, nunca mais voltou a ter a força e o prestígio que possuía antes da grande guerra. (SAGRA, 2005)

o apoio aos Aliados – dentre as diversas personalidades que defenderam esse ponto de vista, se encontrava Andreu Nin, nessa época um jovem socialista. Essa segunda opinião, ainda que se desmembrasse em diferentes ramificações, defendia que a derrota dos aliados significaria um retrocesso civilizatório na Europa, impulsionado pelo imperialismo alemão.

Dessa forma, podemos compreender melhor a primeira publicação sobre os acontecimentos russos no jornal *El Socialista*, visto que refletia a opinião dos grupos que tomaram partido na divisão bélica mundial em favor dos aliados.

Em 10 de novembro, *El Socialista* publicou a primeira análise sobre a revolução russa, e em um artigo intitulado significativamente ‘Seria muito triste ...’ afirmou que ‘as notícias que recebemos da Rússia nos causam rancor. Acreditamos que sinceramente, e assim sempre dissemos, que a missão, neste momento, deste grande país era colocar toda a sua força na tarefa de esmagar o imperialismo germânico’ (PAGÈS. 2017. p. 38, tradução nossa)

Nos anos seguintes, o impacto que a Revolução Russa causou na classe operária organizada da Espanha se transformaria em importantes debates, tanto no PSOE quanto na CNT, assentando as bases para a construção de um partido comunista espanhol.

1.3.2 Formação do Partido Comunista na Espanha

Vimos, anteriormente, que as notícias oriundas da Rússia não foram imediatamente interessantes ao setor dirigente do PSOE. No entanto, isso não significa que não impactaram suas bases. Essa influência atingiu com tamanha magnitude o partido socialista que se tornou o ponto central de discussão interna nos anos seguintes.

[...] O entusiasmo genuíno de um setor de militância socialista coexistiu, não obstante, com a relutância dos setores mais reformistas da direção. Ao mesmo tempo em que foi aprovada uma resolução de saudação à Revolução Russa, foi dado apoio a petição de alguns mencheviques russos para que a Segunda Internacional investigasse sua expulsão da Rússia. Essa dualidade política não pode ser mantida por muito tempo. No final desse mesmo ano, nasceu o jornal *La Internacional* – encabeçado por Núñez de Arenas, dirigente socialista - como porta-voz do ‘Comitê para a Terceira Internacional’ e, na Juventude Socialista de Madri, a admiração pelas ideias bolcheviques não parava de crescer. A fundação da IC, em março do ano seguinte, obrigou a liderança do PSOE a se posicionar em um dos dois campos. (AREAL, 2012, p.7, tradução nossa)

Após a fundação da Internacional Comunista²², o PSOE realizou um congresso extraordinário em dezembro de 1919. Apesar de prevalecer à posição da tendência que defendia manter filiado à II Internacional, a abrangência e influência dos bolchevique podem ser verificada tanto pelos números de votos – 14.010 votos a favor de se manter na II Internacional, contra 12.947 a favor da adesão à IC (AREAL, 2012) – quanto pelo caráter condicional e contraditório da resolução, que previa a permanência na II internacional “até que está celebre seu próximo Congresso, com o objetivo de lhe dar tempo para unificar-se com a Terceira” (PÈLAI, 2017, p.40, tradução nossa).

Em janeiro de 1920, chegava à Espanha um delegado da IC, Michel Borodin, encarregado de propor no país a constituição de um partido comunista. Essa iniciativa foi incorporada com entusiasmo pela juventude, que passou a trabalhar incessantemente por esse objetivo.

Poucos meses depois, em 15 de abril de 1920, o PSOE sofreu sua primeira cisão. A Juventude Socialista de Madrid, após aprovação em seu congresso, deixou o partido para fundar o *Partido Comunista Español*, reconhecido imediatamente pela IC, e dirigidos por jovens como Juan Andrade, Merino Garcia, Vicente Arroyo, Luis Portela, entre outros.

No entanto, militantes como Daniel Anguiano, Pérez Solís, Virginia González, Mora e García Quejido, também partidários da adesão a IC, porém de uma geração mais velha, julgaram precipitada a ruptura dos jovens socialistas, pois acreditavam na possibilidade de guiar o PSOE, ou ao menos sua maioria, para as fileiras comunistas. Com efeito, quando o PSOE reuniu o segundo congresso extraordinário para tratar da questão internacional, em junho de 1920, eles estavam em maioria, e fizeram aprovar o ingresso do partido na IC²³, porém contraditoriamente com a condição de que uma delegação²⁴ fosse enviada à Moscou para verificar o que de fato acontecia no país dirigido pelo principal partido da organização, à qual o congresso acabava de aprovar a adesão (PAGÈS, 2017).

²² Internacional Comunista, ou III Internacional, foi fundada em Março de 1919 pelo Partido Comunista Russo, liderado por Lenin, devido à necessidade de organizar mundialmente os partidos operários, visto que, para seus fundadores a revolução socialista tinha um caráter mundial. Foi dissolvida por Stálin em 1943, como forma de tranquilizar a burguesia internacional e demonstrar que a URSS não se empenhava em realizar a revolução em outros países, teoricamente sua dissolução se baseava na teoria do socialismo em um só país, defendida por Stalin. (SAGRA, 2005)

²³ Nessa votação, os partidários da adesão a IC obtiveram 8.269 votos, contra 5.016, e 1.615 abstenções (PÁGES, 2017, p.41).

²⁴ Essa comissão foi composta por Fernando de los Ríos, hostil a adesão a IC, e Daniel Anguiano.

No mês seguinte, se reuniria o II congresso da IC, que aprovou um documento que continha 21 condições de adesão à Internacional Comunista²⁵, que se transformou em ponto chave do debate no interior do PSOE. Assim, após dois congressos com resoluções indefinidas e contraditórias, o terceiro congresso extraordinário foi realizado em abril de 1921. Dessa vez, os partidários da IC se encontraram em minoria, e por 8.800 votos, contra 6.025, o congresso rejeitou as 21 condições (BROUÉ; TÉMINE, s/d, p.25). Na última seção desse congresso, os partidários da IC apresentaram uma declaração rompendo com o PSOE, e fundando o *Partido Comunista Obrero Español*.

Se a ruptura dos jovens fundadores do *Partido Comunista Español* foi motivada principalmente pelo asco ao reformismo, predominante na social democracia, e pelo ímpeto revolucionário de uma juventude que buscava alcançar o brado revolucionário que emanava da Revolução Russa, os veteranos, fundadores do *Partido Comunista Obrero Español*, tampouco foram além dos jovens no que diz respeito à questão teórica. Sua cisão foi motivada pela negativa do PSOE em aceitar as 21 condições de adesão a Internacional Comunista, sem com isso, aprofundar as discussões sobre a conjuntura internacional do pós-guerra, e as consequentes estratégias e táticas necessárias ao movimento operário.

No fundo, para os rupturistas espanhóis "a interpretação revolucionária do marxismo que a Internacional Comunista representava, era como a aparição diante dos seus olhos de um novo mundo", "mundo novo" assimilado muitas vezes de maneira intuitiva, reflexo de algumas paixões e de alguns anseios de emancipação que a social-democracia havia frustrado. (PÉLAI, 1997, p.13, tradução nossa)

As profundas discussões teóricas, que antecederam as rupturas nos partidos social democratas nos principais países europeus, quase inexistiram na Espanha. A escassa tradição teórica do marxismo espanhol se limitava a "a divulgação dos trabalhos de Lafargue realizada pelos velhos socialistas" (ANDRADE apud PAGÈS, 1977, p. 11-12, tradução nossa), essa debilidade dificultava que as convergências e divergências fossem claramente pontuadas, de forma a estabelecer as bases para a unificação.

Dessa forma, o comunismo espanhol nasceu dividido, sem que nenhuma das partes possuísse um acúmulo teórico capaz de definir claramente sua estratégia. Por meses,

²⁵ Aprovadas em 1920, pelo II Congresso da Internacional Comunista, as 21 condições de adesão a IC tinham como objetivo popularizar entre as organizações operárias do mundo os pontos fundamentais do bolchevismo, além de filtrar as organizações que poderiam fazer parte dessa instituição, temendo a diluição do programa revolucionário nos pressupostos dos programas revisionistas que haviam levado a II Internacional a dissolução.

coexistiram na Espanha dois partidos comunistas, que em comum só possuíam sua adesão à IC.

No mês de julho de 1921, ambas as organizações enviaram, separadamente, suas delegações ao III Congresso da Internacional Comunista. O Congresso julgou a situação inaceitável e interferiu em favor da unificação dos comunistas espanhóis, enviando à Espanha Antonio Graziadei, delegado responsável para mediar a fusão dos dois partidos, o que só aconteceria em 14 de novembro de 1921.

Da fusão do *Partido Comunista Español* e do *Partido Comunista Obrero Español*, nasceu o *Partido Comunista de España*, com aproximadamente 6.500 membros²⁶. No entanto, a unificação não eliminou as tensões. Ainda em dezembro de 1921, se desenvolveu uma violenta polêmica no Comitê Executivo do novo partido (PAGÈS, 1977).

Não é possível entender a intensidade da polêmica apenas pelo seu motivo específico, a participação do partido nas eleições municipais do ano seguinte. Para entendê-la, faz-se necessário lembrar o conflito anterior, posto que, por trás dela se encontrava a convicção dos membros do Comitê Executivo oriundos do *Partido Comunista Español*²⁷ de que os demais membros do comitê, que eram oriundos do *Partido Comunista Obrero Español*, estavam demasiadamente enraizados nas concepções parlamentaristas, reformistas e passivas do PSOE. Isso fica claro no manifesto apresentado por eles aos militantes do partido, após a derrota da sua posição. Portanto, se considerarmos a essência da polêmica, percebemos que ela nada mais foi do que a continuação das acusações anteriores (PAGÈS, 1977).

Como consequências dos excessos os dirigentes oriundos do *Partido Comunista Español* foram expulsos do Comitê Executivo, e em março de 1922 o I Congresso do *Partido Comunista de España* os afastou de todos os seus cargos de responsabilidade por um ano, submetendo o caso ao julgamento da IC. Novamente a Internacional teve de intervir no partido espanhol, dessa vez o encarregado sendo Jules Humbert-Droz.

Vimos que a fundação do partido comunista na Espanha foi marcada, desde o início, por constantes conflitos, oriundos das diferenças de duas gerações de socialistas na forma de entender, interpretar e atuar no mundo, ainda assim esses dois grupos tinham uma base de formação comum: a origem no PSOE e a doutrina marxista, ainda que relativamente débil se comparada aos seus vizinhos europeus.

²⁶ “Graziadei os calculou em uns 6.500 militantes, repartidos entre os 2.000 oriundos do PCE e os 4.500 do PCOE” (PELAI, 2017, p.41, tradução nossa).

²⁷ Eram eles: Eduardo Urgate, Emeterio Chicharro, Ángel Pumarega, e Juan Andrade (PELAI, 1977, p.14)

Nos anos seguintes, um terceiro grupo se somaria ao partido, oriundos de outra tradição: o sindicalismo revolucionário da CNT.

Como todas as organizações do mesmo tipo, a CNT sofre profundamente o atrativo da Revolução Russa, testemunha do prestígio que a vitória bolchevique assume aos olhos dos revolucionários de todas as obediências. É que, na Espanha como alhures, os grupos anarquistas, anarco-sindicalistas, sindicalistas revolucionários, haviam crescido em oposição à prática de um marxismo reformista que tentava se adaptar ao quadro democrático e parlamentar particularmente medíocre aqui. A vitória do Outubro russo devolve ao marxismo o seu brilho revolucionário. (BROUE, 1992, p.26)

Já vimos que as notícias da vitória bolchevique tiveram um impacto inicial mais favorável entre os membros da CNT, do que entre a direção do PSOE. Observador contemporâneo desse momento, o anarquista M. Buenacasa, afirmava que nessa época, o bolchevique russo era algo semelhante a um semideus, “portador da liberdade e da felicidade comum” (BUENACASA, 1928, p. 72, tradução nossa) no imaginário de muitos dos partidários cenetistas, imagem que nos permite verificar a profundidade desse impacto.

A CNT esteve extremamente envolvida nos conflitos sociais que se desenvolviam na Espanha, principalmente na Catalunha, onde tinha grande hegemonia do movimento operário, assim “o tema da revolução russa aparecia e desaparecia da vida da confederação segundo a intensidade e o momento do conflito” (PAGÈS, 2017, p. 42, tradução nossa).

Em 1919, explodiu na Catalunha a greve da empresa Canadiense, possivelmente o processo de luta de classes mais importante do período, que compreende desde a primeira greve geral em 1916, até a implantação da ditadura em 1923, isso por que ela foi a faísca que reascendeu o estopim da luta operária na Espanha, gerando uma nova greve geral, que “se assemelha a uma poderosa ascensão revolucionária” (BROUE, 1992, p.26).

A greve na Canadiense havia obtido sucesso, expresso principalmente na conquista da demanda da jornada de 8 horas. O papel dirigente cumprido pela CNT nesse processo, lhe rendeu um amplo vigor, e sob o impacto desses acontecimentos e da criação da IC, foi celebrado em dezembro, no *Teatro de la Comedia de Madrid*, o congresso que aprovou a adesão provisória da CNT a IC²⁸.

²⁸ É nesse mesmo congresso que Andreu Nin, até então membro do PSOE, adere formalmente à CNT. Ainda que a relação entre Nin e a CNT possivelmente antecederesse esse congresso, e que nesse ponto existiam muitas interpretações entre os historiadores, fato é que, formalmente, a primeira declaração conhecida de Nin, enquanto cenetista, é nesse congresso. Cabe ressaltar, que, ainda que, as motivações que o levaram a CNT também não sejam consensuais, ao menos parcialmente se referem à Revolução Russa. Isso é claro no seu discurso de adesão, onde justifica o abandono do PSOE por sua recusa em aderir a III Internacional, referindo-se a decisão do congresso extraordinário de dezembro de 1919, que ocorria quase paralelamente ao congresso da CNT.

No entanto, a adesão da CNT à IC não foi unânime. Pagès afirma que somente uma minoria de sindicalistas defendeu fervorosamente a adesão (PAGÈS, 2017). Não obstante, ela foi aprovada, mas, em caráter provisional. Além disso, o congresso aprovou uma declaração de princípio, se afirmando defensor dos pressupostos levantados por Bakunin, e afirmando como horizonte estratégico o comunismo libertário. Pela primeira vez, desde sua fundação, a CNT se afirmava oficialmente anarquista. O congresso, enfim, elegeu uma delegação²⁹ encarregada de representá-lo e entregar sua adesão ao II Congresso da IC, mas somente Ángel Pestaña chegou à Rússia.

Pestaña participou do II Congresso da Internacional, ele entrevistou os dirigentes mais importantes da revolução e, discordando das diretrizes que estava tomando o processo revolucionário russo, se deu conta da distância que separava a CNT do ideário dos bolcheviques. (PAGÈS, 2017, p. 42, tradução nossa)

Na Espanha, se consolidava o grupo sindicalista-comunista, liderados por Andreu Nin e Joaquín Maurín, os quais passaram a publicar o jornal *Lucha Social*, e a ocupar cargos dirigentes na CNT. As posições teóricas desse grupo, ainda eram híbridas, cheias de pressupostos sindicalistas, e seria necessário muito tempo até que assimilassem os conceitos teóricos do marxismo. Ainda assim, em torno desse grupo se aglutinaram aqueles que mais fervorosamente defendiam a revolução russa.

Paralelamente a esses acontecimentos, as classes possuidoras organizavam a repressão em Barcelona, por um lado nos Sindicatos Livres, por outro, por via institucional. Em setembro de 1919, o Conde de Salvatierra havia assumido o cargo de governador civil de Barcelona, e ao final desse ano se iniciava a repressão governamental. Resumidamente, podemos dizer que os pistoleiros dos Sindicatos Livres passaram a assediar sistematicamente as lideranças operárias mais conhecidas. Consequentemente, diversos membros da CNT adotaram métodos terroristas para reagir à situação, como resultado, o governo – na impossibilidade de identificar os autores dos atentados – passou a responsabilizar e encarcerar os dirigentes cenetistas. (PAGÈS, 2011)

De maio a setembro de 1920, houve uma trégua na repressão governamental, com a mudança no governo central e a nomeação de Carles Bas para governador civil de Barcelona. Ainda que, o conflito entre os Sindicatos Livres e a CNT continuasse, durante esse período, diversos sindicalistas foram libertados.

²⁹ A delegação da CNT era composta por: Ángel Pestaña, Eusebio Carbó, e Salvador Quemades. (PELAI, 2017, p.42)

Essa trégua, porém, não foi duradoura. A patronal não estava satisfeita, como nos ilustra a entrevista que, anos mais tarde, Andreu Nin concederia a Domène de Bellmunt. Nela ele relata o caso em que o governador Bas confessou a ele e a outros delegados da CNT, que recebeu uma comissão patronal, e lhes foi obrigado a responder: “Senhores, vocês se equivocaram, eu vim a Barcelona para agir como governador, não para agir como assassino” (NIN apud PAGÈS, 2011, p. 97, tradução nossa). No início de outubro, Carles Bas foi substituído pelo general Severiano Martínez, e a repressão voltou com uma intensidade ainda maior, a CNT foi colocada na ilegalidade, e dezenas de dirigentes sindicais foram presos. No final de 1920, Ángel Pestaña foi preso ao regressar do II Congresso da IC.

O clima de repressão, as prisões e assassinatos constantes, fizeram com que a direção da CNT fosse constantemente modificada, e no início de 1921, Andreu Nin passou a ocupar o cargo de Secretário Geral da CNT. Nessas condições, em abril de 1921, se reuniu em Barcelona uma plenária da CNT destinada a discutir, entre outras coisas, a participação no congresso de fundação da *Internacional Sindical Roja* (ISR), impulsionada pela IC, e que aconteceria junto a seu III Congresso. A plenária deliberou pela participação e indicou uma delegação³⁰ para participar do congresso fundacional, ainda que, nesse momento, setores anarquistas trabalhassem para separar a CNT da IC³¹.

A delegação espanhola chegou à Moscou em junho, depois de uma perigosa viagem clandestina. Essa delegação foi recebida com grande simpatia, pois representavam uma grande organização operária, diferentemente de muitas das outras delegações, que não possuíam influência significativa em seus países (SOLANO, 2006). Os delegados espanhóis participaram como observadores no III Congresso da IC, que como vimos anteriormente contava com duas delegações espanholas oficiais, uma do *Partido Comunista Español* e outra do *Partido Comunista Obrero Español*, situação que deixou Joaquín Maurín incomodado, e anos depois escreveria:

³⁰ A delegação era composta de Andreu Nin, Joaquín Maurín, Hilario Arlandis e Jesús Ibáñez. (PAGÈS, 2011, p. 100)

³¹ A historiografia anarquista não deixou de questionar a legitimidade desse congresso, assim como acusar membros da CNT, e até em alguns momentos, a direção da CNT por serem “bolcheviques”, agentes de Moscou, principalmente por alguns ataques aos anarquistas publicados em jornais ligados a CNT. No entanto, as acusações não se sustentam, no que diz respeito à plenária ela seguia todas as formalidades exigidas pelos estatutos, e mais importante, estava de acordo com as decisões do último congresso; em relação a acusação de “bolcheviques”, é necessário destacar que muito poucos desses militantes acusados chegaram de fato a atuar no partido comunista, e mesmo os que o fizeram, como Andreu Nin e Joaquín Maurín, só assimilaram as ideias bolcheviques muito tempo depois, sendo portanto, mais plausível a hipótese de Pagès de que essas ações foram motivadas a partir de um ponto de vista teórico sindicalista, em resposta as consequências danosas que a tática da ação direta e do terrorismo, aos seus olhos, haviam causado para a causa dos trabalhadores (PAGÈS, 2011, p. 98-99).

Os delegados da CNT, ao chegar em Moscou, tivemos que constatar que a CNT havia passado a ser um convidado de segunda fila. A primeira fila foi ocupada por um hipotético Partido Comunista, cujo líder era Merino Gracia [...] Nossa delegação fez todo o possível para evitar uma ruptura o madrugador Partido Comunista Español, mais conhecido em Moscou que na Espanha. Da mesma forma, tentou fazer os dirigentes russos compreenderem que o futuro do comunismo na Espanha ia intimamente ligado com a CNT. Devo reconhecer que Lenin e Trotsky, com quem trocamos impressões, compreendiam perfeitamente que em efeito era assim. Porém nem Lenin, nem Trotsky, se ocupavam da Espanha, que foi abandonada como uma província distante destinada a que fizessem juízo sobre ela revolucionários internacionalistas mais ou menos inéditos e inteligentes.” (MAURÍN, 2014, n.p., tradução nossa)

Participaram também, de maneira muito ativa, do congresso fundacional da ISR. Dentre as posições da delegação espanhola nesse congresso, duas merecem destaque, sendo a primeira na discussão da relação que a ISR deveria manter frente à IC. Com exceção de Arlandis, todos os delegados espanhóis se colocaram a favor da colaboração estreita entre as duas organizações. A segunda se deu em torno da repressão que os anarquistas sofriam na Rússia, destacadamente o caso de Cronstadt. Ainda que a delegação espanhola tenha solicitado ao próprio Lenin a libertação dos anarquistas presos (SOLANO, 2006), manteve uma atitude conciliadora nessa discussão, e sua intervenção acabou por evitar que a proposta de que os sindicalistas se retirassem do congresso fosse levada adiante (PAGÈS, 2011). Os delegados espanhóis não estavam de acordo com a repressão aos anarquistas, mas entendiam sua necessidade face à situação que estava passando à Rússia revolucionária, como afirma o texto de Andreu Nin, publicado poucos meses depois, na revista *Lucha Social*.

O Partido Comunista Russo é a única garantia da revolução, do mesmo modo que os jacobinos se viram obrigados a guilhotinar os hebertistas, procedendo o fato de que representavam uma tendência a esquerda, do mesmo modo que nós mesmos (na CNT) temos eliminado os que constituem um obstáculo para a realização dos objetivos que perseguimos, nossos camaradas russos se veem inevitavelmente obrigados a reprimir de uma maneira implacável qualquer tentativa que possa quebrar seu poder. Não é somente um direito, mas seu dever. A salvação da revolução é a razão suprema. (NIN apud PAGÈS, 2011, p. 105, tradução nossa)

Na Espanha, a CNT passava por um combate polêmico, seu setor anarquista trabalhava incessantemente para romper relações com a IC, e conseqüentemente, a delegação de cenetistas para o congresso da ISR se transformou em um alvo. Em agosto de 1921, realizaram uma plenária regional em Madrid, onde reafirmaram os princípios libertários aprovados no Congresso de 1919, mas hesitaram em condenar a delegação, sem os ouvir (PAGÈS, 2011).

Os motivos das hostilidades anarquistas eram amplos, primeiro porque existia de fato uma diferença ideológica entre anarquistas e socialistas, como demonstramos anteriormente. Os anarquistas se negavam a reconhecer a necessidade da ditadura do proletariado, conseqüentemente se opunham ao que acontecia na Rússia revolucionária. Em segundo lugar havia a repressão do governo bolchevique contra os anarquistas que ameaçavam a revolução. E em terceiro lugar o sectarismo com que o jovem Partido Comunista atacava os sindicalistas da CNT.

Por outro lado, a posição dos anarquistas não era unanime, como o demonstra o fato de que, em outubro, os cenetistas de Lleida convocaram uma nova plenária onde predominou a opinião de aproximação entre CNT e os bolcheviques.

O conflito se resolveu na Conferência de Zaragoza, realizada em junho de 1922, onde prevaleceu o afastamento da CNT da IC, ainda que os partidários da aproximação denunciasses o fato formal de que a conferência não poderia passar por cima de uma decisão de instância superior (o Congresso de 1919). Concretamente a CNT se afastaria por definitivo da IC. (PAGÈS, 2011)

Não obstante, os partidários da participação na IC passaram a se organizar internamente dentro da CNT, e conformaram os Comitês Sindicalistas Revolucionários, que segundo Pagès eram inspirados em grande medida nos pressupostos do francês Georges Sorel, e compunham a ISR, tendo como seu delegado nesse organismo Andreu Nin. Ainda demoraria para que passassem a assimilar o marxismo. Em 1923, o grupo catalão se recusara a entrar no PCE, de quem vinha se aproximando desde o início daquele ano, e somente em 1924, fundaram a *Federación Comunista Catalano-Balear* (FCC-B), quando se uniriam definitivamente ao PCE, já durante a ditadura de Primo de Rivera. (PAGÈS, 2011)

O endurecimento dos confrontos sociais, que já assinalamos, avançou qualitativamente, e em 1923 o general Primo de Rivera instalou sua ditadura. O jovem PCE, que como vimos, teve sua curta trajetória marcada por constantes conflitos internos e há pouco havia conseguido uma frágil unidade, sofreu dura repressão. Dos aproximadamente 1.200 membros do partido em 1921, passou a contar com aproximadamente 500 em 1924, tendo seu Comitê Central e Executivo sido obrigado a partir para o exílio, apesar de verem os conflitos internos recomeçarem. (PAGÈS, 2011)

Em 1924, a *Federación Comunista Catalano-Balear* adentrou o PCE. Barbara Areal, nota que se a fusão foi “um feito no terreno organizativo, não era assim no plano político” (AREAL, 2012, p.10, tradução nossa). De fato, desde sua entrada os membros do FCC-B

sustentavam importantes divergências com sua direção, a quem acusavam de responsável pela inoperância do partido, devido à sua passividade (DURGAN, 1996). Joaquín Maurín, líder incontestável desse grupo, relembra assim:

No outono de 1924 surgiu uma crise no partido comunista. A tendência representada pelo grupo de La Batalla, que havia ingressado oficialmente a pouco tempo no partido, estava em desacordo com a política seguida pela direção do PC, que considerávamos pouco ativa. Nós entendíamos que era necessário combater a ditadura com energia, apelando mesmo a todos os procedimentos ilegais [...] A direção do PCE opinava que o partido era impotente e que não havia outra solução que adaptar-se à realidade, esperando que as coisas mudassem [...] Na plenária do partido celebrada em meados de novembro de 1924, o Comitê Executivo do PCE apresentou sua demissão, passando dessa forma a responsabilidade pela direção à federação catalã, quer dizer, a nós [...] Isso não durou mais que breves dias. Fizemos aparecer um jornal ilegal, *Vanguardia*. A repressão se acentuou. E em janeiro de 1925, nosso núcleo foi dizimado. Na prisão estávamos quarenta ou cinquenta camaradas presos. (MAURÍN, 2014, n.p., tradução nossa)

Nesse momento, as coisas mudaram na Rússia, internamente as tendências revolucionárias perdiam força em favor das tendências burocráticas. Em junho e julho de 1924, o V Congresso da Internacional Comunista aprovava o decreto de bolchevização dos partidos nacionais. Não era coincidência que a IC aumentasse a centralização, ao passo que sérios conflitos se desenrolavam no partido mais importante da IC, tratava-se de começar a adaptar a IC aos interesses da burocracia soviética.

Frente à nova situação da IC, o Comitê Executivo da Internacional nomeou uma comissão³² para deliberar sobre a crise do PCE, ficando decidido que José Bullejos assumiria a direção do partido. A indicação de Bullejos satisfez a burocracia que ascendia ao poder na Rússia, pois acreditavam acima de tudo na sua fidelidade, mas, o próprio negou essa relação e, mais tarde, propôs o nome de Andreu Nin para compor o Comitê Executivo do PCE, mas lhe fora negado, com a alegação que Nin teria simpatias trotskistas (BULLEJOS, 1972), o que já demonstrava relação entre as disputas internas russas e as seções nacionais, em virtude da política de bolchevização.

A partir desse momento, no PCE prevaleceu um regime autoritário, onde Bullejos exercia todo poder com disciplina de ferro num regime interno ditatorial, e não tardou a se utilizar das expulsões em massa. Tudo se justificava pela situação ao qual estava submetido,

³² Integram essa comissão: Jules Humbert-Droz (secretario dos países latinos), Losovski e Andreu Nin (ISR), Semard (PC francês), A. Gramsci e Verti (PC italiano), Almanza (PC mexicano), Smeral (PC checo), Maslow (PC alemão), e Piatniski (PC argentino), além da delegação espanhola composta por Bullejos, Ibáñez e Gorkín. (PAGÈS, 2011, p. 143)

porém, sabemos hoje, que essa não foi a exceção, mas a regra nos partidos comunistas, após a política de bolchevização. Juan Andrade anos depois diria:

Os estatutos da Internacional Comunista [...] estabelecem que em casos de períodos de ilegalidade as direções dos partidos podem proceder as nomeações de cargo de cima para baixo, compreende-se nesses casos a impossibilidade de reunir assembleias. Porém, o que revolucionariamente é justo, é usado pela burocracia, para fazer uma arma em benefício de seus interesses e intenções. (ANDRADE apud PAGÈS, 1977, p.20, tradução nossa)

Seja como for, Bullejos dirigiu o partido até 1932, foi responsável por todo o período em que a Espanha esteve dominada pela ditadura de Primo de Rivera, assim como pelo primeiro período posterior, quando implementou na Espanha a política ultraesquerdista propagada pela IC, e quando a IC necessitou substituir radicalmente sua política precedente, Bullejos, como outros dirigentes no demais países, foi responsabilizado, sendo, neste caso, substituído por José Diaz.

1.4. As tarefas da Revolução Espanhola

Todas as revoluções burguesas precedentes, para triunfarem, necessitaram responder alguns problemas fundamentais para romper às correntes que as prendiam à antiga sociedade. Na Espanha não foi diferente, a recém-nascida república burguesa tinha a sua frente cinco problemas fundamentais:

1.4.1 A Questão Agrária

No início do século XX, a Espanha era um país atrasado e essencialmente agrário, 70% da população espanhola vivia no campo, sua produção correspondia à metade da renda nacional, e era responsável pela maior parte das exportações espanholas, assim como a maior parte dos impostos recolhidos.

Entretanto, a tecnologia e os métodos agrícolas eram primitivos, o arado romano ainda era amplamente utilizado, motivo pelo qual, permaneciam incultos aproximadamente 30% da superfície cultivável, e a Espanha possuía a pior renda por hectare da Europa.

A isso, soma-se a concentração da propriedade da terra, dois terços da terra espanhola era propriedade dos *terratenientes* (latifundiários) e médios proprietários, 50.000 fidalgos possuíam metade do solo cultivável, enquanto milhões de pequenos proprietários possuíam pequenas propriedades, que em média não chegam a 5 hectares por proprietário, do pior solo

espanhol (árido e arenoso). A única exceção eram os pomares da costa mediterrânea, onde a terra era boa, mas os lotes foram divididos em pequenas propriedades “do tamanho de um jardim” (MORROW, 2016, p.31, tradução nossa).

Esses milhões de pequenos proprietários estavam divididos entre os que possuíam seus pequenos lotes de terra. Desses, somente os do norte do país conseguiam arrecadar o suficiente para uma vida mais ou menos digna, enquanto os do sul precisavam vender sua força de trabalho esporadicamente aos *terratenientes* para completar a renda familiar, ou produzir nas terras dos latifundiários. Estes arrendatários, que alugam sua parcela de terra, tendo que pagar aos *terratenientes* com parte da sua produção, estavam expostos a uma “tripla exploração do *terratenientes*, do agiota que financia a colheita, e do comerciante que a compra” (MORROW, 2016, p. 32, tradução nossa), e por fim, completavam o quadro social rural da Espanha, os milhões de trabalhadores rurais (*jornaleros* e *braceros*), particularmente numerosos no sul, que vendiam sua força de trabalho para as grandes propriedades, por salários miseráveis e só encontravam trabalho de noventa a cento e cinquenta dias por ano.

A contradição social do campo espanhol pode ser verificada não apenas numericamente, mas também pelo intenso conflito social que percorreu séculos. A história da Espanha é cheia de levantes camponeses, semelhantes a pequenas guerrilhas, porém que sempre permaneceram isoladas (TROTSKY, 2014). Esses conflitos, com suas pequenas vitórias e grandes derrotas, determinaram ao longo dos séculos as diferenças na condição de vida e na forma da pequena produção das diversas províncias, assim como criaram um antagonismo profundo entre os camponeses e trabalhadores rurais, por um lado, e os proprietários de grandes domínios, por outro (MORROW, 2016).

Se levássemos em conta apenas a parcela da economia espanhola que cabe ao campo e os antagonismos sociais no campo espanhol, já poderíamos dizer que o problema da terra era um dos grandes problemas da revolução democrática neste país, mas, ainda existia um agravante, a necessidade de formar um mercado consumidor interno. Em um país onde a ampla maioria das pessoas vivia do campo, e ao mesmo tempo, seus rendimentos mal pagavam suas necessidades básicas, o problema do mercado era concreto para o desenvolvimento da Espanha, e isso se agravou após a I Guerra Mundial, quando países como Inglaterra e França adotaram políticas protecionistas que dificultavam a exportações espanholas.

A questão se complicava na medida em que o desenvolvimento retardatário espanhol fez com que as relações de propriedade no campo já não fossem estritamente medievais,

coexistindo com um comércio de compra e venda de terras, propriamente capitalista, que impedia, ou ao menos dificultava, com que a reforma agrária espanhola fosse feita nos moldes com que fizeram seus vizinhos franceses. Não foi sem motivos, que a burguesia republicana impôs, ao governo de coalizão socialista/republicano, cuidados especiais com a reforma agrária, que deveria ser tutelada e com terras indenizadas, situação que limitava a reforma ao poder de investimento dos cofres públicos, e que, se considerado no melhor cenário possível, levaria um século para ser concluída.

1.4.2 A industrialização

Já vimos como a industrialização espanhola se realizou tardiamente em relação a seus vizinhos europeus. Na península, a grande indústria capitalista só começou a se desenvolver no século XIX, apoiada pelo capital estrangeiro e ainda limitada geograficamente.

O início do século XX e a I Guerra Mundial permitiram um avanço na industrialização espanhola. Hidroelétricas foram construídas, se desenvolveu a indústria extrativa, a indústria pesada, particularmente metalúrgica, no País Basco, e a indústria leve, particularmente têxtil na Catalunha.

No entanto, a tardia industrialização limitava o crescimento industrial espanhol, a burguesia dependente do capital estrangeiro, por um lado, e ligada a mil laços com os *terratenientes*, por outro, foi incapaz de realizar as mudanças necessárias para que a Espanha pudesse se desenvolver rapidamente.

A guerra possibilitou grandes negócios para a burguesia espanhola, mas cobrou seu preço. Ao final do conflito, sem a antiga demanda externa dos tempos de guerra, e com um débil mercado interno, a indústria espanhola encontrou dificuldades. Primo de Rivera buscou solucionar o problema com altas tarifas alfandegárias, mas Inglaterra e França responderam à tentativa espanhola de protecionismo tarifando seus produtos agrários, que como vimos correspondem à metade das exportações, o resultado foi uma inflação que debilitou ainda mais o frágil mercado espanhol. Na década de 1930, a Espanha representava apenas 1,1% do comércio mundial (MORROW, 2016).

1.4.3 A Igreja

A separação entre Igreja e Estado nunca foi uma tarefa que se realizou por decreto, as revoluções burguesas sempre reservaram um lugar especial a essa luta, e em diversos

momentos, essa tarefa foi realizada pela força. A Igreja espanhola era provavelmente a mais reacionária da Europa, havia se colocado à frente no combate a todas as tentativas revolucionárias do século XIX. Ainda antes, havia combatido o avanço napoleônico. Era por essência medieval e possuía grande poder, que demonstrara historicamente nos diversos atritos com os governantes espanhóis, até mesmo contra governantes cuja dedicação ao catolicismo era inquestionável.

No início da república, possuía aproximadamente 80.000 clérigos, entre monges, sacerdotes, e demais religiosos, mais do que o número de estudantes secundaristas, e o dobro do número de universitários. Controlava a educação oficial, e suas escolas formavam mais de 5 milhões de estudantes, submetidos a uma propaganda conservadora, a qual tinha como finalidade “livrar o estudante de toda influência radical, e manter o campesinato submetido ao analfabetismo” (MORROW, 2016, p. 36, tradução nossa), em um país onde pouco mais da metade da população sabia ler ou escrever.

A Igreja espanhola possuía também grande força material. Por ser a religião oficial, recebia grandes somas anuais do Estado, estava isenta de impostos, inclusive nos seus empreendimentos industriais. Além disso, possuía propriedades rurais, empreendimentos industriais e bancários.

O inquérito do Ministério da Justiça, efetuado no dia seguinte a proclamação da República, lhe atribuiu 11.000 propriedades, estimadas em cerca de 130 milhões de pesetas. Suas propriedades urbanas não eram menos consideráveis, era uma potência no mundo dos negócios, tanto bancário como da indústria, e controlava diretamente, ou por intermédio de seus fantoches, empresas tão importantes como o Banco Urquijo, as minas de cobre de Ríf, as ferrovias do Norte, os bondes de Madrid, e a Companhia Transmediterrânea. (BROUÉ; TÉMINE, s/d, p. 13, tradução nossa)

Ainda assim, durante a república, a Igreja só possuía uma base de massas nas regiões onde a desigualdade social era menos evidente, seja por que havia pobreza generalizada, ou por que o nível de vida era relativamente bom para as condições espanholas (como o País Basco e a Catalunha), nas localidades dominadas pelos latifúndios a igreja era rejeitada pelas massas camponesas e trabalhadoras. Sua posição secular reacionária havia produzido uma reação, as massas enxergavam na Igreja uma propagandista contra qualquer reforma social, todas as tendências da burguesia republicana eram formalmente anticlericais, e em diversas ocasiões, ao iniciar uma revolta, o povo atacava as igrejas e seus representantes. (BROUÉ; TÉMINE, s/d)

Entretanto, já vimos como a burguesia espanhola possuía mil laços com os *terratenientes*, e esses por sua vez, encontravam historicamente na igreja um ponto sólido de

apoio. Essa relação promíscua entre as classes dominantes explica a enorme dificuldade do governo republicano em avançar na resolução desses problemas. Durante o primeiro governo republicano/socialista, as tímidas mudanças na relação entre Estado e Igreja tinham por objetivo tão somente à separação formal, o que foi alvo de protesto da burguesia, e mesmo de setores republicanos, supostamente anticlericais.

1.4.4 O exército

Desde as guerras contra Napoleão, no século XIX, o exército espanhol se tornou o escudo da monarquia. Durante um século repleto de tentativas revolucionárias, o exército foi, e continuaria sendo no século seguinte, a instituição conservadora mais confiável, o porto seguro do Rei e dos *terratenientes*.

A constante necessidade de apoiar-se nesse segmento não poderia deixar de cobrar seu preço. O exército se tornou um refúgio seguro para os membros das classes dominantes, adquiriu diversos privilégios e parasitou a renda estatal. O privilégio mais importante era o direito ao *pronunciamiento*. Não é sem razão que Morrow afirma que a “história da Espanha do século XIX, e primeiro terço do século XX, é uma história de conspirações e *pronunciamientos* militares” (MORROW, 2016, p.37, tradução nossa).

No século XX, o exército espanhol possuía uma enorme casta parasitária, eram 15.000 oficiais e 800 generais, o que significava quase 1 oficial para cada 6 soldados, e 1 general para cada 100 soldados. Eram tão numerosos, que monopolizavam a administração do Marrocos, além de grande parte das forças de segurança internas (guarda civil e polícia). Esses oficiais eram recrutados nas classes possuidoras, conseqüentemente se ligavam por laços de amizade, parentesco, e casamento aos *terratenientes* e a grande burguesia, e com eles compartilhavam o conservadorismo político e o chauvinismo nacional (*hispanidad*).

A questão do controle do exército é fundamental para qualquer regime. O exército espanhol era de tal modo fundido à monarquia, assim como às classes que dela se favoreciam, que é justo afirmar que a destruição do exército, substituindo-o por um novo corpo armado a imagem e semelhança da classe revolucionária, era condição necessária ao desenvolvimento de qualquer revolução na Espanha (TROTSKY, 2014). Não foi um acaso que a reação fascista vitoriosa em 1939, surgiu das fileiras do corpo de oficiais do exército.

1.4.5 A Unidade Nacional e a Questão Colonial

Já vimos que o particular desenvolvimento histórico da Espanha unificou o território a partir de um absolutismo, que não tinha as cidades como base de sustentação. Todo desenvolvimento posterior, deteriorou o intercâmbio entre as províncias, favorecendo a cultura provinciana. Vimos, também, que a unidade espanhola dependia do centralismo de Castela, e conviveu com diversos movimentos separatistas. O capitalismo tardio não tivera tempo de fincar suas tendências centralizadoras nas raízes das províncias espanholas no século XX, apesar de há muito tempo estar formalmente unificada, a Espanha ainda precisava resolver a questão da unidade nacional.

Nas duas regiões mais desenvolvidas da Espanha (País Basco e Catalunha), a alta burguesia possuía laços profundos com as classes monárquicas, no entanto, a pequena burguesia, base fundamental do republicanismo em todas as revoluções anteriores, era massivamente influenciada por tendências separatistas, por maiores que fossem as diferenças entre os movimentos pequeno-burgueses nessas duas regiões, possuíam em comum o desejo da pequena-burguesia pela autonomia regional.

Assim, o republicanismo, ou mesmo o liberalismo, não poderia adquirir uma base de massas sem responder ao problema secular das nacionalidades. Da mesma forma, o movimento operário que almejava se colocar à frente das massas exploradas, não poderia negligenciar essa questão, sem com isso, colaborar com um centralismo artificial e reacionário. Uma prova disso foi o caráter de massas que atingiu a *Esquerra Catalana*, partido republicano de tendências separatistas, que influenciava não somente a pequena-burguesia urbana, mas, também, uma ampla base sindical camponesa (*Unió de Rabassaires*), e inclusive uma parcela do proletariado. Andreu Nin dedicou uma de suas principais obras a esse tema, resgatando historicamente as opiniões de Marx, Engels, Kautsky, Rosa Luxemburgo, e Lênin sobre a questão nacional (NIN, 2008a).

Assim como a questão nacional, a questão colonial era um problema que a revolução necessitava responder. A Espanha havia perdido suas colônias no século XIX, no entanto, no século XX ela colonizaria o Marrocos, dessa vez, com métodos muito parecidos com os utilizados pelos imperialismos capitalistas. A conquista do Marrocos foi um acontecimento importante para propaganda nacionalista da ditadura de Primo de Rivera, e se encontrava administrada diretamente pelo exército. Se o problema da exploração colonial, no qual tanto refletiam os bolcheviques após a revolução de outubro, não fosse motivo suficiente, a permanência do Marrocos como uma colônia, comandada por oficiais reacionários, era um

perigo iminente para a revolução, perigo esse, que se materializou com o golpe militar, que se iniciaria nessa colônia, e manteria ali sua principal base de apoio (MORROW, 2016).

1.5. Breve história da Revolução Espanhola

A crise mundial, que arrebatou o mundo em 1929, não poupou a Espanha. O caos econômico gerado pela fuga de capitais foi o tiro de misericórdia contra a ditadura de Primo de Rivera.

Nascida em consequência de um período de intensa luta de classes, a ditadura perdera força ao longo do tempo, afastando paulatinamente camadas sociais que a princípio a sustentavam, foi o caso de diversos intelectuais, que a apoiavam, mas gradativamente foram enviados ao exílio; do PSOE-UGT, que se afastava cada vez mais devido a impotência da ditadura em promover reformas; da alta burguesia catalã, que foi um dos principais pilares de sustentação da ditadura, e esperava dela incentivos a indústria, mas se decepcionou ao constatar que suas políticas agiam quase sempre em favor dos interesses dos *terratenientes*; e, finalmente da própria monarquia, ansiosa por se eximir de qualquer responsabilidade por um governo em bancarota (BROUÉ, 1992).

Desgastado, Primo de Rivera foi deposto em janeiro de 1930. O fim da ditadura se deu sem que as contradições que a fizeram necessária se resolvessem, e ainda, em um momento econômico complicado. Não demorou para que o descontentamento começasse a se expressar, e em agosto de 1930, reuniram-se os partidos republicanos, que firmariam o *Pacto de San Sebastián*, o qual determinava como objetivo a derrubada da monarquia, a quem responsabilizavam pela ruptura constitucional, que representou a ditadura de Primo de Rivera (BROUÉ, 1992).

Nesse mesmo ano, a Espanha vivenciou uma intensa revolta estudantil, precedida por uma onda de greves autônomas dos trabalhadores. As evidências desses movimentos foram negligenciadas pelos representantes do Partido Comunista³³, porém Trotsky, líder da oposição, os acompanhava com inquietude e, em carta a Andreu Nin, convocava seus partidários à organização:

³³ A incompreensão, por parte dos stalinistas, dos acontecimentos espanhóis nesse período pode ser verificada pelo informe enviado ao Executivo da IC: “Os movimentos desse tipo passam pela tela da história como meros incidentes e não deixam marcas profundas na mente das massas trabalhadoras [...] Uma só greve [...] pode ser mais importante que uma ‘revolução’ como a espanhola” (MANUILSKY apud PAGÈS, 2011, p. 190, tradução nossa).

Em meu artigo expressei de maneira muito prudente a ideia de que, depois de vários anos de ditadura, depois de um movimento de oposição da burguesia, depois de todo ruído artificialmente criado pelos republicanos, depois das manifestações estudantis, deveria se esperar uma ação operária *inevitável*, e deixei a entender que esta ação poderia pegar os partidos revolucionários desprevenidos. Se não estou enganado, certos camaradas espanhóis disseram que eu exagerava a importância das manifestações estudantis e as perspectivas de um movimento operário revolucionário. Logo depois, porém, a luta grevista ganhou uma formidável amplitude na Espanha. É absolutamente impossível discernir claramente quem são os dirigentes dessas greves. Não creia que a Espanha poderia passar pelo ciclo de acontecimentos que se deu na Itália a partir de 1918-1919: fermentação, greve, greve geral, ocupação das fábricas, ausência de direção, refluxo do movimento, o ascenso do fascismo e uma ditadura contrarrevolucionária? O regime de Primo de Rivera não era uma ditadura fascista, pois não se apoiava em uma reação das massas pequeno burguesas. Não creia que, como consequência do indubitável ascenso revolucionário que está se produzindo na Espanha – se a vanguarda proletária permanece, enquanto partido, como no passado, passiva e incapaz – a situação poderá avançar para um autêntico fascismo? O mais perigoso, em tais circunstâncias, é perder tempo. (TROTSKY, 2014, p. 45)

Em dezembro de 1930, os Capitães Galán e García Hernández lideraram um *pronunciamento* republicano em Jaca³⁴, foram derrotados e executados a mando do Rei. A situação era de agitação entre os aliados da monarquia. O Almirante Aznar, líder do governo naquele momento, convocou eleições para eleger os Conselheiros Municipais, numa tentativa de legitimar o governo, já muito desgastado. Os Socialistas denunciaram as eleições, prevendo seu caráter fraudulento e a intenção de amenizar e esconder as responsabilidades da monarquia pela situação, por estes motivos, conclamaram o boicote (PAGÈS, 2011).

É verdade que, como previsto, os mecanismos eleitorais propiciaram aos aliados da monarquia a vitória na maioria dos locais, mas também é verdade que em todos os centros urbanos eles foram impiedosamente derrotados. A pequena burguesia compareceu massivamente às urnas para votar nos republicanos. A eleição, que deveriam moralizar o Rei teve efeito contrário, independentemente do número de conselheiros eleitos por cada tendência. Os aliados do rei, mesmo os do seu círculo mais próximo, o aconselharam a abdicar para evitar o perigo de uma revolução, e, em abril de 1931, o rei partiu para o exílio (BROUÉ, 1992).

Dessa forma, nasceu a segunda república espanhola, sem confrontos armados, sem um único tiro. Os liberais exaltaram essa civilizada revolução, feita com cédulas eleitorais. Trotsky não se deixava enganar, pois para o velho bolchevique a monarquia ruiu “pelas

³⁴ Existia anteriormente um acordo entre republicanos e socialistas, estavam marcadas uma série de manifestações antimonárquicas, e os socialistas preparavam uma greve geral. O levantamento em Jaca se antecipou a essas manifestações, dividindo e derrotando o movimento. Andreu Nin dirá, anos mais tarde, que esse levante foi antecipado pelo medo que a burguesia republicana tinha de que a agitação operária ultrapassasse os limites do acordo com os socialistas, e passasse a atuar enquanto classe independente. (NIN, 1932)

doenças da velha sociedade” (TROTSKY apud BROUÉ, 1992, p. 19). As forças da nova sociedade ainda estavam se consolidando, e seu desenlace final ainda se estenderia no tempo.

Trotsky entendia que a edificação das tarefas democrática não poderia ser levada adiante pela burguesia espanhola, que chegou ao mundo atrasada e possuía laços indissolúveis com as classes da velha sociedade e, portanto, o futuro da revolução dependeria da jovem classe operária, especialmente de sua vanguarda.

O governo provisório dessa nova república foi constituído em base a coligação republicana-socialista, suas tímidas medidas foram incapazes de resolver qualquer um dos grandes problemas espanhóis, e nem mesmo pode realizar mudanças substanciais nesse sentido. Não foi capaz de realizar a reforma agrária, porque devido a seu caráter burguês não poderia abrir mão do princípio da propriedade privada. Primeiro, pelo que já dissemos anteriormente, a propriedade da terra na Espanha já era nesse período, parcialmente capitalista, segundo, porque buscou não assustar os *terratenientes*, declarando que toda expropriação realizada pelo interesse público seria indenizada. Acontece que os frágeis cofres do Estado espanhol não poderiam suportar essa indenização, e a reforma agrária na forma com que foi proposta demoraria um século para se concretizar.

Não foi capaz, também, de resolver o problema do exército reacionário, nesse sentido, se limitou a propor uma aposentadoria voluntária, em termos muito bons para os oficiais, essa medida causou o efeito inverso do desejado, pois, em sua ampla maioria, os voluntários foram os oficiais republicanos, que aproveitaram das boas condições financeiras para abandonar a pesada atmosfera reacionária que dominava o exército.

Não foi capaz, ainda, de resolver o problema da unificação nacional, pelo contrário, se deparou com mobilizações separatistas, principalmente na Catalunha, que conseguiram controlar prometendo um novo estatuto de autonomia, e a instauração da *Generalidad* – antigo governo relativamente autônomo ligado a história dessa província. Também não resolveu o problema colonial, se negando a decretar a independência do Marrocos. Os socialistas justificaram a manutenção da colônia marroquina afirmando que a civilização que começava a se construir na Espanha com o tempo influenciaria o Marrocos, portanto conceder a independência seria o mesmo que abandoná-lo à barbárie. Porém, na prática o Marrocos permanecia uma colônia explorada pela Espanha e totalmente controlada pela oficialidade do exército, que como vimos, era amplamente reacionária, por isso não foi mero acaso que a contrarrevolução começou justamente nessa colônia.

Por fim, não foi capaz de minar o poder da igreja, o plano governamental era uma separação de longo prazo, não expropriou os bens eclesiásticos, limitou-se a decretar a separação formal do Estado e da Igreja, o que na prática somente deixava de repassar a ela verbas estatais, o que por sua vez, era compensado com os rendimentos docentes. Mas essa tímida medida gerou uma furiosa reação clerical, seus jornais se encheram de indignação frente à ingerência de um governo passageiro, no caráter eterno de sua divindade. As posições publicamente antirrepublicanas da Igreja não geraram mais do que indiferença na ampla maioria dos católicos, por outro lado, geraram indignação popular, o que resultou em diversos casos de queima de igrejas (MORROW, 2016).

Essas medidas, tímidas e quase indiferentes, não satisfaziam às classes populares, que entendiam a república como seu governo, e em diversos casos se mobilizaram. Ainda que, o PSOE estivesse no governo, não foi capaz de impedir essa mobilização, nem mesmo na central sindical que dirigia. A polícia do seu próprio governo reprimia severamente, em alguns casos, com uma crueldade ainda maior que na época da monarquia.

A CNT, que havia sido duramente perseguida na ditadura, se reconstruía, e rapidamente agregou ao seu redor aproximadamente 800.000 trabalhadores organizados em seus sindicatos. Internamente duas tendências se destacaram, por um lado, os anarquistas haviam se agrupado em torno da Federação Anarquista Ibérica (FAI), na qual se destacaram os membros do antigo coletivo *Nosotros*, Juan García Oliver e Buenaventura Durruti, que realizaram ações radicais protagonizadas por minorias, e acreditavam que ações exemplares de minorias atuantes pudessem despertar a maioria dos trabalhadores e camponeses. García Oliver chamou essa política de “ginástica revolucionária”, pois tal qual um ginasta, a classe aqueceria seus músculos nessas ações isoladas, fossem qual fossem seus resultados, de forma a se tornar cada vez mais forte; por outro lado, sindicalistas, organizados ao redor de Pestaña, avançaram para posições mais ponderadas e reformistas, acreditavam que a CNT deveria retornar à fase puramente sindical, e buscar melhorias dentro do regime republicano (BROUÉ, 1992).

A falta de reformas substanciais e a feroz repressão do governo republicano-socialista favoreceram a FAI, e sua influência na CNT entrou em ascensão. Diante disso, Pestaña lançou um manifesto assinado por trinta dirigentes cenetistas (Grupo dos Trinta), denunciando os perigos do aventureirismo e propondo medidas reformistas, sendo, com isso, expulsos da CNT.

Por sua vez, o PCE se encontrava em plena orientação ultraesquerdista, já que era a época da política do “terceiro período”, ou “classe contra classe”, aprovada no VI Congresso da IC. Segundo essa diretiva, o mundo se encontrava às vésperas de um novo ascenso revolucionário mundial, e assim, os Partidos Comunistas não deveriam assumir qualquer compromisso, mesmo que parcial, com outras organizações operárias, as quais aliás, consideravam fascistas. Na Espanha, essa política foi seguida à risca, o PCE que até pouco tempo compreendia que nada de importante estava acontecendo na Espanha, passara a defender “todo poder aos soviets”, mas naquele momento, na Espanha não existiam nada similar aos soviets (TROTSKY, 2014).

Dissemos anteriormente que o governo reprimia severamente os levantes operários e camponeses, mas para os monarquistas isso não era suficiente, e ainda em 1932, o general Sanjurjo liderou um *pronunciamento*, abortado pela imediata reação dos operários sevillanos que, liderados pela CNT, decretaram uma greve geral, ao passo que as forças republicanas reprimiam a tentativa dos grupos monarquistas de se apoderarem de Madrid. O general Sanjurjo foi condenado à morte, mas sua sentença foi revogada. Frente ao fracasso do golpe monarquista, o governo expropriava os bens dos envolvidos, promovia uma aceleração na reforma agrária, e aprovava a autonomia catalã (BROUÉ, 1992).

Em 1933, foram os anarquistas da FAI que se aventuram em uma tentativa insurrecional, que logo foi reprimida. Um desses casos se tornou emblemático, a repressão ao levante em Casas Viejas, onde trinta anarquistas foram queimados vivos enquanto tentavam se refugiar, e outros tantos foram sumariamente executados. Os carrascos responsabilizaram o governo, que segundo eles, ordenou que não se fizesse prisioneiros (BROUÉ, 1992).

Essa política de repressão brutal, o arsenal jurídico que o governo se atribui com a Lei de 8 de abril de 1932 sobre o controle dos sindicatos, a Lei sobre a Ordem Pública de julho de 1933, a Lei sobre os vagabundos que permite perseguir e bater, ao mesmo tempo, nos desempregados e nos militantes profissionais, a obrigação de um aviso prévio de oito dias para toda greve, a multiplicação das prisões preventivas, a proteção concedida pela polícia aos comandos antianarquistas, tudo isso dá, doravante, ao novo regime a sua fisionomia antioperária, exaspera as contradições, aguça as divergências e prepara realinhamentos dentro do movimento operário. (BROUÉ, 1992, p. 38)

Durante esse período, Leon Trotsky e Andreu Nin trocaram correspondência intensamente. Entre os assuntos discutidos estão à construção do partido revolucionário na Espanha e as táticas necessárias para acelerar a experiência da classe trabalhadora. Nesse momento, o que nos importa é destacar que a Izquierda Comunista de España (ICE) lutava

pela criação de juntas revolucionárias (soviets), e levantava a política de Frente Única Operária. Editava a revista Comunismo, que foi o melhor instrumento teórico do marxismo espanhol nesse período, e a alcançou muito sucesso entre os intelectuais (ANDRADE, 2014). Embora pequena e com pouca expressão na classe operária espanhola, sem força suficiente para influenciar os trabalhadores a construir as juntas revolucionárias, a ICE pode cumprir um importante papel na etapa seguinte, uma vez que sua política de Frente Única Operária exerceu grande influência, fortalecida pelos acontecimentos internacionais, particularmente a ascensão de Hitler na Alemanha, que colocaram em alerta a vanguarda da classe operária espanhola (PAGÈS, 2011).

As eleições para as Cortes, marcadas para novembro de 1933, se transformaram em um catalisador para as novas reconfigurações dos partidos no cenário político. O governo provisório republicano-socialista havia fracassado, os republicanos, pressionados pela direita, acusavam os socialistas de terem sido cúmplices dos levantes populares. Na avaliação dos setores republicanos menos inclinados à coalizão, o PSOE seria, no mínimo, inútil para blindar o governo das mobilizações populares. No PSOE, por sua vez, começava a surgir, particularmente nas juventudes de Madrid, uma ala esquerda, crítica ao reformismo, ao mesmo tempo em que um importante setor da direção do partido, cuja maior expressão foi Largo Caballero, se tornava mais crítica à coalizão, acusavam os republicanos de serem um empecilho para as reformas sociais, e as eleições obrigavam os militantes a se posicionar. Comunistas e anarquistas acusavam os socialistas pelo desastre do governo provisório. Enquanto, no campo reacionário, a Espanha via nascer os primeiros grupos propriamente fascistas, as Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (JONS) e a *Falange Española* (HEYWOOD, 1993).

Frente às eleições, os socialistas decidiram não reproduzir a coalizão, e em 1933, socialistas e republicanos apresentam separadamente suas candidaturas. Entretanto a lei eleitoral espanhola favorecia a coalizão, e, além disso, os anarquistas lançaram uma forte campanha pelo voto nulo que obteve grande sucesso, as abstenções nessas eleições chegaram a 32,5%. Separados, os socialistas perderam metade de suas cadeiras, os republicanos, por sua vez, entraram em bancarrota, e uma nova coligação passou a exercer a principal força nas Cortes, a Confederação Espanhola das Direitas Autônomas (CEDA).

Ora, a vitória das direitas não é uma simples peripécia, mas, para os seus inspiradores, uma primeira etapa. Pois não se trata, no seu espírito, de um retorno no pêndulo de uma simples alternância no poder, mas do início de um contra-ataque

para o qual serão empregados, se necessário, outros meios além dos eleitorais. (BROUÉ, 1992, p.47)

A CEDA passou a ser o maior partido das Cortes, mas nesse momento, ainda não participava do governo. Esse novo governo tinha à frente o liberal republicano Alejandro Lerroux García, que sistematicamente atacou as poucas reformas realizadas pelo governo anterior, conforme nos relata P. Broué: a investigação dos crimes cometidos pela monarquia foi arquivada, a Igreja recebeu vantajosos subsídios, ao passo que as escolas tiveram seus créditos diminuídos. Calvo Sotelo, simpatizante do fascismo italiano, exilado desde a queda da monarquia, foi anistiado; Sanjurjo e os demais detidos pela fracassada tentativa do *pronunciamento* de 1932 foram postos em liberdade; Na Catalunha, o governo central interveio em medidas tomadas pela *Generalidad*, violando a autonomia conquistada no governo anterior em proveito da alta burguesia de Barcelona; grupos de juventudes fascistas tomaram as ruas, sob a proteção da polícia etc... (BROUÉ, 1992).

A necessidade de ação conjunta da classe operária é latente, há tempos os trotskistas da ICE haviam previsto a situação, a política de Frente Única Operária aparecia mais forte do que nunca. Dessa política surgiram as Alianças Operárias³⁵, que agrupavam, além da ICE, o Bloco Operário e Camponês (BOC), dirigido por Joaquín Maurín, uma parte do PSOE, e os sindicalistas ao redor de Pestaña.

Em outubro de 1934, a CEDA exigiu lugar no governo, o PSOE advertiu que consideraria isso uma “declaração de guerra”, mas o governo anunciou a participação da CEDA mesmo assim. Em Barcelona e em Madri, a UGT, junto às Alianças Operárias, lançou um chamado à greve geral, que foi logo desmontada pelas forças do governo, entretanto, as forças governamentais não foram tão eficientes na Astúrias, onde foi registrado o episódio mais importante desse período (Idem, 1992).

Na Astúrias, diferente de Barcelona e Madri, a CNT se juntou ao chamado da greve geral, conformando uma poderosa Frente Única Operária, que contou também com a adesão do Partido Comunista Espanhol (PCE). Os trabalhadores se organizaram em comitês locais, e instalaram a greve geral no dia 4 de outubro, no dia seguinte, começaram a ocupar aldeia por aldeia, desarmando as forças policiais, até ocuparem Oviedo, a capital da província, no dia 6.

³⁵ Cabe resaltar aqui, que na historiografia do comunismo espanhol os créditos a idealização da Aliança Operária não é ponto consensual. Autores como Solano (2000), apontam o BOC como idealizador dessa aliança, entretanto, Pagès (2011) destaca o fato de que o BOC só adotou a tática da frente única a partir de 1933, enquanto a Oposição Comunista Espanhola (antecessora da ICE), já trabalhava nessa perspectiva anteriormente. Cabe destacar também que a afirmação de Pagès é respaldada documentalmente, enquanto a afirmação de Solano se baseia em sua própria memória. Por rigor científico assumimos nesse trabalho a afirmação de Pagès como verdadeira.

A reação do governo foi confiada ao general López Ochoa, que retomou Oviedo no dia 12, no dia 18 foi negociada a rendição dos insurretos, mas, mesmo assim, franco-atiradores resistiram por semanas, o saldo final foi alarmante, segundo Pierre Broué, “3.000 trabalhadores mortos, 7.000 feridos, mais de 40.000 aprisionados” (BROUE, 1992, p. 53).

Trotsky criticou duramente a passividade da seção espanhola no conflito, para ele “Muitos camaradas lutaram ferozmente de forma individual. Mas a seção espanhola em seu conjunto se destacou mais por sua crítica ‘objetiva’, que por sua atividade revolucionária.” (TROTSKY, 2014, p.157).

Ainda assim, a conclusão que ele chegou foi a mesma de Nin, para eles o que faltou no levante na Astúrias foi um partido revolucionário, mas, esse importante marco comum não os reaproximou, pelo contrário, gerou uma nova polêmica, pois a Juventude Socialista, que se radicalizou ainda mais após o conflito, chegou à mesma conclusão, e Trotsky insistiu na necessidade de aplicar um giro na seção espanhola, ou seja, ele sugeriu o “entrismo” no PSOE, para influenciar a ala à esquerda, particularmente a Juventude Socialista, e preparar o terreno para criação de um partido nacional (BROUÉ, 1992).

Nin e a maioria da seção espanhola negou essa política, e a classificou como “oportunista”. Essa polêmica marcou a ruptura dos espanhóis com a Oposição de Esquerda, e o grupo de Nin se fundiu ao Bloco Operário e Camponês (BOC), grupo liderado por Maurín, fundando o Partido Operário de Unificação Marxista (POUM) em 25 de setembro de 1935.

O novo partido situa-se na tradição comunista, a da Revolução de Outubro e dos quatro primeiros congressos da IC, sob a bandeira ‘de Lenin e Trotski’, mas toma as suas distâncias em relação ao ‘trotskismo’ e às suas organizações para a IV Internacional. (BROUÉ, 1992, p.56)

Esse período foi fundamental para a compreensão dos acontecimentos. A radicalização à esquerda no movimento operário foi acompanhada pela radicalização à direita na CEDA, na qual dois grupos se destacaram nesse processo: a Juventud Acción Popular (JAP), dirigida por Ramón Serrano Suñer, cunhado de Franco; e, a Falange, um partido inspirado no fascismo italiano, dirigido por José Antonio Primo de Rivera, filho do ditador Primo de Rivera. A crise se instalara no governo, e a CEDA já não mais se contentava. Seu principal líder, Gil Robles, aceitou o Ministério da Guerra, e começou a preparar metodicamente o *pronunciamento*. Essa atmosfera de radicalização à esquerda do PSOE, que era o partido operário considerado mais conciliador, e por outro lado, a radicalização à direita dos setores conservadores, mostrou os indícios de uma polarização social iminente. No entanto, um novo elemento político

importante se somou aos acontecimentos, o VII Congresso da Internacional Comunista, que aprovou uma nova orientação, particularmente relevante na Espanha: a Frente Popular.

Nas eleições de 1936, formou-se a Frente Popular entre os republicanos, o PSOE, o PCE, e o POUM³⁶, com um programa moderado de retorno à política dos primeiros anos da revolução. A adesão eleitoral do POUM à Frente Popular causou um novo choque entre Trotsky e Nin. O primeiro qualificou essa política como uma “traição ao proletariado em favor de uma aliança com a burguesia” (TROTSKY, 2014, p.159), o segundo justificou a adesão pela pressão popular para libertação dos presos políticos, e o risco de se isolar das massas (NIN, 1969). Essa polêmica se amplificou após a participação direta do POUM no governo de Frente Popular em Barcelona.

A vitória da Frente Popular, no entanto, não freou a contrarrevolução armada. Os insurretos reacionários se prepararam para uma vitória rápida, mesmo que fossem necessárias as medidas mais radicais, com a finalidade de acabar definitivamente com a revolução. A contrarrevolução armou o golpe, e na noite do dia 17 de julho de 1936 aniquilaram toda a resistência no exército do Marrocos. No dia 18, o governo negou o fato, apresentou-o como o contrário, dizendo que o movimento antirrepublicano foi sufocado, e negou o armamento do proletariado reivindicado pela UGT. O PSOE e PCE lançaram um comunicado comum manifestando subordinação ao governo e a confiança na capacidade dele em defender a República - “o governo ordena e a Frente Popular obedece” (BROUÉ; TÉMIME, s/d, p.46, tradução nossa). No entanto, nessa mesma noite, UGT e CNT lançaram um chamado à Greve Geral.

No dia 19, os insurretos iniciaram a contra revolução na Península, mas, o efeito surpresa não funcionou. O levantamento dos contrarrevolucionários foi igual em todos os lugares, mas produziu resultados distintos. O resultado desses primeiros embates foram determinados majoritariamente pela reação dos operários em cada localidade, quando “as organizações operárias se deixam paralisar pela preocupação de respeitar a legalidade republicana, cada vez que seus dirigentes se contentam com a palavra dada pelos oficiais” (BROUÉ, 1992, p.73), os insurretos obtêm sucesso, no entanto, “cada vez que os operários tiveram tempo de se armar, cada vez que lutaram imediatamente pela destruição do Exército enquanto tal” (BROUÉ, 1992, p.73) os insurretos foram derrotados.

³⁶ O POUM defendia a ideia de uma Frente Operária para as eleições, mas não obteve sucesso. Assim, coube a ele escolher apenas se participaria ou não da Frente Popular. Apesar de ter participado da Frente Popular nas eleições, o POUM logo se desligou dela, mas posteriormente participa ativamente do governo de Frente Popular da Catalunha. Mais adiante, veremos de forma mais completa a relação entre o POUM e a Frente Popular.

No dia 20, a situação foi resolvida, nos locais onde os insurretos venceram, eles passaram a exercer o governo, mas, onde os operários venceram eles criaram comitês de governo, que na prática passaram a controlar todas as funções públicas. O governo perdeu, da noite para o dia, todo seu poder, mas não foi extinto. Ainda que impotente e débil, ele existia, e esse fato criava na Espanha, ou pelo menos nas localidades que não pertenciam aos insurretos, uma situação de duplo poder.

Nesse momento, a situação de duplo poder só se sustentava por que as organizações operárias vacilavam em tomar o poder, a ala direita do PSOE e o PCE, em conjunto com a burguesia republicana, defendia que os comitês tomassem lugar no governo, renovando o governo republicano, mas não o substituindo. A ala esquerda do PSOE falava em varrer os “burocratas”, e abrir passagem a “novas formas revolucionárias de direção”, mas, não determinava exatamente qual seria. Os anarquistas, em sua maioria, se recusavam a lutar pelo poder, pois isso contrariava seus princípios. Finalmente o POUM não enxergava essa necessidade, pois caracterizava a situação como uma ditadura operária, ao menos na Catalunha, em setembro Nin discursou:

O que é a ditadura do proletariado? É a autoridade exercida única e exclusivamente pela classe trabalhadora, a anulação de todos os direitos políticos e de toda liberdade para os representantes das classes inimigas. Se a ditadura do proletariado é isso, companheiros, eu afirmo que hoje na Catalunha existe a ditadura do proletariado. (NIN, 1971, p.182, tradução nossa)

Assim a situação de duplo poder se estendeu, o POUM tentou asilar Trotsky na Espanha, nesse período, mas isso não se efetivou. Em uma carta a Jean Rous, Trotsky buscou apontar a tarefa prática fundamental para o POUM, e o autorizou a mostrá-la a Nin. No entanto, essa carta nunca chegou a seu destino, pois foi interceptada por agentes de Mussolini, e descoberta somente na década de 1970, pelo historiador Paolo Spriano (BROUÉ apud TROTSKY, 2014). Independentemente do recebimento da carta, o importante é demonstrar que durante o segundo semestre de 1936, até o início de 1937, sob a influência dos acontecimentos, existiu uma tentativa clara de Trotsky de buscar as bases para uma política comum com o POUM.

Os insurretos, vitoriosos em uma parte considerável da Espanha, não descansaram. Durante o levante, eles sofreram importantes baixas na marinha e na aeronáutica, os soldados amotinados frustraram seus planos, os navios e aviões eram fundamentais, mas eles contaram com a ajuda de Hitler e Mussolini para suprir essa deficiência, com essa ajuda puderam trazer

as tropas do Marrocos e recomeçar uma ofensiva contrarrevolucionária, dessa vez, usufruindo de um verdadeiro aparato militar (BROUÉ, 1992).

O chamado campo republicano não contava com a mesma ajuda, a França, onde um governo de Frente Popular subia ao poder, negou ajuda e determinou uma política de não intervenção, seguida pela Inglaterra, e até mesmo pela União Soviética. Os líderes da ala direita do PSOE e o PCE buscavam a todo custo evitar os “excessos”, a política era ganhar a confiança dos países que se negavam a ajudar, e para isso, precisavam obter garantias de que a revolução espanhola não ultrapassaria os limites da república burguesa.

Rapidamente, um conflito político surgiu na retaguarda da Frente Popular, que pode ser sistematizado no campo da oposição em duas palavras de ordem, “ganhar a guerra para depois fazer a revolução”, ou “fazer a revolução para ganhar a guerra”³⁷.

O POUM, apesar de intransigente defensor da Revolução Socialista como única arma capaz de barrar o avanço franquista, após o recuo da CNT na sua doutrina apolítica³⁸, seguiu e aceitou a dissolução do Comitê Central de Milícias Antifascistas, assim como colaborou com o governo da *Generalidad* em Barcelona.

Trotsky denunciou incansavelmente a política do POUM:

“Ou Nin, Andrade e Gorkin mudam radialmente sua política, de Martov para Lênin, ou conduzem o POUM a uma ruptura, e inclusive talvez a uma terrível derrota. As declarações revolucionárias (discursos, editoriais solenes) não fazem a revolução avançar nem um só passo. A luta dos operários poumistas é gloriosa, mas sem uma direção firme não se pode conduzi-la à vitória. Trata-se de dirigir com suprema coragem as massas contra suas direções traidoras. Aqui começa a sabedoria. Romper com o fantasma da burguesia, que só permanece na Frente Popular para impedir que os operários façam sua revolução.” (TROTSKY, 2014, p.183)

A tensão entre os partidos operários aumentou, o ápice foi a provocação em Barcelona, local onde os operários ainda mantinham posições conquistadas em julho de 1936. No dia 3 de maio de 1937, o Comissário da Ordem Pública Rodríguez Salas, membro do

³⁷ A fórmula “ganhar a guerra para fazer a revolução” foi popularizada pelo PCE, após o início da guerra civil. A partir de uma demanda positiva (ganhar a guerra) se ocultava a demanda negativa (frustrar a revolução), essa característica, que estava de acordo com os interesses de Stalin, se tornou uma das formulas mais pronunciadas pelo PCE. A fórmula “fazer a revolução para ganhar a guerra” foi utilizada pelo POUM para se contrapor ao PCE. Com ela, o POUM buscava afirmar que a guerra civil e a revolução não se separam, mas são sinônimos. (NIN, 1969, p. 37-38)

³⁸ A CNT se negava a impor seu socialismo libertário em prol dos princípios antipolíticos. Entretanto, traíam esses mesmos princípios para se unirem a Frente Popular, acreditando que seu “sacrifício” seria recompensado com a vitória na guerra civil. Garcia Oliver, seu principal dirigente, ocuparia o cargo de Ministro da Justiça em Madri. (PAGÈS, 2011)

PSOE, com o apoio de três caminhões de guarda, invadiu a central telefônica controlada pela CNT. Os milicianos resistiram e a agressão resultou numa greve geral autônoma das massas operárias, ou seja, sem o chamado de nenhum partido ou sindicato, Barcelona foi coberta por barricadas.

O POUM, inicialmente apoiou os trabalhadores, assim como as Juventudes Libertárias, e os Amigos de Durruti, mas, a CNT, com uma posição mais conciliadora, entrou em acordo com o governo da Generalidad, que desaprovou a iniciativa de Rodríguez Salas, e chamou de volta a normalidade. Frente a isso, o POUM preferiu não assumir os riscos de lutar sem a CNT, e também recuou. Desorientados e desmoralizados pelo recuo de suas direções, grande parte dos trabalhadores recuaram, uma minoria manteve as barricadas, mas sem chances de vitória.

No entanto, a “situação de normalidade” não poderia retornar, ao menos não da mesma forma, a reação interna encontrou a oportunidade de tomar as rédeas da situação, e somente o PCE tinha consciência suficiente para entender os métodos necessários para finalmente frear o desenvolvimento da revolução: a violência.

“Na realidade, as ‘jornadas de Maio’ eram a agonia final da revolução. Essa explosão inacabada de guerra civil, vai ser imediatamente explorada pela coalizão moderada e sua ala de ação, o PCE. Enquanto a CNT tudo fez para apaziguar o conflito, enquanto o POUM se recusou assumir o risco de ultrapassar a CNT, cuja prudência cega ele condenava no entanto, a imprensa stalinista se desencadeia contra essa ‘insurreição’ que afirma ter sido ‘preparada pelos trotskistas do POUM’ com a ajuda da polícia secreta alemã e italiana.” (BROUÉ, 1992, p.99)

Os ministros comunistas exigiram a dissolução do POUM, e a prisão de seus dirigentes, o governo se recusou, e foi substituído por outro, o governo de Juan Negrín se encarregou do trabalho. Os líderes do POUM foram presos, Nin foi entregue pela polícia ao agente de Stalin, Alexander Orlov, foi levado para uma prisão particular, torturado e morto³⁹.

Posteriormente, a guerra civil ainda duraria alguns meses, até a vitória de Franco em 1939. Trotsky, que morreu no México em agosto de 1940, também assassinado por um agente de Stalin⁴⁰, deixou inacabada uma obra sobre as experiências espanholas, reconstruída por seus partidários, a partir de notas e fragmentos, e publicada em dezembro de 1940, com o nome de “Classe, partido e direção”.

³⁹ Durante muito tempo o assassinato de Andreu Nin foi negado, tanto pelo governo de Negrin, quanto pelo PCE, porem após a abertura dos arquivos da antiga União Soviética foi comprovado seu assassinato por agentes soviéticos. A respeito da morte de Nin ver: GENOVÉS, M. D. Operación Nikolai, TVE, 1992 (DVD).

⁴⁰ A respeito da morte de Trotsky ver: Garmabella (1972), Deutscher (2006), e/ou CHAVARRIAS, A. O ELEITO, 2016 (longa-metragem).

2 TROTSKY E NIN: AS DIVERGÊNCIAS E SEU SIGNIFICADO

2.1 Apontamentos Preliminares

2.1.1 *Andreu Nin e a Oposição de Esquerda*

A relação de cooperação política entre Andreu Nin e a Oposição de Esquerda antecedeu a revolução espanhola, e nos remete ao período de combate interno do partido comunista russo. É certo que Nin tomou partido da oposição liderada por Trotsky, contra a direção oficial do partido, entretanto, o período exato em que começa essa cooperação não é muito preciso.

Historiadores como Guillamón (2003) e González (2006) afirmam que Nin se uniu a Oposição de Esquerda a partir de 1926. É possível encontrar respaldo nessa tese em documentos históricos, possivelmente, o documento mais relevante é uma carta de Nin datada de abril de 1925, e publicada no mês seguinte, nela ele afirmou que durante os anos de 1923 e 1924 esteve a favor da política do Comitê Central e contra a oposição, que não estava de acordo com a interpretação histórica de Trotsky sobre a revolução de 1917 e a atuação do partido bolchevique⁴¹, e afirmou, também, que estava ao lado do Comitê Executivo da IC contra todos os “desvios de direita” (Nin apud PAGÈS, 2011). Entretanto, as sutilezas que podem envolver os conflitos internos a um partido político, potencializados pela força ascendente da burocracia, e conseqüentemente seus métodos de repressão e perseguição, não nos permitem olhar a carta de Nin como um argumento conclusivo. É plausível a hipótese de que sua carta tenha servido a propósitos mais complexos, não sendo verdadeira sua desvinculação teórica e prática com a oposição. Brouéu (1992) e Tosstorff (1998) defendem a hipótese de que Nin aderiu à Oposição de Esquerda desde seu início, em 1923. Tosstorff argumenta que a carta de Nin havia sido uma maneira de evitar ser destituído dos cargos de direção que ocupava. Essa tese se embasa nas memórias de Burlejos, Gorkín e Trotsky (TOSSTORFF, 1998), e converge com as memórias do próprio Nin, em entrevista concedida anos depois a Domènec de Bellmunt (Nin, 1935).

⁴¹ Para se compreender a relevância da referência a interpretação histórica de Trotsky é necessário entender o contexto da época. Após a primeira derrota da oposição de esquerda, seu líder, Leon Trotsky, é removido para funções secundárias de Estado, entretanto, isso não o impediu de continuar sua luta, apenas modificou o terreno em que está se desenvolvendo. Impedido de manter a polemica nos marcos políticos, ele utiliza sua nova função para publicar uma obra sobre a revolução de outubro, que é considerada pelo Comitê Central do partido russo como uma “guerra literária”, pois nessa obra Trotsky relembra a posição política dos atuais dirigentes do partido, particularmente Zinoviev e Kamenev, que se opuseram decididamente a tomada do poder pelos bolcheviques. Naquele momento, esse fato era desconhecido das amplas massas e, até mesmo, da maior parte dos membros do partido que se filiaram após a revolução. O Comitê Central negou o fato, e se empenhou em desacreditar Trotsky.

Seja como for, o certo é que Nin aderiu à oposição quando ainda se encontrava na Rússia, tomando partido da disputa propriamente política sobre os rumos do comunismo internacional, e vivenciando toda a experiência desse conflito. Desde que deixou a Espanha, Nin pôde vivenciar privilegiadas experiências: 1) Como dirigente da ISR pode conhecer profundamente o trabalho sindical do movimento comunista em diversos países do mundo, assim como conhecer e manter relações com destacadas figuras das mais diversas nacionalidades; 2) Como membro do soviet de Moscou pôde vivenciar as transformações que a Rússia sofreu durante a década de 1920, não apenas como um observador, mas como agente político ativo.

Durante sua estadia na URSS, Nin manteve correspondência com Maurín. Normalmente essa correspondência se centrava nas questões da Espanha, e quase nunca escreviam sobre a situação na URSS, com exceção de breves comentários, porém, em 17 de janeiro de 1929, Nin escreveu uma carta sobre como o sistema soviético se encontrava profundamente corrompido nas suas mais diversas instâncias, dos sindicatos ao aparelho governamental, descreveu a repressão brutal e sistemática do governo aos opositores, e questionou-se: “É possível que do velho partido revolucionário e combativo não sobrou nada, além da Oposição?” (NIN, 1985, p. 115, tradução nossa).

É uma política de loucura [...] um verdadeiro terror [...] Esses últimos dias continuam as detenções em massa. Não há noite que não se pratiquem [...] Se propõem a deixar Moscou totalmente livre de opositoristas, e a situação dos deportados piorou muito. (NIN, 1985, p. 113, tradução nossa)

Desde o início de 1929, Nin buscava sair da URSS por razões propriamente políticas, como o ostracismo político que o partido o havia imposto devido a sua vinculação com a oposição, e as perseguições aos opositoristas, mas, também, por razões pessoais, como o sentimento de isolamento e solidão, que compuseram um complexo caldo de motivos que fizeram com que a vida de Nin na URSS se tornasse insuportável. A troca de correspondência com Maurín foi um testemunho dessa vontade, nela ele pediu ao amigo que busque uma autorização de residência em seu nome, inicialmente na França ou Bélgica, e posteriormente em qualquer outro país, entretanto a iniciativa não teve sucesso (PAGÈS, 2011).

No início de 1930, chegavam às notícias do fim da ditadura de Primo de Rivera na Espanha, e o reestabelecimento das garantias constitucionais, assim como da anistia aos presos políticos promulgadas por seu sucessor, o General Dámaso Berenguer. Nin requisitou autorização ao governo soviético para retornar à sua terra, e novamente não obteve sucesso.

Apenas em agosto desse mesmo ano, Nin conseguiu sair da URSS e retornar a Espanha, entretanto, não com uma autorização, mas na condição de exilado, pois em 11 de agosto de 1930, Nin foi expulso da URSS (PAGÈS, 2011).

Quando Nin finalmente retornou a Espanha, a oposição de esquerda espanhola, que havia sido criada no ano anterior por comunistas exilados, começava a se organizar e ganhava a adesão de importantes figuras do comunismo espanhol (GUILLAMÓN, 2003). A chegada de Nin representava um reforço de rara qualidade aos opositoristas, nessa época, ele provavelmente era o comunista espanhol mais experiente e conhecido internacionalmente (PAGÈS, 1977). Nesse contexto, se desenvolveu a correspondência entre Trotsky e Nin, que apesar de sua aparência amistosa, esteve recheada por constantes polêmicas.

2.1.2 O proletariado e Revolução Democrática: Breves apontamentos sobre a Teoria da Revolução Permanente no contexto espanhol

Andreu Nin chegou a Barcelona nos últimos meses de 1930⁴², momento em que a efervescência social antimonárquica⁴³ se encontrava em apogeu. Como dissemos no capítulo anterior, durante o século XIX, três processos revolucionários antimonárquicos foram registrados na Espanha, em cada um deles a burguesia espanhola falhou em levar adiante a tarefa revolucionária que a burguesia francesa e inglesa outrora realizaram em seus respectivos países. Para a OEI, na década de 30 do século XX, a burguesia era ainda menos capaz de desempenhar o papel revolucionário de líder das classes subalternas.

A burguesia espanhola não pode, na atualidade ainda menos que no século XIX, ter a pretensão de desempenhar o papel histórico que desempenhou em outro tempo a burguesia britânica ou a francesa. A grande burguesia industrial da Espanha, que chegou muito tarde, que depende do capital estrangeiro, que está colada como um vampiro no corpo do povo, é incapaz de desempenhar, ainda que seja por um curto prazo, o papel de caudilho da ‘nação’ contra as velhas castas. Os magnatas da indústria espanhola formam um corpo hostil ao povo, são um dos grupos mais reacionários do bloco – corroído por rivalidades internas – dos banqueiros, industriais, latifundiários, da monarquia, seus generais e funcionários. Basta lembrar

⁴² Pagés (2011) e Guillamón (2013) afirmam que Nin chega à Espanha em setembro de 1930, por outro lado, Solano (2000) afirma que esse retorno se realizou em outubro.

⁴³ Já vimos anteriormente que o governo do General Dámaso Berenguer, que sucedeu a ditadura de Primo de Rivera, teve como objetivo fundamental a manutenção da monarquia. Vimos também que esse período foi marcado por diversas erupções sociais antimonárquicas, tais como a mobilização estudantil, as greves operárias, e o levantamento militar em Jaca. Assim como pelo pacto antimonárquico entre socialistas e republicanos, e o reaparecimento dos jornais, sindicatos e partidos da classe operária.

que o ponto de apoio mais importante da ditadura de Primo de Rivera foram os fabricantes da Catalunha. (TROTSKY, 2014, p. 54)

Se a monarquia já não possuía condições de manter seu domínio, e a burguesia não poderia liderar das classes subalternas, o papel hegemônico no processo revolucionário caberia ao jovem proletariado espanhol. Ainda em 1930, meses antes da fuga do Rei, Trotsky já havia compreendido que se o proletariado não fosse capaz de desempenhar a tarefa que a história lhe incumbia, o desfecho do processo revolucionário espanhol poderia ser o fascismo (TROTSKY, 2014, p. 45).

Já dissemos no capítulo anterior, que a Espanha era um país com o desenvolvimento capitalista tardio. Nessas condições, o proletariado só poderia exercer sua hegemonia aliado às massas camponesas. Para Trotsky, a história demonstrava que, por suas particularidades de classe, o camponês não pode cumprir um papel independente na revolução democrática, o camponês segue a burguesia ou o proletariado, ou mais precisamente, nos momentos mais agudos de polarização social derivadas de um período revolucionário, suas camadas superiores se alinham com a burguesia, enquanto suas camadas inferiores se alinham com o proletariado, cabendo às camadas intermediárias escolher entre um ou outro. Portanto, uma aliança operária e camponesa só poderia ser concebível se a direção política pertencesse ao proletariado. Para Trotsky, a ideia de que essa aliança poderia se construir de outra forma era um engodo deliberado em favor da burguesia.

Entretanto, para que o proletariado pudesse realizar uma aliança com os camponeses, ele necessitaria afastá-los da burguesia. Para fazer isso, o proletariado necessitaria assumir as demandas democráticas, que a burguesia de um país com desenvolvimento capitalista tardio é incapaz de realizar plenamente.

Creio que dificilmente será possível deixar de lado a consigna de Cortes constituintes revolucionárias. A população espanhola não é formada por mais de 70% de camponeses? Como compreenderiam a consigna de uma 'república operária'? Os socialistas e os republicanos de um lado e os padres de outro diriam aos camponeses que os operários querem dominá-los e reinar sobre eles. O que lhes explicariam? Não vejo mais que uma só resposta a dar nas presentes circunstâncias: queremos que os operários e os camponeses expulsem os funcionários nomeados pelo poder superior e, de forma geral, a todos os responsáveis por repressões, todos os opressores, e que expressem sua livre vontade pelo sufrágio universal. Poder-se-á *conduzir* os camponeses à república operária, ou seja, à ditadura do proletariado, no decorrer da luta pela terra e por seus demais objetivos, mas não é possível propor *a priori* aos camponeses a fórmula da ditadura do proletariado. (TROTSKY, 2014, p. 66-67)

Se a revolução democrática, em um país de capitalismo retardatário, só poderia se realizar através de uma aliança com as massas camponesas, lideradas pelo proletariado, então, em caso de vitória, o poder político pertenceria à classe operária. Portanto, a realização das demandas democráticas só é concebível por meio da ditadura do proletariado.

A ditadura do proletariado, que sobe ao poder como força dirigente da revolução democrática, será colocada, inevitável e muito rapidamente, diante de tarefas que a levarão a fazer incursões profundas no direito burguês da propriedade. No curso do seu desenvolvimento, a revolução democrática se transforma diretamente em revolução socialista, tornando-se, pois uma revolução *permanente*. (TROTSKY, 1979, p. 139, grifo do autor)

Dessa forma, na época imperialista⁴⁴, a revolução democrática e socialista não são duas etapas dogmaticamente divididas em um rígido esquema escolástico, mas pertencem a um processo comum de desenvolvimento vivo, posto que a revolução democrática não pode mais ser realizada completamente sem a ditadura do proletariado, que por sua vez, só pode resolver as questões das demandas democráticas investindo contra os princípios da propriedade burguesa, e, assim, colocando em pauta questões nitidamente socialistas.

A classe operária é formada por diversos grupos, frações de classe, cujos interesses imediatos não são necessariamente convergentes em todos os momentos históricos, e cuja consciência de classe atinge níveis diferentes, e se desenvolve em diferentes ritmos, com isso, a consequência política dessa desigualdade é a diversidade de tendências no movimento operário. Para que a classe operária possa intervir coletivamente em um processo revolucionário, ela necessita de organismos de frentes únicas, instituições como foram os soviets na Rússia, por exemplo. Somente assim, a classe operária pode agir como uma única classe, e compartilhar em seu seio a experiência dessa ação, reduzindo a discrepância entre o nível de consciência das diferentes frações de classe.

No entanto, a formação de instituições de frentes únicas não garante por si só a independência da classe, ou a clareza das tarefas que ela deve realizar. Por exemplo, na Rússia, os soviets que fizeram a revolução de outubro, apoiaram o governo burguês poucos meses antes. Como os soviets russos passaram de organismos de apoio governamental, para

⁴⁴ Utilizamos o conceito “imperialismo” no sentido qualificado por Lenin: É uma fase específica do capitalismo que se caracteriza pelo domínio dos monopólios. O monopólio nasce a partir de uma transformação, de quantidade em qualidade, do livre comércio – base do capitalismo –, mas ao mesmo tempo o suprime – ainda que o livre comércio não desapareça totalmente –, assim o imperialismo é uma fase superior do capitalismo, mas é também sua degeneração. Nessa fase, o capitalismo esgotou seu papel progressista na história da humanidade, portanto, é um fator historicamente reacionário. O imperialismo é também uma fase de transição, onde o desenvolvimento econômico se choca com as fronteiras das formas de produção capitalista, por isso ele é um momento de constantes crises, guerras, e revoluções (LENIN, 2008).

organismos insurrecionais, em um curto período de tempo? Isso foi possível porque as massas da classe revolucionária, cuja consciência se desenvolve de forma exponencial em um processo revolucionário, compreenderam que suas demandas mais importantes só se realizariam com o aprofundamento da revolução, e em determinado momento confluíram com uma vanguarda organizada no Partido Comunista, que anteriormente previu o desfecho do processo, e se dirigiu sistematicamente e conscientemente nessa direção, conquistando a confiança dos setores mais decididos da classe operária, e conseqüentemente a hegemonia nos soviets.

A ideia exposta até aqui foi desenvolvida por Trotsky a partir das experiências da primeira revolução na Rússia, em 1905, e ficou conhecida como a Teoria da Revolução Permanente. Essa teoria foi posta à prova em 1917, produzindo um resultado amplamente satisfatório, nessa ocasião a classe operária realizou a aliança com as massas camponesas a partir das demandas democráticas, no caso, a luta pela terra e pela paz. Essa aliança se chocou não apenas com as forças reacionárias, mas também com a burguesia, e os partidos de base operária e pequeno-burguesa que defendiam o direito da burguesia em exercer o poder político na etapa democrática da revolução. O resultado, como previsto por Trotsky, foi que a classe operária terminou em posse do poder político e, para realizar as tarefas que se propunha, foi posteriormente obrigada a avançar para resoluções propriamente socialistas. Leon Trotsky e Andreu Nin coincidiam com o que foi dito até esse momento. Em um artigo publicado no jornal *L'Hora*, em janeiro de 1931, Nin expôs a relação entre a revolução democrática e socialista, e as tarefas colocadas para a classe operária espanhola.

A condição indispensável para a vitória [...] é o abandono do infecundo apoliticismo, a ruptura de todo contato com os partidos republicanos, a adoção de um programa próprio, o reforço dos sindicatos de classe, a constituição de conselhos de fábrica e de juntas revolucionárias, e, sobretudo, a criação de um potente partido comunista, cérebro e guia da revolução. (NIN apud PAGES, 2011, p. 195, tradução nossa)

Os pontos mais importantes de divergência entre Trotsky e Nin nos primeiros anos da década de 1930 não se encontravam na perspectiva geral dos acontecimentos, ou na avaliação das tarefas do proletariado, mas em como construir o Partido Revolucionário necessário para a vitória.

2.2 A Correspondência entre Trotsky e Nin

2.2.1 O caso Rosmer-Molinier

Em 1930, uma polêmica surgiu na *Ligue Communiste*, grupo francês da OEI, que colocaria em rota de colisão Alfred Rosmer e Raymond Molinier. A *Ligue Communiste* havia criado a *Opposition Unitaire*, que foi um grupo de frente única sindical contra a direção stalinista da *Confédération Générale du Travail Unitaire*, Trotsky criticou essa tática energeticamente, pois considerava equivocado na luta contra a influência stalinista no movimento comunista internacional, compor um bloco com elementos que constituíam a direita do Partido Comunista Francês (PCF), e haviam sido expulsos por cederem a desvios oportunistas e sindicalistas (GUILLAMÓN, 2003).

O que Trotsky criticava na orientação de Rosmer era seu bloco com os elementos que atacavam o partido pela direita [...] Em sua concepção, a fração stalinista conformava o centro do partido, uma burocracia parasitária que se colocava acima da classe operária, porém que dependia das formas proletárias de propriedade estabelecidas após a revolução e, portanto, se via obrigada a defender o Estado operário. A direita do partido, em vez disso, embora em alguns momentos fosse a favor de uma maior democracia interna (e isso só em determinados casos, pois dentro do partido soviético havia feito frente comum junto aos stalinistas contra as demandas de democracia interna da Oposição Unificada) tinha um programa social e econômico que, em última instância, levava a restauração do capitalismo na URSS. (GUILLAMÓN, 2003, p. 7, tradução nossa)

Trotsky, a partir dessa compreensão do papel histórico das frações do partido, rejeitava uma aliança com a ala direita, e insistia na independência da Oposição de Esquerda. Essa avaliação não foi específica ao caso francês, a mesma lógica havia levado Trotsky a negar uma frente com o grupo de Bukhárin na URSS, após a ruptura Stalin-Bukhárin (DEUTSCHER, 2005).

Molinier, que anteriormente havia aprovado a criação da *Opposition Unitaire*, assimilou a crítica de Trotsky e passou a se opor a essa tática. Com a ajuda de Molinier, a interpretação de Trotsky venceu o conflito no grupo francês. Rosmer procurou repreender Molinier, exigindo sua expulsão, que não foi acatada. O conflito resultou na mudança da direção da Liga, frente a isso, Rosmer e parte do seu grupo abandonaram a *Ligue Communiste*. Aos olhos de Trotsky, a atitude de Rosmer se igualava a uma deserção (GUILLAMÓN, 2003). Fora da Liga, Rosmer constituiu um novo grupo, *Gauche Communiste*, e insistia que o conflito que motivou seu atrito com Molinier era puramente pessoal, não político.

O conflito francês teve repercussões internacionais, todos os principais grupos opositoristas tomaram parte no conflito. Para Trotsky, isso era uma forma eficaz de politizar a discussão, amadurecer os jovens grupos opositoristas, e depurar a oposição dos elementos vacilantes, ao seu entender, inaptos para o trabalho duro e sistemático de construir uma fração opositora.

Para que os pequenos grupos nacionais, sem base teórica suficiente, sem tradições, sem experiência, não se desviem do caminho no processo de esclarecimento paciente, é necessário um firme vínculo entre eles, é necessário uma verificação recíproca constante, é necessário um controle ideológico organizado, uma implacabilidade ideológica dupla ou tripla [...] (TROTSKY, 2003, p. 22, tradução nossa)

É nesse contexto, que Trotsky insiste em cobrar que Nin se posicione frente ao conflito. Dissemos anteriormente, que em 1930, Nin conseguiu sair da URSS e seguir em direção a Barcelona, e Paris estava na rota de seu retorno. Ciente disso, Trotsky lhe escreveu informando do conflito interno na oposição francesa, e expressou sua opinião sobre o conflito, além disso, pediu para Nin que escutasse as duas partes, e lhe desse uma opinião.

Não tenho dúvidas de que em Paris lhe informarão sobre a luta interna na Liga [...] Se em Paris você se aprofundar em todos esses assuntos internos (acho que deveria fazê-lo), é necessário que você ouça as duas partes. Ficarei feliz se você me escrever em detalhes sobre as impressões que extrair. (TROTSKY, 2003, p.22, tradução nossa)

Nin, por sua vez não acatou o conselho de Trotsky, e durante sua estadia em Paris ele se encontrou com Rosmer, mas não com Molinier ou qualquer outro partidário da outra parte do conflito. Esse foi o primeiro sintoma que levaria Trotsky a criticar o método com que Nin apreciava a questão.

Durante os meses que se seguiram, manteve uma atitude vacilante quanto ao problema, em diversas cartas afirmava não compreender a essência da crise francesa, e buscava o esclarecimento por meio da análise pessoal dos envolvidos, que em sua opinião “não resolve o fundo da questão, mas também tem sua importância” (NIN, 2003, p.15, tradução nossa).

Já fora da Liga, Rosmer visitou Nin na Catalunha, no decorrer de 1931. Trotsky se incomodou ao tomar conhecimento dessa visita por terceiros, e mesmo anteriormente desconfiava que Nin, em suas cartas, não manifestava em todos os momentos sua real opinião sobre os assuntos em pauta, se esquivando por meio de generalizações, e evitando respostas

diretas. Para Trotsky isso seria uma forma de diplomacia improdutiva entre revolucionários. O silêncio sobre a visita de Rosmer fortaleceu essa desconfiança.

Sobre tudo há algo que me incomoda. Você não pode desconhecer a posição atual de Rosmer. Nesta questão, eu esperava da sua parte maior honestidade. Se você acha que eu tenho cometido tal ou qual erro em relação a Rosmer estou disposto a ouvir não importa qual crítica, mesmo a mais dura, e estou disposto a fazer tudo para reparar a situação, estragada inteira e exclusivamente por causa de Rosmer. Mas, confesso que o fato de você omitir a visita de Rosmer, sem me informar o que ele quer, propõe e o que, de acordo com sua opinião e avaliação, devo fazer nesta questão, me incomoda muito. É aí que, em minha opinião, há um componente da diplomacia. (TROTSKY, 2003, p.28, tradução nossa)

Em resposta, Nin negou que não tenha informado Trotsky da visita de Rosmer, e relatou que Rosmer lhe informou sobre detalhes que ele desconhecia, entretanto, sem dizer quais eram esses elementos novos, ele reafirmou que possuía dúvidas em relação ao caso francês, propondo a necessidade de uma entrevista pessoal com Molinier para saná-las.

Eu quero falar sobre a visita de Rosmer. Em primeiro lugar, devo dizer que estou convencido de que falei sobre essa visita. Mas, na realidade não havia muito para contar. Ele tem sido muito sóbrio em seus juízos e não se pronunciou a respeito dos assuntos espanhóis no sentido que você indica. Sobre as questões francesas, ele me explicou coisas que eu não conhecia o suficiente. E devo dizer honestamente que, nessas questões, ainda não vejo claramente. Necessitaria ver Molinier e Frank pessoalmente para conversar com eles [...] (NIN, 2003, p.18-19, tradução nossa)

A resposta não satisfaz Trotsky, que em sua opinião a considerou problemática na forma e no conteúdo. Em relação à forma, Trotsky ao mesmo tempo em que afirmou o caráter inseparável entre o aspecto político e pessoal, ressaltado diversas vezes por Nin, o acusou não só separá-los, como de sobrepôr o aspecto pessoal ao político. Se a política e os agentes que a praticam são inseparáveis é porque existe uma relação complementar entre ambas, entretanto, se para compreender a política é necessário o conhecimento íntimo do agente, então o aspecto pessoal torna-se determinante. Então, retoricamente, ele questionou se uma organização internacional, frente a uma polêmica, devia enviar os representantes dessa polêmica a todas as capitais do mundo? (TROTSKY, 2003)

Em relação ao conteúdo, Trotsky rejeitou a indecisão de Nin. Naquela época, a OEI havia passado por diversas pequenas rupturas, em diferentes países, para se separar dos grupos ou indivíduos ideologicamente incompatíveis. Esse processo de separação, desgastante e trabalhoso, havia servido para moldar a jovem oposição, aprofundando sua identidade política e ideológica, e dando-lhe fisionomia própria, culminando na produção de um amplo material publicado em seus jornais e boletins. Rosmer havia apoiado, direta ou indiretamente,

todos os grupos que, pelos motivos mais diversos, foram apartados durante esse processo de depuração da OEI, o que para Trotsky demonstrava uma divergência claramente política. Portanto, era incompreensível que um experiente dirigente como Nin exigisse uma audiência com um militante da sua própria organização para decidir se estava de acordo com a política construída por essa mesma organização durante os últimos anos.

Pode ser que, demasiadamente ocupado pelos problemas espanhóis, não tenha lido as publicações estrangeiras da Oposição, entre outras *La Vérité*, o Boletim russo e, sobretudo, o Boletim internacional? De outra forma, deveria compreender sua atitude assim: para você, todo o trabalho ideológico destes últimos anos não existe e o substitui por impressões pessoais. Porém, isso é impressionismo, não marxismo. Evidentemente que esta não pode ser sua política. (TROTSKY, 2003, p. 29, tradução nossa)

Em resposta, Nin buscou esclarecer seu ponto de vista. Para ele, a posição de Trotsky e Molinier em relação à questão sindical francesa é fundamentalmente correta, entretanto, coloca em dúvida que Rosmer possuía uma posição politicamente distinta, afirmando hipoteticamente que talvez tudo não passasse de um mal entendido, e que a Rosmer haviam sido atribuídas posições políticas que em verdade este não teria, e desde esse ponto de vista Nin reivindicava a importância do aspecto pessoal no problema francês.

Ou me expressei mal (o que é possível, pois, devido a minha falta de tempo, escrevo muito precipitadamente), ou então você não me entendeu corretamente. Eu nunca subordinei (o que seria absurdo) as questões políticas às questões pessoais, acredito (e você é da mesma opinião) que as pessoas desempenham um grande papel. Não tive tempo para estudar em profundidade os documentos que dizem respeito à questão francesa. Estou fazendo isso atualmente e certamente por causa desta circunstância não vejo ainda muito claro. Sua abordagem à questão sindical parece absolutamente justa, em geral. Mas ainda não consegui perceber até que ponto os erros que você aponta realmente existem. E é aí que as questões pessoais possuem um papel. Às vezes são atribuídas às pessoas concepções que nunca tiveram. Não é uma acusação que eu faço contra você (isso está muito longe das minhas intenções), mas esta hipótese não está excluída do lado francês. Repito, é apenas suposição. Um estudo aprofundado dos documentos, sem dúvida, me ajudaria a chegar a conclusões precisas. Por outro lado, conheci M (circunstância que tem sua importância) e devo dizer que me produziu excelente impressão. Não deixarei de lhe informar minha opinião final. (NIN, 2003, p. 19, tradução nossa)

Como mencionado, Molinier esteve na Catalunha. Nesse período, manteve constante relação com Nin, discutindo tanto a questão francesa quanto as perspectivas na Espanha. Em setembro de 1931, um ano após a passagem de Nin por Paris, ele finalmente chegou a uma conclusão.

Durante as duas últimas semanas estudei em profundidade todos os documentos relativos à questão francesa [...] todas as minhas dúvidas desapareceram. Agora estou convencido de que a razão não está do lado de Naville e Rosmer [...] A posição de M [Molinier] me parece absolutamente justa, e a aquisição de militantes como ele, julgo como um grande bem para a Oposição. (NIN, 2003, p. 19-20, tradução nossa)

Poder-se-ia supor que a questão estava resolvida, contudo as coisas não se desenvolveram assim. Durante sua visita, Molinier havia se comprometido a colaborar financeiramente para publicação do jornal *El Soviet*, que Nin pretendia publicar. Porém, os efeitos da crise de 1929 ainda se faziam sentir nesses anos, e diversos militantes da oposição se encontravam com dificuldades financeiras, e a ajuda prometida por Molinier não se manteve.

Nin escreveu ao Secretariado Internacional relatando o problema, em sua carta afirmou que os militantes espanhóis já haviam previsto as dificuldades que encontrariam para publicar esse jornal, motivo pelo qual não o haviam publicado antes, somente a promessa de auxílio financeiro os encorajou a iniciar a publicação, sem a ajuda prometida por Molinier o jornal *El Soviet* se tornaria insustentável. O jornal teria de ser suspenso, o motivo público seria a censura imposta pelo governador, pretexto que, para Nin, permitia uma saída “honrada” (NIN, 2003). Ao final dessa carta desferiu um ataque direto: “O culpado direto de tudo isso é o camarada Molinier, que agiu com leviandade inqualificável. Na realidade, um sabotador consciente da Oposição não haveria feito melhor que Molinier.” (NIN, 2003, p. 20, tradução nossa).

Nin não se limitou a repreender Molinier por não ter cumprido com a promessa de auxílio financeiro, mas em carta enviada a Trotsky, faz questão de acrescentar que ele cumpriu também um “*papel nefasto*” na Liga francesa e na Oposição internacional, sem acrescentar qualquer novo esclarecimento, se restringiu a afirmar que “Todas as informações que possuo (além da nossa própria experiência) me confirmam esta posição” (NIN, 2003, p. 21, tradução nossa).

Trotsky rejeitou integralmente as ponderações de Nin. Em primeiro lugar rechaçou a forma como foi tratada a justificativa da suspensão do jornal *El Soviet*, julgou como absurdo que uma publicação marxista justifique sua suspensão como forma de protesto frente à censura, assim como se recusar a informar aos operários as causas reais da suspensão, e com isso, também se recusar a convocar os operários a se solidarizarem e ajudarem a manter o jornal.

[...] Você escreve sobre a suspensão ‘honrosa’ do *El Soviet* como resposta à censura formal do governador. Acho que essa maneira de colocar a questão é fundamentalmente falsa. Uma organização revolucionária não pode cessar uma publicação escondendo-se sob a forma de um simples protesto político. Esse gesto é digno de um democrata, porém não de um marxista. Um marxista deve usar as possibilidades legais até o final, completando-as com as ilegais. Não há nada de ‘vergonhoso’ em submeter-se à censura, se não tem força para derrubá-la. É uma questão de correlação de forças, não de moral abstrata. Cessar uma publicação sem substituí-la por uma ilegal significa simplesmente desertar. Nisso, não vejo nada ‘honroso’ [...] Então, como se deveria ter agido? Expondo aberta e francamente aos operários o que estava acontecendo: a ajuda dos operários não está sendo suficiente, o apoio prometido pelos amigos não chegou, nos vemos obrigados a cessar temporariamente a publicação do jornal *El Soviet*, porém retrocedemos para avançar melhor. Operários, ajudai-nos! Aqui está como, em minha opinião, se deveria explicar a suspensão momentânea do semanário [...] (TROTSKY, 2003, p. 31, tradução nossa)

Em segundo lugar, Trotsky se espantou com a falta de sensibilidade de Nin a situação financeira dos militantes, seriamente abalada pelos reflexos da crise mundial, e se indignou com o fato de que a Oposição espanhola fez um escândalo internacional por não receber o apoio financeiro prometido, quando, além de ser plenamente justificável frente à situação econômica, a seção espanhola vinha recebendo atenção especial da OIE. Nisso, Trotsky enxergou uma falta de camaradagem estranha às tradições da classe operária.

A Oposição internacional tem manifestado atenção excepcional à Oposição espanhola, se considerarmos a debilidade de nossas forças. A crise mundial atingiu indiretamente, porém de forma muito real, todos os camaradas que têm a possibilidade de prestar apoio financeiro. O desemprego faz cruéis estragos em todos os lugares, em terríveis proporções. Entre os camaradas opositores alemães, muitos são completamente desprovidos de meios de subsistência. Toda a Oposição alemã não recebeu nem metade da atenção que recebeu a Oposição espanhola, ainda que, na Alemanha, a situação é incomparavelmente mais grave do que na Espanha. Nestas condições, iniciar um escândalo internacional porque dois ou três camaradas não enviaram dinheiro com suficiente regularidade, devido a dificuldades materiais, ainda que tivessem se comprometido firmemente a apoiar a publicação espanhola. Não! É inadmissível. Nisso existe um espírito que nos é estranho, que não é nem revolucionário, nem proletário, nem comunista. (TROTSKY, 2003, p. 32, tradução nossa)

Disso, Trotsky concluiu que a única explicação para esse escândalo era de Nin prestar um apoio indireto a Rosmer. Acrescentou, ainda, o caráter oportunista do método utilizado, que dissimulava a discussão propriamente política do problema, aproveitando uma situação específica para realizar um ataque supostamente pessoal (TROTSKY, 2003). De fato, nas cartas posteriores, Nin insistiu que não existia problema político, mas sim pessoal (NIN, 2003), coincidentemente se utilizando da mesma forma com que, como vimos anteriormente, Rosmer havia apresentado o problema.

Em 1932, a polêmica específica do caso francês já tinha pouca, ou nenhuma, relevância. O mais importante nesse momento era a relação que Nin, e a Oposição espanhola, mantinham com a OEI. Essa foi a principal crítica de Trotsky sobre nesse assunto.

A minha impressão sobre o papel que a Oposição espanhola desempenha nos assuntos internacionais continua sendo extremamente desfavorável. Durante os três anos de minha permanência no exterior, houve um processo de seleção dos elementos verdadeiramente revolucionários na Oposição, e sua separação dos filisteus, que simplesmente desertam. Os camaradas espanhóis não participaram desse trabalho. Não interviram em assuntos internacionais, exceto no caso em que se consideram pessoalmente afetados e, neste caso, interviram de tal maneira que ajudaram os desertores de nossas fileiras. (TROTSKY, 2003, p. 32, tradução nossa)

2.2.2 Como construir a Oposição de Esquerda na Espanha.

Quando Nin retorna a Espanha, encontra o movimento operário amplamente fragmentado, Pagès o chamou de “mosaico de organizações” (PAGÈS, 2011, p. 190). Vimos no capítulo anterior que socialistas e cenetistas eram as tendências mais fortes do movimento operário espanhol em 1930, os comunistas eram um setor minoritário, quase insignificante do movimento, e também se encontravam fragmentados, coexistiam: 1) O Partido Comunista Espanhol (PCE), dirigido por Bullejos, que defendia nessa época, uma política ultraesquerdista e putchista, compatível com as decisões do VI Congresso da IC (PAGÈS, 2011); 2) Algumas federações, que formalmente faziam parte do PCE, mas que na prática possuíam uma relativa independência, a mais relevante delas era a Federação Comunista Catalã-Balear (FCC-B); 3) O Partido Comunista Catalão, cuja principal característica era a defesa intransigente do separatismo, motivo pelo qual havia rompido com o PCE, e se reivindicava o PC da Catalunha, ainda que a IC não os reconhecesse; 4) Simpatizantes dispersos da Oposição de Esquerda, que começavam a se agrupar ao redor do pequeno grupo fundado no exílio, a Oposição Comunista Espanhola (OCE), que se considerava uma fração do PCE.

Na Catalunha, segundo carta enviada por Nin a Trotsky, o PCE era insignificante, e a OCE inexistente. As únicas forças comunistas, com alguma inserção na classe operária catalã, eram a FCC-B e o Partido Comunista Catalão (NIN, 2003), estes se encontravam em um momento de aproximação e trabalho comum, tendo em vista a unificação de suas forças, o que aconteceria somente no ano seguinte, com a criação do Bloco Operário e Camponês (BOC) (PAGÈS, 2011).

Desde um ponto de vista internacional, a OEI se considerava uma fração crítica da IC, portanto, seus grupos nacionais estavam orientados a trabalhar como fração no Partido Comunista de seu País. Na Espanha, a fragmentação do movimento comunista, e a fragilidade do PCE inquietam Nin, conforme verificamos na sua correspondência com Trotsky.

Partido Comunista Oficial: Existe alguns grupos em Biscaia, Astúrias, Andaluzia, porem sua influência é nula [...] A dificuldade da nossa tarefa é consequência de ainda não termos um partido [...] Na Espanha, repito, não há partido [...] No partido unificado ou em grupos existentes, reivindicaremos nosso direito de defender nossa posição. (NIN, 2003, p. 14, tradução nossa)

A visível debilidade do Partido Comunista Espanhol, que naquele momento defendia uma política sectária, e a existência de diversos grupos comunistas, que em muitos casos possuíam maior inserção na classe operária, maior capacidade de mobilização, e membros qualitativamente mais capazes que o partido oficial, levou Nin a concluir que “na Espanha o proletariado organizará seu partido fora do partido oficial (que de fato não existe) e contra ele” (NIN, 2003, p. 15, tradução nossa). Trotsky adverte sobre os perigos de julgar o PCE apenas pela sua condição momentânea, e alerta para o fato de que o PCE é uma seção nacional da IC que, longe de ser débil, possui as vantagens materiais e morais de dirigir o único Estado operário existente naquele momento.

Embora atualmente o partido oficial seja débil, insignificante, existem, contudo, as possibilidades históricas externas a ele, na URSS e em tudo o que está ligado a URSS. É por isso que guiar-se empiricamente apenas pela atual correlação de forças me parece perigoso. (TROTSKY, 2003, p. 23, tradução nossa)

Apesar dessa advertência, uma semana antes, Trotsky escreveu uma brochura intitulada “A revolução espanhola e a tarefa dos comunistas”, que foi publicamente divulgada em diversas línguas, e que serviu tanto para divulgação das ideias da Oposição de Esquerda mundialmente, quanto como manifesto para a construção da Oposição na Espanha. Nesse texto, encontramos a seguinte passagem:

É difícil julgar de fora a maneira pela qual se estabelecerão as relações das diferentes organizações e grupos comunistas atuais e qual será seu destino no futuro. A experiência mostrará. Os grandes acontecimentos submetem as ideias, as organizações, e os homens a provas infalíveis. **Se a direção da IC se mostrar incapaz de propor aos operários espanhóis nada mais do que uma política falsa, um mando burocrático e a cisão, o verdadeiro Partido Comunista da Espanha se formará e se temperará fora do marco oficial da Internacional Comunista.** De qualquer maneira, o partido deve ser criado. Deve ser único e centralizado. (TROTSKY, 2014, p. 64-65, grifo nosso)

Portanto, concluímos que Trotsky considera seriamente essa opinião de Nin, melhor localizado para uma avaliação mais precisa. É relevante que ele aponte claramente a possibilidade do partido espanhol ser construído “fora” e “contra” o partido oficial, visto que se trata de um texto de divulgação pública e amplamente distribuído pelo mundo, e que, nesse momento a Oposição de Esquerda se considerasse parte da IC, ainda que como fração crítica.

O que foi escrito até esse momento é importante para compreender a relação posterior de Nin com a FCC-B, ainda em 1930, ele descreve a FCC-B da seguinte forma:

Federação Comunista Catalã-Balear: Até pouco tempo estava ligada ao partido oficial. Seu líder mais destacado é Maurín. Após sua chegada à Espanha, o C.E. [Comitê Executivo], que nunca viu esse camarada com bons olhos (porque, apesar de suas dúvidas, é um camarada muito inteligente e sobretudo muito honesto), pediu-lhe que fizesse uma declaração contra o trotskismo e renunciando "aos seus antigos erros". Rechaçou essa declaração e foi expulso. A Federação Catalã-Balear solidarizou-se com Maurín, sendo expulsa em bloco [...] A Federação tem um órgão, um jornal, *La Batalla*, que tem uma tiragem de oito mil exemplares. O jornal é muito confuso... Por isso, não é necessário dar muita importância à publicação do infeliz relatório de Stalin. Publicou isso como poderia ter publicado outra coisa. Talvez tenham inserido por falta de material. Esse mesmo jornal, por exemplo, no dia do aniversário de Outubro, publicou os retratos dos líderes da revolução, e entre eles, o seu[...] (NIN, 2003, p. 14, tradução nossa)

Cabe destacar aqui, que a informação fornecida por Nin, referente ao rechaço de Maurín às exigências do PCE, não é totalmente exata, sendo necessários alguns esclarecimentos. Durante a Conferência de Pamplona, celebrada em Bilbão em março de 1930, a direção do PCE acusa Maurín de trotskismo, o único representante da FCC-B na conferência, Arlandis, contesta enfaticamente a acusação. Chegou-se ao acordo de que Maurín “escreveria alguns artigos contra o trotskismo, e assinaria uma declaração segundo a qual estava de acordo com a linha de política da Internacional Comunista” (PAGÈS, 1977, p. 44). Essa exigência foi aceita por Maurín, e só não se realizou porque o PCE, posteriormente, fez uma terceira exigência, a de que em sua declaração, Maurín renunciasse a seus erros políticos passados. Sendo esta terceira exigência a rechaçada por Maurín, o que se transformou no motivo de sua expulsão. A importância desse esclarecimento é que, nesse momento, a FCC-B considerava suas divergências com a direção da IC apenas pela perspectiva nacional, ou seja, divergiam da política sindical, da questão nacional, e da linha política adotada para a Espanha (GUILLAMÓN, 2013), porém convergiam em relação à linha política internacional (PAGÈS, 1977).

Feito esse esclarecimento, Nin considerava a FCC-B como um grupo ideologicamente confuso, entretanto com alguma influência no movimento operário e mais próximo de suas opiniões do que o partido oficial. Sua simpatia pela FCC-B também se baseava em sua relação pessoal com Maurín, o principal líder desse grupo, ambos compartilhavam uma trajetória política muito próxima, desde a militância no sindicalismo revolucionário até a adesão ao comunismo, e desenvolveram uma profunda amizade. Nin acreditava que a melhor forma de construir a Oposição de Esquerda na Catalunha seria através da FCC-B, e que poderia fazer isso de forma diplomática, ou seja, sem uma crítica contundente à política da FCC-B.

Algumas palavras sobre Maurín. Não sei se você sabe que estou unido a ele por uma antiga amizade. Maurín está muito próximo de nós, e estou certo de que, em breve, ele acabará se pronunciando em favor da Oposição. Seria uma aquisição de grande valor, posto que é, como já lhe disse, muito estimado e honesto. Poderíamos estragar tudo se o atacássemos de uma forma demasiadamente injustificada. (NIN, 2003, p. 14-15, tradução nossa)

Em dezembro de 1930, a tentativa de *pronunciamento* republicano em Jaca foi derrotada, a repressão subsequente não poupou os comunistas catalães, e Andreu Nin foi detido na Prisão Celular de Barcelona no dia 20 de dezembro de 1930, por ordem do Governo Civil de Barcelona, onde ficou preso até 8 de fevereiro de 1931 (PAGÈS, 2011). Maurín teve o mesmo destino, detido na mesma prisão, e o período de cárcere comum os aproximou ainda mais. É durante esse período que Nin encontra uma fórmula tática para dar forma a sua concepção de que o caminho para construção do partido revolucionário na Catalunha passa pela FCC-B.

Meu proceder me parece muito claro (e digo ‘meu’ porque sou oficialmente o único membro da Oposição de Esquerda que existe aqui): devo entrar na Federação. Andrade e Lacroix, os melhores elementos que temos na Espanha, compartilham minha opinião. Eu já enviei porta-vozes e seguramente serei admitido sem renunciar, naturalmente, nenhuma das minhas posições [...] No mês que vem, deve-se reunir o congresso de fusão⁴⁵. Maurín é encarregado de escrever as teses sobre a questão política e as tarefas do partido. Pois bem, aproveitando o fato de que somos ‘vizinhos’ (vive ao meu lado⁴⁶) escrevemos a tese conjuntamente [...] Seria tolice renunciar a uma ação comum, quando é possível fazê-lo em base a uma plataforma política totalmente aceitável. (NIN, 2003, p. 15, tradução nossa)

⁴⁵ Referência a fusão entre a FCC-B e o Partido Comunista Catalão.

⁴⁶ Referência ao fato de que ambos se encontravam presos no mesmo presídio.

A FCC-B era a organização comunista espanhola que mais se assemelhava as opiniões da ala direita da IC (GUILLAMÓN, 2013). Já vimos anteriormente que uma crise política havia sido gerada na França devido à criação de uma frente sindical com essa tendência do partido, na Espanha, Nin propunha se somar a corrente que mais se aproximava dessa tendência. Poder-se-ia supor que essa proposta entrasse em choque com Trotsky, porém não foi assim que as coisas aconteceram. Trotsky estava disposto a ser mais flexível na Espanha, em sua opinião, a fragmentação do comunismo espanhol e a conjuntura revolucionária justificavam essa flexibilidade, porém insistia que o fundamental era estabelecer solidamente a oposição.

A entrada dos comunistas de esquerda em organizações mais amplas e confusas se justifica na Espanha mais do que em qualquer outro lugar, pelo estado das fileiras comunistas, por um lado, e pela situação revolucionária, por outro. Mas essa tática cria o perigo imediato da dissolução dos opositoristas de esquerda em outras correntes e frações. É por isso que a criação de um centro da Oposição de Esquerda parece-me a condição necessária e urgente para a entrada das esquerdas em outras organizações. São necessários, um jornal da oposição da esquerda e um boletim interno. (TROTSKY, 2003, p. 23, tradução nossa)

Desde que Nin regressou a Espanha, Trotsky insistia na necessidade de consolidar a oposição espanhola. Essa foi sua principal preocupação, é notório como esse tópico aparece diversas vezes nas cartas endereçadas a Nin, independentemente dos assuntos em pauta, à conclusão sempre se voltava a essa necessidade. Trotsky acreditava que toda iniciativa revolucionária esvaeceria se estivesse desvinculada do fortalecimento de uma organização revolucionária.

As questões de estratégia e tática revolucionárias só fazem sentido se houver o "fator subjetivo" dessa estratégia, ou seja, uma organização revolucionária, mesmo que pouco numerosa, a princípio. (TROTSKY, 2003, p. 24, tradução nossa)

Podemos ilustrar satisfatoriamente a forma com que Trotsky enxergava essa questão a partir de uma discussão tática sobre as eleições para as Cortes Constituintes, convocadas pelo governo Berenguer⁴⁷ após a efervescência social que se alastrou na Espanha, no final de 1930, essas eleições eram uma tentativa de moralização da monarquia, que pretendia reestabelecer

⁴⁷ O General Berenguer, que convocou as eleições, não estaria no poder no momento em que está se realizaram. No dia 14 de fevereiro de 1931 foi afastado pelo Rei Alfonso XIII, e substituído pelo Almirante Aznar. Trotsky interpretou esse fato como uma "semicapitulação do Rei", e um sintoma da fraqueza da monarquia espanhola, a desintegração de suas camadas dirigentes, e o medo que sentiam do povo e da revolução. E afirma: "O respeito fetichista ao poder impregnado na consciência das massas populares recebeu um golpe moral. Milhões de corações vão transbordar de satisfação, segurança, audácia: esse fluxo os temperará, os inspirará e os empurrará adiante." (TROTSKY, 2014, p. 68)

uma situação constitucional que havia sido quebrada com a ditadura de Primo de Rivera, e entre republicanos e socialistas crescia uma forte opinião pelo boicote.

Nin acreditava que os comunistas deveriam boicotar as eleições se a maior parte dos partidos de oposição o fizesse, caso contrário, os comunistas deveriam participar (NIN, 26/01/1931, p. 15-16), dessa forma, assumia uma posição passiva frente ao desenvolvimento posterior dos acontecimentos, política que coincidia com a da FCC-B, que já estava selecionando seus candidatos e programando a discussão eleitoral em seu congresso, para o caso dos “partidos de oposição não decidirem pelo boicote” (NIN, 2003, p. 16, tradução nossa).

Trotsky por outro lado, acreditava que a existência de uma forte opinião favorável ao boicote entre os republicanos e socialistas era sintomática, indicando potencial agitação nas camadas populares, portanto, caberia à organização revolucionária tomar a iniciativa pelo boicote, o que por si só dificultaria um possível recuo dos republicanos e socialistas. É importante destacar que, na opinião de Trotsky, o boicote tem um caráter ativo, não se trata somente de não participar das eleições, mas de realizar reuniões públicas e manifestações, denunciar as eleições como uma farsa destinada a permitir uma sobrevida à monarquia espanhola, contrapor a essa farsa a consigna de Cortes Constituintes Revolucionárias, denunciar todos os candidatos dispostos a participar como inimigos do povo, e criar, junto aos operários, comitês de boicote, que poderiam se tornar no futuro o embrião das juntas operárias (TROTSKY, 2003, p. 24). Para isso, seria necessária uma organização, mesmo que pequena, mas, que fosse capaz de transformar essa experiência em fortalecimento político.

Segundo Trotsky, “apesar da Oposição de Esquerda ser débil, se toma a iniciativa de apresentar as questões políticas (agrárias) e organizativas da revolução, poderia, em pouco tempo, ocupar uma situação dirigente no movimento” (TROTSKY, 2003, p. 23, tradução nossa). A discussão sobre a tática adequada frente às eleições nos interessa como um modo de ilustrar a forma com que ele concebia a transformação de núcleos iniciais da organização em força dirigente do movimento operário. Essas situações, oferecidas pela conjuntura revolucionária da Espanha, eram compreendidas por Trotsky como preciosas oportunidades, e o inquietava o fato de que as oportunidades passavam e não eram aproveitadas.

Entretanto, Nin acreditava que o caminho para a construção do partido poderia ser encurtado conquistando a FCC-B. Já citamos anteriormente a carta, datada de 17 de janeiro de 1931, em que Nin afirma que escreverá, junto com Maurín, as teses políticas e as tarefas do partido para o congresso da FCC-B. Alguns dias depois, em carta datada de 26 de janeiro, ele

informou que essas teses foram aceitas pela seção de Barcelona e pelo Comitê Executivo da FCC-B, e acrescentou, ainda, que ele próprio elaborou as teses “quase completamente”. Na carta do dia 5 de fevereiro, após resaltar a compatibilidade entre as teses políticas da FCC-B e a linha política da Oposição de Esquerda, Nin escreveu que a FCC-B confiou a ele a resposta oficial para a “declaração política” feita pelo PCE, que seria publicada nas páginas do jornal *La Batalla* (NIN, 2003).

Essas informações parecem confirmar a convicção de Nin de que seria possível conquistar a FCC-B. É plausível que Andreu Nin exagere seu papel na FCC-B, com a intenção de convencer Trotsky de sua posição, como afirma Solano (2000). Entretanto, dentro do tema que estamos tratando, isso teria apenas uma importância secundária, o fundamental é que o desenvolvimento político da FCC-B é considerado por Nin como compatível com a Oposição de Esquerda, o que por si só fortalecia seu argumento de que a colaboração seria o caminho mais curto para a formação da Oposição de Esquerda na Catalunha. Trotsky não despreza as possibilidades promissoras derivadas das informações que Nin lhe fornece, mas insiste na necessidade de conformar urgentemente a Oposição de Esquerda.

Que a Federação catalã lhe confie a redação de seus principais documentos, inclusive a resposta à declaração política do Partido, é uma conquista muito preciosa e promissora [...] No entanto, renovo minha proposta de editar em Madri. (ou em outra cidade) um boletim da Oposição de Esquerda Espanhola, bem como um órgão mensal política e teoricamente sólido [...] Caso contrário, a nova etapa da revolução pode pegar a Oposição de Esquerda desprevenida e, considerando a debilidade do partido e a confusão da Federação Catalã, isso poderia levar aos maiores e mais irreparáveis desastres. (TROTSKY, 2003, p. 23-24, tradução nossa)

Trotsky acreditava na unidade das fileiras comunistas, contudo, para ele somente a Oposição de Esquerda seria capaz de armar os comunistas com a estratégia e taticamente para levar a revolução à vitória. Esse é o motivo da sua insistência em conformar o quanto antes a Oposição de Esquerda na Espanha, a revolução estava em andamento e o tempo era precioso.

Porém, a relação entre Nin e a FCC-B não foi totalmente harmoniosa, em janeiro escreveu a Trotsky que: “Quando cheguei, não somente os anarcosindicalistas, mas também grande parte dos comunistas iam a reboque das ‘esquerdas’ burguesas e pequeno-burguesas. Isso se acabou.” (NIN, 2003, p. 16, tradução nossa). Em março, Nin novamente se deparou com esse problema.

Tive de lutar contra a ideia de criar um "Partido Operário e Camponês". Esta ideia foi agora definitivamente rejeitada. Contudo, não consegui evitar a adoção de um projeto para criar um "Bloco Operário e Camponês". Mas consegui obter algumas

garantias necessárias. O bloco será provisório, seu programa será o do Partido. (NIN, 2003, p. 16, tradução nossa)

Nessa mesma carta, Nin afirmou:

A Federação Catalã considera que minha adesão direta poderia agravar suas relações com a I.C. É justo. Mas encontramos uma fórmula. Eu aderi ao Bloco e, como membro deste, participei de todas as reuniões. Por outro lado, escreverei toda semana, com pseudônimo, em *La Batalla*. Se a ruptura com o I.C. torna-se definitiva (e é inevitável), serei imediatamente admitido na Federação. (NIN, 2003, p. 16, tradução nossa)

Trotsky manifestou cautela, questionou como se apresentava politicamente a participação de Nin no BOC, se como uma fração comunista (OCE), ou como um revolucionário isolado? Alertou sobre o perigo de que, caso a FCC-B se acerte com a IC, para desembaraçar-se da colaboração com Nin, conhecido opositorista, poderia alegar que ele nunca pertenceu à federação, mas apenas ao BOC, e que na sua pessoa a FCC-B formava um bloco com o campesinato e a pequena-burguesia. No fundo, a questão colocada era novamente a conformação da Oposição de Esquerda na Catalunha. Trotsky foi muito claro: “Ficar sem passaporte político, sobretudo durante a revolução, é muito perigoso” (TROTSKY, 2003, p. 25, tradução nossa).

No início de abril, Nin escreveu que a “propaganda aberta dos princípios da Oposição” provocara sua ruptura com a FCC-B, mais precisamente com seus dirigentes, pois segundo ele: “Os operários tem uma atitude muito diferente, e me manifestam uma simpatia evidente” (NIN, 2003, p. 17, tradução nossa).

Dissemos anteriormente que a FCC-B se opunha ao PCE, por razões ligadas a política espanhola, entretanto não se opunha a liderança stalinista no comunismo mundial. Vimos que a FCC-B não achou oportuna a integração de Andreu Nin em suas fileiras para não prejudicar sua relação com a IC, Nin minimizou o fato por considerar que essa ruptura seria inevitável. De fato, as teses políticas da FCC-B eram incompatíveis com a política da IC, que naquele momento defendia as teses do “terceiro período”, entretanto, na tentativa de se aproximar da IC, isso não impediu a FCC-B de concorrer às eleições locais com o slogan da IC: “classe contra classe” (DURGAN, 2003).

A ruptura com Nin fazia parte da mesma iniciativa da FCC-B de se aproximar da IC, fracassada essa tentativa, a FCC-B retomava novamente a cooperação com Nin, que por sua vez, prontamente se colocou a trabalhar com os dirigentes que há apenas alguns dias se mostraram hostis a Oposição de Esquerda.

[...] a Federação Catalã solicitou minha colaboração. Não podia recusar, e agora me encontro, de forma imediata, trabalhando (na realidade, em tarefas dirigentes em grande medida) no Comitê Central dessa organização [...] Publicamos um folheto diário do qual eu sou redator. (NIN, 2003, p. 17, tradução nossa)

Em carta datada de 12 de abril de 1931, Andreu Nin se mostra inabalável na sua convicção de conquistar a FCC-B, sem atacá-la violentamente (NIN, 2003). Trotsky, por sua vez, não era tão complacente, e questionava sobre as motivações da mudança abrupta da relação entre a FCC-B e Nin.

As informações mais importantes das em sua carta é sua entrada no Comitê Central da Federação Catalã e a redação, por você, do órgão diário da Federação: não é necessário dizer que significado tem esse fato. Porém, infelizmente, as premissas políticas não me são claras. Algumas semanas atrás, você escreveu que foi forçado a romper com a Federação, porque seus chefes consideravam que sua vinculação com a Oposição de Esquerda era incompatível com a participação na Federação. Dito de outra forma, os chefes se mostraram extremamente hostis a nós e usavam os métodos e a fraseologia da burocracia stalinista. Depois disso, sua entrada, passadas algumas semanas, nos postos dirigentes da Federação, confesso que me desorienta muito. O que aconteceu com a federação? A opinião dos líderes mudou? Seu ponto de vista mudou radicalmente sob a influência da convulsão republicana e do abrandamento geral e abrupto dos termos? Perderam a esperança de se reconciliar com a burocracia do IC? Com quais condições você entrou na Federação? (TROTSKY, 2003, p.26, tradução nossa)

Para Trotsky, o regionalismo da FCC-B, que “não tem, nem busca ter, uma organização em âmbito espanhol”, era uma grande debilidade, em sua opinião uma das maiores vantagens da Oposição de Esquerda era sua capacidade de elevar as questões aparentemente locais a um ponto de vista histórico. Em carta datada de 22 de abril de 1931, afirmou que, em sua opinião, a FCC-B era apenas um palanque para aumentar a influência da Oposição de Esquerda, e ainda assim, não era um “palanque seguro”, pois a FCC-B não possuía uma base de princípios, nem uma linha política própria (TROTSKY, 2003), portanto, ela estava vulnerável as bruscas reviravoltas de um período revolucionário.

Entretanto, isso não significava que Trotsky se opusesse a um trabalho de esclarecimento na FCC-B, sua crítica era direcionada ao método de como realizar esse trabalho, dito de forma mais clara, ele se opunha à tentativa de influenciar a FCC-B por via pessoal, enquanto propunha que esse trabalho fosse realizado claramente a partir da Oposição de Esquerda, contestando decididamente a direção da FCC-B, ainda, que de forma amistosa, com uma política séria e coerente, permitindo que os acontecimentos confirmassem suas posições aos olhos dos membros mais íntegros da Federação.

[...] Você demonstra, em sua segunda carta, a necessidade de influenciar, amistosamente e com tato, a Federação Catalã. Estou plenamente de acordo com você [...] Porém não posso deixar de enfatizar daqui, distante, o segundo aspecto da questão. Dois ou três meses atrás, você considerava que a organização seria conquistada sem dificuldades por você; elaborou as teses com Maurín, etc; Algum tempo depois, parece que a Federação, por causa de suas relações duvidosas com a IC, achou inoportuna sua adesão diretamente as suas fileiras. Esta história é, em minha opinião, uma razão contra as tentativas de influenciar a Federação apenas pessoalmente, individualmente, pedagogicamente, a margem de uma fração de esquerda organizada, que intervém em todas as partes com a bandeira aberta. Trabalhar no interior da Federação? Sim. Trabalhar com paciência, amistosamente, sem medo de fracassar? Sim, sim, e sim. Mas trabalhar abertamente, como membro da Oposição de Esquerda, como um bolchevique-leninista que tem sua fração, e que exige para essa fração a liberdade de criticar e expor suas opiniões. (TROTSKY, 2003, p. 26, tradução nossa)

Nesse período, Trotsky não era o único a criticar a relação de Nin com a FCC-B, pelo contrário, ele era possivelmente o crítico mais ponderado. A questão espanhola estava em pauta em diversos grupos da OEI, dos mais diversos países, o Secretariado Internacional (SI), sediado em Paris, e que era o órgão de direção da OEI, manifestava graves preocupações sobre o lento desenvolvimento da Oposição de Esquerda na Espanha, em contraste com a situação revolucionária, a fraqueza do stalinismo, e as consideráveis forças iniciais da OEI na Espanha, se comparadas às outras seções. O próprio Trotsky informava Nin sobre esta preocupação, destacando que também compartilhava dela:

Recebo de Paris cartas cada vez mais inquietantes sobre a situação na Espanha. Devo dizer que compartilho dessa preocupação. Na Espanha, a situação é revolucionária, na Espanha, temos representantes qualificados da Oposição de Esquerda. Através de correspondência, artigos, etc., desenvolvemos algo como um projeto de plataforma da Oposição de Esquerda. Todos os olhares estão direcionados a Espanha. Entretanto, a Oposição de Esquerda, como uma organização oficial e ativa, não existe na Espanha. E cada dia perdido impactará gravemente nos momentos decisivos. Nada, fora da Oposição de Esquerda, é capaz de dar uma orientação justa ou de estabelecer uma política justa às condições revolucionárias da Espanha. E, no entanto, a Oposição de Esquerda não existe; isso causa preocupação em muitos camaradas, e essa preocupação, eu compartilho [...] (TROTSKY, 2003, p. 25, tradução nossa)

Dissemos anteriormente que a OCE era o grupo espanhol ligado a OEI, fundada no exílio por alguns dissidentes do PCE, e que no mesmo momento em que Nin retornava a Espanha, a OCE atraía para suas fileiras importantes personalidades do comunismo espanhol. O que ainda não dissemos, é que nesse momento a OCE era extremamente crítica à postura de Nin na Catalunha. A carta de Lacroix enviada ao Secretariado Internacional é uma demonstração desse descontentamento. A linguagem seca e direta, e a proposição em forma

de ultimato, contribuíram para a aparência histórica da carta, ao ponto que, sua virtude consistia em expor claramente a opinião de seu autor, sem meias palavras.

Não podemos esconder o descontentamento que nos produz sua maneira de agir no que diz respeito à situação interna do OCE. Já informamos muitas vezes sobre a atividade confusa e ambígua do camarada Nin, indicamos os erros da Federação Comunista Catalã-Balear, explicamos que o camarada Nin, agindo mais de acordo – é assim na prática, embora ele diga o contrário – com a FCC-B que conosco, produz a impressão de não ter nada em comum com a Oposição de Esquerda [...] Nin faz o impossível para ignorar a existência da OCE [...] que existia muito antes dele chegar à Espanha, para se apresentar como o único organizador da OCE. E por isso, se manter em contato com Maurín e companhia, e tem mais interesse pelos nacionalistas pequeno-burgueses da Federação Comunista Catalã-Balear do que pelos militantes operários da OCE [...] Nin não é a OCE, Nin não trabalha com a OCE. O problema se coloca para a Oposição Internacional de Esquerda da seguinte maneira: Nin ou a OCE [...] Não se trata de romper definitivamente com Nin. Trata-se de discipliná-lo, de fazê-lo trabalhar com a OCE, e se Nin não aceitar essas condições, deveríamos deixá-lo de lado [...] Não insistiremos mais no caso Nin. Cabe a vocês resolverem a questão definitivamente. Estamos aguardando sua resolução. (LACROIX, 2003, p. 60-61)

É plausível que a opinião de Trotsky, a de outros opositores internacionais, e a dos opositores espanhóis, tenham influenciado a decisão de Nin de se diferenciar da FCC-B. Porém, o próprio desenvolvimento da FCC-B pareceu ter sido um elemento ainda mais relevante, visto que era esse desenvolvimento que acirrava as críticas internas na Oposição de Esquerda. A FCC-B manteve uma política ambígua com a IC, como já dissemos anteriormente, a criação do BOC debilitou essa relação, mesmo com as iniciativas da FCC-B para se aproximar da IC. Quando estava claro que essa aproximação não seria possível, a FCC-B assumiu uma política supostamente original: nem stalinista, nem trotskista (PAGÈS, 2011). A raiz dessa originalidade, no entanto, poderia se resumir ao seu caráter nacionalista, sua diferenciação com as correntes do comunismo mundial, e não se baseavam em uma interpretação alternativa, mas na falta de qualquer interpretação, ao passo que sua principal diferença na política espanhola era a defesa do separatismo, chegando “a qualificar-se de partido separatista catalão” (PAGÈS, 2011, p. 47).

A separação de Nin e da FCC-B tem início em junho de 1931. No dia 6, Maurín discursou no Ateneu de Madri, expondo o programa da FCC-B, e defendendo claramente seu caráter separatista. No dia seguinte, Nin discursou no mesmo local, expondo os pontos de vista da OEI, e delimitando claramente as diferenças com Maurín. Seu discurso causou impacto não somente no movimento comunista, mas em amplos setores da sociedade espanhola. Assim terminava o período de cooperação entre Nin e a FCC-B. Ele foi expulso do BOC, e se concentrou na construção da Oposição de Esquerda.

Solano, em sua biografia de Andreu Nin, ainda, que reconheça a incompatibilidade do pensamento de Nin com o discurso separatista de Maurín, que qualifica como “equivocado e surpreendente”, atribui a Nin a responsabilidade pela sua própria expulsão, afirmando que “o mais grave era que Nin [...] pretendia obter o direito de fração nessas organizações” (SOLANO, 2000, p.190, tradução nossa). Para que essa abordagem pudesse ser satisfatória, seria necessário demonstrar que Nin exigia um direito de fração injustificadamente, não demonstrar isso, significa considerar a questão organizativa (fração) como causa, e não efeito. Em outras palavras, significa ignorar que as divergências entre eles eram evidentes, impossibilitando Nin de manter sua política de conquistar a FCC-B sem um embate direto, que em todo caso, não havia dado resultados nos meses anteriores, quando a FCC-B ao invés de se aproximar, se afastou das opiniões de Nin, por outro lado, também justifica a atitude da FCC-B, que com a expulsão de Nin, mostrou que não se sentia preparada para o embate teórico, recorrendo ao método herdado da IC, que consistia em substituir o confronto teórico por sanções administrativas.

Para Nin, as divergências eram tão significativas que, alguns meses após a ruptura, definiu a política apresentada por Maurín, no Ateneu de Madri, como “uma tentativa de revisão dos princípios essenciais do marxismo revolucionário, que em caso de triunfar, representaria um perigo imenso para a revolução espanhola” (NIN, 2008b, p.76, tradução nossa).

Nesse mesmo mês das desavenças no Ateneu de Madri, a OCE realizava sua II Conferência, tendo publicado um mês antes a revista Comunismo, que se tornaria, possivelmente, a mais importante revista de teoria marxista da Espanha.

[...] no momento que se constituiu, a Oposição Espanhola não era, longe disso, uma organização majoritária [...] Seguramente não ia muito além de umas centenas de militantes. Entretanto, sua própria existência perturbava não só o PCE e o BOC – que prontamente iniciaram uma campanha de críticas contra a Oposição, nem sempre de caráter político – como também começou a ter influência nos operários socialistas. O nível teórico da revista Comunismo seguramente jogou um papel importante nessa influencia. (PAGÈS, 2011, p. 203, tradução nossa)

Portanto, a partir do momento em que começou a se organizar efetivamente, a OCE pode exercer influência em diversos setores do movimento operário espanhol, ainda que fosse numericamente reduzida. O impacto causado após a II Conferência da OCE, demonstrou que as perspectivas apontadas por Trotsky estavam corretas, organizar suas próprias forças, ainda, que reduzidas, era a tarefa fundamental para a construção da Oposição de Esquerda na Espanha. A relação entre Nin e Maurín foi, por sua vez, “definitiva para entender o atraso

com que se produziu a aceleração organizativa da Oposição Comunista de Esquerda” (PAGÈS, 1977, p. 54), caberia então recuperar o tempo perdido antes dos momentos decisivos.

2.3 A ruptura entre Leon Trotsky e Andreu Nin.

2.3.1 A III Conferência Nacional da OCE.

Cronologicamente, quando Nin abandonou sua tática de conquistar a FCC-B, e a OCE finalmente se constituiu como uma organização, as divergências sobre o caso Rosmer/Molinier ganharam espaço na correspondência entre Leon Trotsky e Andreu Nin. Já vimos anteriormente que desde a visita de Rosmer, até meados de setembro, Nin se mostrou vacilante em tomar uma posição, foi apenas após a visita de Molinier que ele se decidiu e apoiou a OEI contra Rosmer. Entretanto, a promessa de recursos feita por Molinier não foi cumprida, e sem esse dinheiro, o jornal *El Soviet* foi obrigado a cessar suas atividades, tendo publicado apenas três números. Vimos, também, a reação de Nin a esse acontecimento, assim como a contrarreação de Trotsky.

Em março de 1932, ocorreu a III Conferência da OCE, em um momento conturbado, quando o governo republicano-socialista se mostrava incapaz de satisfazer as reformas esperadas pelas classes subalternas. No início de 1932, os anarquistas espanhóis protagonizaram importantes lutas, e a resposta governamental foi uma dura repressão. Ao mesmo tempo, a OCE comemorava sua estruturação, conforme nos narrou Andreu Nin.

A Conferência Nacional celebrada recentemente em Madri colocou em evidencia os progressos verdadeiramente surpreendentes alcançados em menos de um ano. O balanço do trabalho realizado vem sendo realmente confortador. A Esquerda Comunista já não é um núcleo de militantes isolado, como era faz um ano, senão um verdadeiro movimento comunista, com ramificações em todo País, vivo, ativo, combativo, intimamente ligado com a classe operária e suas lutas [...] Vieram a nossa organização os melhores militantes, os mais conscientes, abnegados, e combativos. Hoje a Esquerda Comunista já é, realmente, a vanguarda da vanguarda do proletariado espanhol. (NIN apud PAGÈS, 1977, p. 120, tradução nossa)

Trotsky escreveu uma carta a essa conferência, na qual se queixou de que os projetos de resoluções não tenham sido publicados anteriormente, o que possibilitaria aos membros estrangeiros intervir nas discussões, apesar disso, sua carta foi amistosa, saldava a iniciativa da conferência, buscava aportar em assuntos gerais, e manifestava o desejo de que ela pudesse forjar as armas para as batalhas que estariam por vir (TROTSKY, 2014, p. 123-124).

Nesse trabalho, não vamos nos deter em todas as deliberações da conferência, que aprovou questões importantes como, por exemplo, as teses políticas dos opositoristas espanhóis, nosso foco se balizará nas deliberações dessa conferência que tiveram algum impacto direto na relação entre a Oposição espanhola e a Oposição Internacional, assim como entre Andreu Nin e Leon Trotsky.

Uma das propostas aprovadas foi a alteração do nome da organização para Esquerda Comunista Espanhola (ICE). A omissão da palavra “oposição” tornava o nome impreciso e confuso, na medida em que não deixava claro aos trabalhadores que se tratava de uma fração do Partido Comunista, e não de um partido a parte. Isso levou parte da OEI a desconfiar que existisse uma tendência da seção espanhola disposta a abandonar a tática de fração, para adotar a concepção de partido próprio. Ainda que a resolução diga:

A concepção da formação da Oposição como um novo partido representa, no atual momento de desenvolvimento da nossa organização, uma tendência liquidadora. As possibilidades de desenvolvimento dentro do partido não desapareceram, e a Internacional Comunista não está inteiramente perdida para o proletariado internacional. (COMUNISMO apoud PAGÈS, 2011, p. 209, tradução nossa)

Colaborou com essa desconfiança a análise internacional dessa mesma resolução:

A Oposição de Esquerda tem atuado sempre com respeito à IC como se estivesse dentro de uma organização unificada. Apesar de ter sido expulsa de forma ditatorial, a oposição continuou atuando como se estivesse no interior das organizações: ligando-se a base dos partidos lutou para que esses adotassem seus pontos de vista. Na verdade, a oposição não tem outra política que a dos partidos comunistas a partir do momento que não decide levar a prática sua política, além do que é aceito pelos partidos. Por maior que sejam as diferenças entre a Esquerda Comunista e do stalinismo, na prática o programa da oposição não vai além da ‘ reforma do partido’, pois faz dessa reforma a condição prévia para a implementação da sua política [...] A falta de educação política que estão condenados os elementos de base dos partidos pela camarilha burocrática, bem como a deformação contínua de textos, calúnias e insultos, que constituem as táticas da camarilha stalinista contra a Esquerda Comunista, torna extraordinariamente difícil à assimilação de nossos pontos de vista por via meramente crítica. É necessário que a oposição possa apresentar, além de sua crítica, o exemplo vivo de sua política. (COMUNISMO apoud PAGÈS, 1977, p. 126-127, tradução nossa)

Como vimos, a conferência afirmou claramente que sem negar formalmente a necessidade de manter a política de fração, a Oposição deveria atuar como partido independente sempre que suas resoluções fossem divergentes da linha oficial do Partido Comunista. Outra resolução específica que também colaborou para a supracitada desconfiança, é a que dizia respeito às eleições espanholas, a conferência decidiu que a ICE deveria concorrer às eleições de forma independente do PCE.

Diversas seções nacionais da OEI manifestaram seu desacordo com essa deliberação por meio de cartas enviadas aos dirigentes espanhóis (PAGÈS, 1977). Para Trotsky, a participação independente das eleições não pode ser compreendida de maneira fetichista, é uma questão de correlação de forças, supõe, inclusive, a possibilidade de que uma situação particular e específica justificasse a tática da Oposição espanhola, que na prática caminha em direção à construção de um novo partido, mas nesse caso, os espanhóis deveriam explicar essas condições especiais (TROTSKY, 2014, p. 140-141). Entretanto, a decisão da Oposição espanhola de participar de forma independente das eleições, contrariando a linha política da Oposição de Esquerda, nem mesmo foi “preparada do ponto de vista prático” e “acabou se tornando uma manifestação platônica, não menos prejudicial no fim das contas” (TROTSKY, 2014, p. 142).

O novo nome da Oposição espanhola também tem relação com outra polêmica surgida na conferência. Como dissemos eles adotaram o nome de Esquerda Comunista Espanhola, mesmo nome do grupo de Rosmer na França, *Gauche Communiste* (Esquerda Comunista), manifestando de certa forma uma solidariedade com um grupo que a OEI considerava como semeadores de confusão e desertores.

Algumas decisões da conferência tenderam a colaborar com a interpretação de que esse nome não foi uma casualidade. A III Conferência se negou a aprovar uma ruptura internacional com os grupos de Rosmer e Landau, proposta feita pelos delegados do SI⁴⁸, alegando falta de conhecimento suficiente no assunto.

Delegou M. Mill para substituir Andreu Nin como representante espanhol no SI. Mill havia sido membro do SI de 1930 a 1932, delegado pelos opositoristas russos, segundo Trotsky, devido a seu conhecimento técnico da língua russa, porém, ele havia feito um bloco com o grupo de Rosmer depois que este grupo abandonou a OEI, em um conflito desprovido de princípios contra a seção francesa da Oposição de Esquerda, por essa razão foi destituído pelos opositoristas russos (TROTSKY, 2014, p. 134-135).

Pouco tempo depois que a seção espanhola votou em sua Conferência um mandato para Mill no SI, desertou e se uniu aos stalinistas. Ele viajou a URSS, e nunca mais se soube seu paradeiro, “se foi ou não um agente stalinista infiltrado na OEI ainda está a se elucidar” (GUILLAMÓN, 2013, p. 38, tradução nossa). Após sua deserção, quando era evidente sua traição a OEI, Trotsky explicou assim a maneira de atuação de Mill:

⁴⁸ Os delegados presentes pelo Secretariado Internacional era Molinier, Pierre Frank e Naville (GANZÁLEZ, 2006). Entretanto, Pagès (1977), afirma que Naville não era um delegado da SI, assistiu ao congresso na qualidade de observador.

Os indivíduos ou grupos pequenos, não muito temperados pelo trabalho organizativo e educativo tenaz e prolongado, ficam desiludidos por que o êxito não cai do céu, não se dão conta de que a raiz de seus fracassos reside neles mesmos, em sua incoerência, em sua debilidade, em seu sentimentalismo pequeno burguês. Buscam do lado de fora os culpados pelos seus problemas e geralmente o encontram no mau caráter de X ou Y. Com frequência, terminam fazendo um bloco com Z – com quem não estão de acordo em nada – contra Y, com quem, segundo dizem, estão de acordo em tudo. Quando os revolucionários sérios se assombram ou se indignam por sua atitude, começam a protestar dizendo que estão fazendo ‘intriga’ contra eles. Essa forma nociva de atuar; que observamos mais de uma vez nas diferentes seções, é a que se deu até o final no episódio Mill, e por essa razão é especialmente educativo [...] A única conclusão que podemos tirar da miserável conduta de Mill é a seguinte: é evidente que para ele, os princípios em geral não são importantes; as considerações pessoais, as simpatias e as antipatias determinam sua conduta política muito mais do que os princípios e ideias. O fato de ter proposto um bloco a uma pessoa que ele definia como não marxista, contra camaradas que ele considerava marxistas, demonstrou claramente que não se podia confiar nele, política e moralmente, e que era incapaz de se manter leal a causa. Se nesse momento traiu em pequena escala, amanhã poderia fazê-lo em escala muito maior. (TROTSKY, 2014, p. 134-135)

Ainda que as proporções sejam incomparáveis, não é difícil fazer um paralelo entre as ações de Mill e de Andreu Nin, no que se refere à relação com os grupos dissidentes da OEI: Ambos apoiaram de determinada maneira esses grupos, ainda que Mill o tenha feito abertamente, ambos foram motivados por diferenças com Molinier, e ambos justificaram esse apoio por questões pessoais, enquanto afirmaram completo acordo político com a OEI. Quando Trotsky afirmou que as atitudes de Mill poderiam ser verificadas, em menor escala, em diversas seções da OEI, é certo que a seção espanhola estava incluída. Em seu texto sobre Mill, Trotsky não poupou nominalmente a seção espanhola.

[...] os dirigentes da Oposição espanhola não compreendiam a importância principista da luta que travamos contra Rosmer, Landau etc. Isso se demonstra no fato de terem se aliado com Mill contra os quadros principais da Oposição Internacional enquanto repetiam que não tinha divergências conosco, eliminando assim a única justificação possível para sua maneira de atuar [...] Por mais desagradável que seja, devo me referir a mais um ponto ‘delicado’, visto que o interesse da causa exige: não se podem construir relações políticas firmes com evasões e convencionalismos [...] Quando em nossas cartas perguntamos aos camaradas dirigentes espanhóis que razões de princípios, que considerações políticas ou organizativas os levam a assumir a defesa de Mill contra a seção russa, a francesa, a alemã, a belga etc., recebemos esse tipo de resposta: ‘temos direito a expressar nossa própria opinião’, ‘nos negamos a receber ordens’ etc. [...] Exigir que se explicassem as razões de princípio de tal ou qual atitude não implica de nenhuma maneira uma tendência a dar ordens. Qualquer militante da Oposição de Esquerda tem o direito a dirigir às instituições responsáveis da organização a pergunta, por quê? Livra-se do dever de dar uma resposta concreta com a simples afirmação do direito à opinião própria significa substituir as obrigações revolucionárias recíprocas por lugares comuns meio liberais, meio sentimentais [...] desgraçadamente, alguns camaradas dirigentes espanhóis não têm uma base comum suficientemente sólida com a Oposição de Esquerda Internacional. Daí vem sua despreocupação pela história da Oposição, pelas lutas que travou, pela seleção de seus quadros; daí vem a

tendência a deixar se levar por impressões pessoais, por caracterizações psicológicas, por critérios individuais; e também a afirmação da ‘liberdade’ de opinião no lugar da fundamentação marxista da opinião. (TROTSKY, 2014, p. 136-137)

A III Conferência ainda propôs que Rosmer e Landau participassem da Conferência Internacional, que estava marcada para o mesmo ano, para que pudessem expor suas posições. Evidentemente, como afirma Guillamón (2013), essa proposta era um desafio ao SI, ou uma falta de compreensão e desinteresse pelos assuntos internacionais. Na prática, o que a seção espanhola estava propondo não era apenas que a OEI abrisse espaço para recolocar em discussão as polêmicas que durante mais de um ano foram incansavelmente debatidas em todas as seções da Oposição, em um lento e desgastante processo de seleção ideológica e política, mas também que isso fosse feito com direito garantido aos grupos de Rosmer e Landau, que não pertenciam a OEI. O mais surpreendente é que propunham isso sem julgar o mérito desses grupos, ou seja, sem assumir abertamente qualquer acordo político com eles.

Como era de se esperar, os grupos de Rosmer na França, e Landau na Alemanha, utilizaram a decisão da conferência espanhola para atacar a OEI, pois um apoio, ainda que indireto, de uma importante seção da Oposição de Esquerda era um poderoso argumento de confronto político. Esse fato, e a indignação das demais seções da OEI, levaram os dirigentes espanhóis a se manifestarem. A resolução dos dirigentes espanhóis começa afirmando que não existe diferença política entre eles e a OEI, apenas diferenças “sobre questões de detalhes e organizacionais”, e nega que sua conferência tenha deliberado pela participação igualitária das organizações que foram excluídas ou separadas da OEI por divergências com as lideranças nacionais ou mesmo com o SI, apenas deliberou a ideia de que estas pudessem se defender, e que a utilização dessa ideia para atacar a OEI é “indigno de gente honrada e de comunistas”, e termina afirmando que a seção espanhola não defende esses grupos (COMUNISMO apud PAGÈS, 1977, p. 131-132).

Evidentemente a resolução dos dirigentes espanhóis apresenta flagrante contradição. Exigir a presença de organizações externas, que os espanhóis dizem não defender, em uma conferência da sua própria organização, que os espanhóis dizem ter completo acordo político, com a única finalidade de travar um combate político contra sua própria organização, é de fato uma fórmula confusa, na melhor das hipóteses.

Por fim, a Conferência também alterou a liderança do partido, Lacroix, que ocupava o posto de secretário geral desde a fundação da OCE, foi retirado do cargo, oficialmente devido a motivos de saúde (PAGÈS, 2011), Andreu Nin ocupou seu lugar. Essa decisão foi

importante algum tempo após a conferência, quando estava claro que a oposição do SI a política derivada da nova direção, Lacroix se opõe a Nin e os demais membros da direção espanhola.

Pagès defende a tese de que Lacroix não estava de acordo com as decisões da conferência, justamente por considerá-las fora da linha da OEI, motivo pelo qual evitou assumir responsabilidades se mantendo como secretário geral do grupo espanhol, sem, no entanto, travar uma batalha na própria conferência por uma política distinta, e esperou o posicionamento da SI para se manifestar abertamente contra a nova direção, o que demonstraria, segundo ele, que Lacroix agiu de forma oportunista (PAGÈS, 1977). De acordo com o que se apresenta na bibliografia consultada, a tese de Pagès parece plausível, o próprio desfecho pessoal de Lacroix contribuiu para supor o caráter oportunista com que encarava a política nesse período, entretanto, também é notório que nessa disputa interna, os argumentos pessoais se sobressaíram aos argumentos políticos, esse fato merece reflexão.

Se as críticas de Lacroix à direção espanhola não acrescentaram politicamente nada na crítica anteriormente realizada pela SI, ao menos ele utilizou dela para dar algum conteúdo político ao conflito, por outro lado, Nin e os demais membros da direção espanhola, não foram capazes de politizar o conflito, justamente porque não eram capazes de expor de forma política suas diferenças com o SI. Assim, o conflito se restringiu a querelas pessoais, e foi resolvido de forma burocrática⁴⁹, Lacroix foi expulso da organização espanhola, acusado de má utilização de fundos (PAGÈS, 1977), sem nenhuma discussão com a base do partido espanhol. Esse desfecho foi justificado pela direção espanhola, pois, segundo argumentam em uma carta direcionada ao SI, se tratava apenas de um problema de disciplina.

O conflito interno também se tornou um ponto de atrito com a OEI, por um lado, Trotsky considerava que o conflito era resultado da política sem princípios levada por Nin na Espanha (TROTSKY, 2014), por outro, Nin e os dirigentes espanhóis acusavam o SI sustentar

⁴⁹ É necessário fazer um esclarecimento sobre essa afirmação, pois a expulsão de Lacroix, tal como se realizou, foi utilizada pelo BOC para acusar a ICE de utilizar os mesmos métodos da burocracia stalinista (LA BATALLA, 15/06/1933), não cabe nesse trabalho uma análise detalhada da relação entre a ICE e o BOC nesse período, entretanto, acreditamos que é importante destacar que essa crítica do BOC é um exagero polêmico desprovido de qualquer sentido realista. Quando utilizamos o adjetivo “burocrática”, nos referimos ao fato de que a expulsão de Lacroix não foi fruto de um amplo debate político no interior da ICE, que por não chegar a uma solução comum, resultasse na expulsão por incompatibilidade política com a organização. Mas justamente o contrário, a direção se utilizou de uma acusação, que aparentemente não era infundada – Lacroix utilizava o dinheiro oriundo da cotização e da venda da revista Comunismo para financiar os materiais de polemica com o CE da ICE (PAGÈS, 1977) – para resolver um problema político de forma administrativa. Dessa maneira, a direção da ICE trabalhou de forma consciente para ocultar das suas bases a divergência política.

a divisão nas fileiras espanholas⁵⁰ (PAGÈS, 1977). Trotsky, em carta endereçada a Lacroix, com cópia enviada a Andreu Nin e aos demais dirigentes espanhóis, o desautorizou a utilizar a publicação das suas polêmicas com Nin contra a direção espanhola.

A publicação dessa correspondência não tem como objetivo ajudar um grupo contra outro, sobretudo por que as ideias e os métodos que eu critiquei do camarada Nin, são também os seus. A luta entre seus grupos tomou nitidamente um caráter pessoal. A única forma de atenuá-la e colocá-la no marco de uma discussão normal é ligando as divergências atuais com as passadas em base ao método marxista. Sobre essa base, e unicamente sobre ela, me sentiria satisfeito em colaborar tanto com você, como com o camarada Nin. (TROTSKY, 2014, p. 146)

O trecho da carta de Trotsky é particularmente interessante, pois ao desautorizar Lacroix ele afirmou claramente qual era o problema político, o fato de que para ele ambos possuíam “ideias” e “métodos” parecidos, e aponta propositivamente uma solução, sem recorrer à diplomacia formal, que seria relacionar as divergências presentes e as passadas com o “método marxista”.

A partir desse momento, as relações entre Leon Trotsky e Andreu Nin se desgastaram qualitativamente até a ruptura alguns anos mais tarde. Inegavelmente Andreu Nin, e os demais dirigentes espanhóis, tinham direito de divergir de Trotsky e dos demais dirigentes internacionais, independente da valorização dos méritos da polêmica o direito à divergência é fundamental no método do centralismo democrático. Entretanto, enquanto líderes da seção espanhola, eles tinham o dever de apresentar uma unidade entre os pontos polêmicos específicos, ou seja, politizar a discussão, de forma a esclarecer a raiz das suas divergências. Elucidado a raiz das divergências, deveriam defender seus pontos de vista a partir do método marxista, o único reconhecido pela OEI. Somente assim, a polêmica poderia adquirir um valor qualitativo no conjunto da organização, portanto, para a causa que defendiam.

2.3.2 A III Internacional está morta!

Em 1933, um importante acontecimento mundial produziu impacto na OEI, o nazismo chegava ao poder na Alemanha. Para Trotsky, isso só foi possível devido à política do Partido Comunista Alemão, que impediu a classe operária alemã de conformar uma frente única contra o nazismo, pois consideravam a Social Democracia Alemã equivalente ao Partido Nazista (SAGRA, 2005), e a ascensão desse último como a antessala da revolução, como

⁵⁰ Cabe resaltar que o SI publicou as críticas de Lacroix a direção espanhola, e não publicou as cartas da direção espanhola sobre esse conflito (PAGÈS, 2011).

afirmou um dirigente da IC: “O nazismo será o último estágio do capitalismo antes da revolução social” (MANUILSKI apud COGGIOLA, 2017, p.3).

A partir dos acontecimentos na Alemanha, Trotsky manifestou que era o momento de preparar a ruptura com a Internacional Comunista, essa perspectiva não era consensual na OEI (SAGRA, 2005). Desde abril de 1933, a partir da manifestação da IC apoiando a política do Partido Comunista Alemão, e assim se comprometendo com ela, essa questão era debatida entre os opositoristas, e em agosto se realizou uma plenária da OEI, em Paris, para discutir a situação. As deliberações mais importantes foram: 1) A necessidade de preparar as bases para uma nova internacional, construindo frações em todas as organizações operárias. 2) A alteração do nome da OEI, que passou a se chamar Liga Comunista Internacional (Bolchevique-Leninista) (AREAL, 2012).

Essa conclusão foi muito parecida com a deliberação da conferência dos opositoristas espanhóis, que vimos anteriormente, e acabava com a polêmica sobre fração ou partido independente, e era razoável supor que as relações entre a nova LCI e a ICE melhorassem, mas não aconteceu assim.

A ICE não compareceu à plenária, apesar da proximidade geográfica, porém manifestou suas opiniões através de uma carta, na qual destacou que a seção espanhola foi a primeira a adotar essa linha política, e questionou o atraso e a forma com que a organização internacional a adotou, “como uma ordem militar”. A ICE também questionou o novo nome da organização, mais precisamente o pós-nome “Bolchevique-Leninista”, que consideravam incompreensível para as massas, além de considerarem desagradável a sonoridade auto proclamatória. E por fim, questionaram novamente a direção da organização, a qual consideravam muito propensa ao debate teórico e propunham a transferência da sede de Paris para Bruxelas, argumentando que os Belgas, apesar de serem uma seção reduzida, eram menos inclinados a “discussões acadêmicas” (PAGÈS, 1977).

Com relação à linha política, Trotsky argumentava que chegar a uma tática aparentemente comum não quer dizer necessariamente a resolução das diferenças, que era necessário verificar os métodos e argumentos políticos com os quais um grupo chegou à determinada conclusão tática. E afirmava que chegar a conclusão de construir embriões de partidos independentes a partir do desenvolvimento de grandes acontecimentos da luta de classes, como a ascensão fascista na Alemanha, não era a mesma coisa que chegar a essa conclusão a partir dos interesses particulares de um pequeno grupo nacional (AREAL, 2012).

Para Trotsky, existia uma diferença entre o reconhecimento teórico da morte da Internacional Comunista como fator revolucionário e o desaparecimento real da sua influência prática no movimento operário, ou seja, IC estava morta para a revolução, mas os Partidos Comunistas ainda existiam, tinham muita influência, e dirigiam o único Estado Operário do mundo. Ele também acreditava que uma Internacional era um instrumento historicamente construído em momentos ascendentes da luta de classes, e em 1933 o momento era justamente o oposto disso, o que tornava a tarefa de construção de uma nova Internacional mais complicada.

Trotsky argumentou que os bolcheviques chegaram à conclusão de que a II Internacional estava morta em 1914, mas só puderam fundar uma nova Internacional em 1917, após a vitória dos bolcheviques na Rússia. Areal (2012) chama a atenção para a importância que a Espanha adquire nessa nova etapa, se a revolução espanhola terminasse com a formação de um Estado Operário, isso mudaria a correlação de forças mundial, assim como a Revolução Russa o mudou em 1917, “a luta de classes no Estado espanhol poderia ser a porta de entrada da IV Internacional para milhares de trabalhadores e jovens revolucionários” (AREAL, 2012, p. 56, tradução nossa).

2.3.3 Duas faces de uma mesma moeda: Centrismo e Sectarismo

Segundo Trotsky, após esse acontecimento o centrismo se transformou em um fenômeno político do movimento operário. O que é o centrismo? Para Trotsky, no movimento operário existem duas tendências fundamentais, a reformista e a revolucionária (marxista), a primeira é a manifestação dos interesses dos extratos superiores e privilegiados da classe operária, enquanto a segunda é a manifestação de dos interesses das massas operárias. Entre essas duas correntes, existem uma infinidade de correntes e agrupações transitórias que se movem, em maior ou menor medida, em direção a uma das correntes principais, entretanto, sem a assimilar totalmente, esse é o centrismo. Essas tendências e agrupações transitórias não podem se converter em um organismo de massas estável, justamente porque não são as representações de nenhum extrato definido da classe operária, mas a manifestação transitória da consciência das massas frente a determinados movimentos históricos (TROTSKY, 1930).

O centrismo não era um fenômeno novo, mas a vitória do Partido Nazista na Alemanha gerou um impacto na vanguarda da classe operária mundial, e em quase todos os países surgiram amplos setores centristas dentro das fileiras socialistas. Na Espanha, por exemplo, esse fenômeno não apenas levou a juventude socialista a questionar o reformismo

do PSOE, como teve força o suficiente para atrair um dos mais importantes dirigentes históricos desse partido, Largo Caballero. Esse dirigente é um excelente exemplo desse fenômeno, sua história pessoal sempre esteve muito comprometida ao reformismo – foi conselheiro na ditadura de Primo de Rivera, e ministro do trabalho no primeiro governo republicano-socialista – entretanto, frente à ascensão fascista, se deslocou do campo reformista, sem nunca se incorporar realmente ao campo revolucionário.

Na França, o impacto da ascensão fascista e o surgimento do centrismo na base do partido socialista incentivavam o instinto de unidade da classe operária, em mais de uma ocasião manifestações socialistas e comunistas, convocadas e organizadas separadamente, se unificavam na prática pela iniciativa autônoma das bases. Para evitar perder o controle, os dirigentes comunistas e socialistas conformaram uma frente única, engessada e burocratizada, mas que parecia responder ao instinto de unidade das bases. Essa frente única excluía as demais organizações operárias, entre elas a Oposição de Esquerda, que decidiu entrar no partido socialista para trabalhar junto aos setores centristas, que se descolavam do reformismo, buscando levá-los até o campo revolucionário. Essa tática ficou conhecida como “giro francês” ou “entrismo”.

O fenômeno centrista foi mundial, e a tática francesa foi a única novidade com capacidade de aproveitar esse fenômeno para construir os alicerces de um novo partido, não tardou para que a OEI passasse a discutir a implantação dessa tática em todos os países. A discussão sobre o “entrismo” gerou uma crise na OIE, diversos dirigentes se opuseram enfaticamente, para Trotsky essa era uma manifestação de sectarismo, segundo ele, seria impensável que não se desenvolvesse uma tendência sectária em um movimento ideológico que combatia todas as organizações da classe operária, e estava submetida à perseguição e repressão generalizada, inédita na história do movimento operário até aquele momento.

Entretanto, é necessário esclarecer o que Trotsky compreendia como sectarismo, pois esse termo foi utilizado historicamente por reformistas e centristas contra os grupos revolucionários, entretanto, com um conteúdo diferente. A base da acusação de sectarismo nesse caso é a intransigência teórica dos grupos revolucionários, para Trotsky, o sectarismo é a intransigência tática.

Os reformistas e centristas aproveitam qualquer ocasião para colocar o dedo na ferida do nosso ‘sectarismo’. Em geral, eles não se referem ao nosso ponto fraco, mas ao mais forte: nossa seriedade teórica; nossa tentativa de analisar em profundidade toda situação política e apresentar consignas claras; nossa hostilidade em relação a decisões ‘fáceis’ e ‘confortáveis’, que evitam as dores de cabeça de hoje e preparam as catástrofes de amanhã. Nos lábios de um oportunista, a acusação

de sectarismo é, na maioria dos casos, um elogio. (TROTSKY, 1935, n.p., tradução nossa)

Para Trotsky, o marxismo construiu um programa científico acabado, baseado nas leis que governam a sociedade capitalista, e essa é uma grande façanha. Porém, para transformar a sociedade capitalista, não basta um programa, por mais perfeito que ele seja, é necessário que a classe operária adote esse programa, esse é um ponto fundamental para passar da teoria à ação. Toda tendência revolucionária da história, seja um partido ou uma fração, atravessa um momento de desenvolvimento teórico abstrato, necessário para delinear suas fronteiras e preparar seus membros, Trotsky cita o papel do racionalismo no século XVIII, entretanto, em um determinado momento essa teoria abstrata precisa se fundir a realidade, esse momento é sempre contraditório, conflituoso, enfim dialético, pois a teoria, perfeita, se depara com a realidade, imperfeita, e precisa encontrar um caminho até ela. Para Trotsky, o sectário é àquele que para na metade do caminho, etapa teórica, temendo que o contato com a imperfeição da realidade macule a perfeição da teoria abstrata, dessa forma, nega a dialética não teoricamente, mas na prática.

Na opinião de Trotsky, a maior parte da resistência da OEI em relação à tática do “entrismo” tinha uma motivação sectária. Condenava-se essa tática em nome da independência do partido operário, destacavam os limites que se impunham à organização a entrada em um partido reformista. Trotsky reconhecia esses limites, dizia que a “legalidade” socialista era uma limitação, da mesma forma que a legalidade formal de qualquer sociedade capitalista, e que o trabalho dos comunistas constituía em utilizar até o final as possibilidades legais, e completá-las com as possibilidades ilegais.

Para Trotsky, o centrista frequentemente despreza a teoria e se orienta para sua sensação frente à manifestação imediata da realidade, o sectário evita o movimento real que não se curve perfeitamente a sua teoria, apesar de formalmente opostos, essas duas manifestações frequentemente se atraem em um momento revolucionário.

Quantas vezes encontramos um centrista satisfeito em se considerar ‘realista’, simplesmente porque se joga na água sem qualquer bagagem ideológica e se deixa levar por qualquer corrente passageira. Ele é incapaz de entender que, para o nadador revolucionário os princípios não são um peso morto, mas um salva-vidas. O sectário, por outro lado, geralmente não quer nadar para evitar molhar seus princípios. Ele se senta na margem e profere palestras moralizantes diante da torrente da luta de classes. Mas, de tempos em tempos, um sectário desesperado se joga de cabeça na água, agarra-se ao centrista e ambos se afogam. Assim foi e sempre será. (TROTSKY, 1935, n.p., tradução nossa)

O “giro francês” ou “entrismo” foi, segundo Trotsky, uma forma tática de se aproximar do fenômeno centrismo nos partidos socialistas, sem abrir mão dos princípios, mas também sem medo de os colocar a prova, ou em outras palavras, foi a forma encontrada, frente a uma determinada condição histórica objetiva e subjetiva, para ligar a teoria revolucionária as massas operárias.

2.3.4 POUM: A Ruptura entre Leon Trotsky e Andreu Nin

Os efeitos do fenômeno do centrismo se manifestavam de forma evidente na Espanha. Durante o “biênio negro” (1933-1934) o PSOE rompeu com o governo após a ascensão da CEDA, antes mesmo da ruptura definitiva, seu principal líder, Largo Caballero, ameaçava o governo com a possibilidade de lançar seu partido no caminho da revolução caso a Espanha caminhasse para o fascismo, que para ele era representado pela CEDA.

Paralelamente, um setor do PSOE se desgrudava da perspectiva reformista, principalmente sua juventude. A Juventude Socialista não era um grupo numericamente desprezível, contava com aproximadamente 20.000 membros (AREAL, 2012), sendo uma formidável base para construção de um partido revolucionário na Espanha. Em maio de 1934, escreviam em sua revista *Leviatán*:

O fascismo na Itália, o nacional-socialismo na Alemanha, e uma mistura de ambos na Áustria, tem colocado em evidencia a ineficiência da tática política que se inspiram os partidos socialistas filiados a II Internacional [...] Não fracassou o socialismo revolucionário, como afirmam seus inimigos, mas sim sua falsificação. Marx e Engels tinham razão em tudo, na sua teoria da História e do Estado, e em seu programa de ação [...] Não confie unicamente na democracia parlamentar, inclusive se alguma vez o socialismo conseguir uma maioria: Se não utilizar a violência, o capitalismo lhe derrotará em outras frentes com suas formidáveis armas econômicas. (*LEVIATÀN* apud AREAL, 2012, p. 65-66, tradução nossa)

A simpatia das Juventudes Socialistas com os trotskistas era evidente desde 1933, quando começou a ser colocada a questão da criação de uma nova Internacional. Os dirigentes das juventudes socialistas acreditavam que era necessário romper com os erros do revisionismo e do stalinismo, e que estavam realizando no PSOE o mesmo trabalho que os trotskistas realizavam na Internacional Comunista, a referência é textual, como podemos notar no artigo de F. Melchor.

Trabalhando como até agora, como tem trabalhado o trotskismo na Internacional Comunista, se conseguirá derrotar os desvios do marxismo. Se podemos tomar

alguém de exemplo para essa posição, ninguém melhor que Leon Trotsky (MELCHOR apud PAGÈS, 1977, p. 255, tradução nossa)

Por esse motivo, acreditavam que não era o momento para construir a IV Internacional, argumentavam que a pouca receptividade com que as organizações operárias receberam essa proposta confirmava que ela era prematura, ainda que destaquem seu interesse pelo tema: “nos interessa o tema da IV Internacional, e por isso nunca nos calaremos” (MELCHOR apud PAGÈS, 1977, p. 256, tradução nossa). Essa era a posição da Juventude Socialista, entretanto importantes dirigentes não estavam de acordo, e faziam campanha interna pela construção da IV Internacional, dentre eles Santiago Carrillo (PAGÈS, 1977) e Luis Araquistáin (BROUE, 1992).

As Juventudes Socialistas não era o único setor do PSOE que se mostrou receptivo a influência do trotskismo nesses anos, exemplo disso foi o artigo de Luis García Lago, membro da comissão executiva da Federação Espanhola dos Trabalhadores dos Bancos, sindicato ligado a UGT, que defende abertamente a criação da IV Internacional (PAGÈS, 1977).

Isso não quer dizer que esses setores que se descolavam do reformismo evoluíram necessariamente e de forma mecânica até posições revolucionárias, o fluxo histórico os separava do reformismo, mas não rompia todos os laços – ideológicos, metodológicos, etc. – cristalizados durante anos, a tática de Trotsky visava ajudar esses setores a romper definitivamente o cordão umbilical com o PSOE, ao qual ainda mantinham esperanças, em maior ou menor grau.

Em setembro de 1934, a ICE realizou uma Plenária Nacional para discutir a tática de “entrismo” utilizada na França. A proposta de oposição total a essa política, condenação do SI, e formação de um grupo internacional com todos os opositores dessa tática, foi decidida por aclamação. Segundo o editorial da revista Comunismo, a ICE considerava que, independentemente da situação, o fundamental era manter a “independência orgânica da vanguarda do proletariado”, e ameaçam romper com o trotskismo (COMUNISMO apud PAGÈS, 1977, p. 276).

Nesse momento, a situação na Espanha se radicalizava, e no mês seguinte estourou um confronto entre os trabalhadores e o governo em algumas regiões, o mais agudo se desenvolveu nas Astúrias, onde os trabalhadores pegaram em armas em um movimento insurrecional, como já vimos no primeiro capítulo desse trabalho. Para Trotsky os espanhóis

havia perdido mais uma chance de utilizar uma situação vantajosa para se reposicionar melhor no cenário do movimento operário.

Ainda não recebi os documentos relativos aos recentes acontecimentos espanhóis e sobre o papel cumprido por nossa seção. Contudo, o curso geral dos acontecimentos é suficiente para tirarmos a conclusão de que nossos camaradas espanhóis deveriam ter se filiado ao Partido Socialista desde o momento em que a diferenciação interna começava a preparar esse partido para a luta armada. Nossa localização no proletariado espanhol seria hoje muito mais vantajosa [...] (TROTSKY, 2014, p. 157)

É pouco crível que, no caso de que ICE houvesse aceitado a orientação do SI, houvesse tido tempo suficiente para alterar significativamente os rumos que esse movimento tomou, entretanto, Trotsky não se refere aos rumos gerais do movimento, mas a localização da ICE no proletariado espanhol. Se seu programa pudesse ter encontrado eco em setores de massa dentro do PSOE, frente a um processo de tamanha magnitude, é plausível que a ICE saísse desse processo como uma força relevante no movimento operário espanhol. Na avaliação de Trotsky, a não aceitação da política do “entrismo” estava ligada, no fundo, a quase todas as outras polemicas com a seção espanhola, que era sua “atitude propagandista e passiva” (TROTSKY, 2014, p. 157).

Após os acontecimentos de outubro, os dirigentes da ICE reviram sua posição quanto à política de “entrismo”, um dos primeiros a fazer isso foi Fersen, justamente o autor da proposta de repúdio a essa tática na Plenária Nacional da ICE. Nesse momento, na Catalunha a ICE discutia a possibilidade de unificação das forças comunistas, essa proposta estava em pauta desde a experiência com a Aliança Operária.

Em abril, a direção da ICE se reuniu para deliberar sobre o assunto, tendo decidido pela proposta de Andreu Nin, a ICE deveria entrar no PSOE em todos os lugares, menos na Catalunha, onde deveria manter as negociações para unificação, que nesse momento havia se reduzido a três organizações: A ICE, o BOC, e o *Partit Català Proletari*. A decisão foi tomada com apenas um voto contrário, o de Francesc de Cabo (PAGÈS, 1977).

Após a decisão, Francesc de Cabo e o militante catalão Roures i Tossal começam uma luta política contra a decisão da direção da ICE, que encontrou apoio em todas as federações, o principal apoio foi da seção de Madri, dirigida por J. Andrade. Tossal afirmou que “é preferível aproveitar a oportunidade que nos oferece o novo partido catalão para incidir no PS [Partido Socialista], permanecendo como força adjunta do novo partido no resto da Espanha” (TOSSAL apud PAGÈS, 1977, p. 280, tradução nossa), e Andrade manifestou a mesma ideia, afirmando que como o novo partido teria “nossa base programática” e deveria ter “um

caráter nacional”, os demais grupos deveriam se unir ao novo partido (ANDRADE apud PAGÈS, 1977, p. 281). É claro, portanto, que para eles a unificação com o BOC seria suficiente para atrair os elementos que se desprendiam do socialismo. Os fatos demonstraram o contrário, e seria o PCE quem mais se beneficiaria das rupturas socialistas.

Assim a ICE rejeitava o “entrismo”, ainda que essa não fosse a opinião de Andreu Nin. Restava a ICE apostar todas as fichas no novo partido catalão, com o abandono das negociações pelo o *Partit Català Proletari*, o novo partido se reduzia a fusão da ICE e do BOC. O SI, que havia se manifestado favoravelmente as negociações na época em que diversas organizações participavam da discussão, se mostrou preocupado. Em uma carta dirigida ai SI em 21 de julho de 1935, os dirigentes da ICE afirmarem que:

A fusão se realiza sobre a base de um programa elaborado em comum, como resultado de uma discussão que já dura meses, e que contém todos os nossos princípios fundamentais: afirmação do caráter internacional da revolução proletária, condenação a teoria de socialismo em um só país, e da ditadura democrática do proletariado e do campesinato, defesa da URSS, porém com direito absoluto de criticar todos os erros da direção soviética, afirmação do fracasso da Segunda e Terceira Internacional, e da necessidade de estabelecer a unidade do movimento operário internacional sobre uma base nova. O que mais vocês querem? Deveriam nos felicitar pela vitória obtida ao conduzir uma organização, que por um longo tempo se caracterizou por seu confuscionismo, a aceitar nossos princípios fundamentais. (COMITE NACIONAL apud PAGÈS, 1977, p. 285, tradução nossa)

Era, no entanto, notório que a principal questão internacional se baseasse em uma frase vaga “unidade do movimento internacional sobre uma nova base”, mas que base? Essa imprecisão não era acidental, fazia parte da mesma lógica com que Andreu Nin, anos antes, havia conduzido suas relações com o BOC, supervalorizar as semelhanças e menosprezar as divergências.

De fato, o BOC não aceitava a tese de construção de uma IV Internacional, e fazia parte de uma agrupação internacional chamada Bureau de Londres, que aglutinava algumas organizações centristas. Segundo os dirigentes da ICE, o tempo e a ação comum levariam o BOC a revisar sua posição, e a adesão do novo partido ao Bureau de Londres seria uma forma de ampliar a intervenção.

Os dirigentes da ICE, afirmam também que o SI não compreende as particularidades espanholas, e anunciam que não enviaram mais informações. Assim, oficialmente se realizava a ruptura entre Leon Trotsky e Andreu Nin. Da fusão entre a ICE e o BOC nasceria o novo partido: O Partido Operário de Unificação Marxista (POUM).

3 TROTSKY E NIN: AS DIVERGÊNCIAS POSTAS EM PRÁTICA

3.1 Frente Popular

O Comitê Central do POUM, reunido em 28 de março de 1937, aprovou a convocatória do seu II Congresso, que deveria acontecer entre 8 e 16 de maio⁵¹, com o objetivo de determinar a política do partido por meio da decisão de sua maioria. Nesse momento, as divisões internas dentro do POUM impediram com que o Comitê Central apresentasse um projeto de tese próprio, como era de costume. Individualmente, Andreu Nin escreveu uma tese que foi publicada no “boletim interno de discussão” do POUM no dia 5 de abril, nesse documento, ele apresentou um breve balanço do desenvolvimento da revolução, e apontou as tarefas que considerava fundamentais⁵².

A primeira conclusão importante de sua tese foi a reafirmação de uma das principais posições estratégicas do POUM, a de que o conflito que se desenvolveu na Espanha não era uma luta entre democracia e fascismo, mas entre socialismo e fascismo, e que o caráter da revolução espanhola era democrático-socialista. Partindo disso, expõem suas conclusões sobre os acontecimentos dos primeiros anos da revolução.

As experiências de 1931-1935 demonstraram amplamente que a burguesia era impotente para resolver os problemas fundamentais da Revolução democrático-burguesa e mostrar a necessidade de a classe operária colocar-se decididamente à frente do movimento de emancipação para realizar a revolução democrática e para iniciar a revolução socialista. A persistência das ilusões democráticas e a aliança orgânica com os partidos republicanos levaram inevitavelmente ao fortalecimento de posições e, em futuro próximo, ao triunfo do fascismo como a única saída para um regime capitalista incapaz de resolver as suas contradições internas, dentro do quadro das instituições democrático-burguesas. (NIN, 1969, p. 31 e 32)

Essa passagem nos oferece duas conclusões importantes do autor, a primeira é a de que a experiência revolucionária espanhola até 1935 demonstrara, aos olhos da classe

⁵¹ O II Congresso do POUM nunca chegou a acontecer, devido à insurreição operária de maio de 1937 e a subsequente repressão a que esse partido foi submetido pelo governo de Frente Popular, que entre outras coisas colocou o partido na ilegalidade, e prendeu seus dirigentes. Entre essas medidas repressivas estão o assassinato de Andreu Nin pelos agentes da GPU soviética.

⁵² Tomamos esse documento como referência, pois se trata de uma reflexão madura, a luz da experiência de anos de desenvolvimento da revolução, e de meses de governo de Frente Popular, e também, por se tratar de um documento congressual, que é de importância particular, já que visava uma discussão estratégica no seio do seu partido. Partindo desse documento buscamos um diálogo com outros escritos do autor, e as posições do partido que ele dirigia, na tentativa de formar um todo coeso. Apresentaremos outras obras como base, na medida em que esse documento se omite em algumas questões, em particular, na colaboração governamental do autor com a Frente Popular na Catalunha.

operária, a impotência da classe burguesa de resolver os problemas da revolução democrática, sendo para Nin, uma experiência ultrapassada. Assim sendo, como a Frente Popular era possível? Para Nin, a responsabilidade recairia sobre os partidos Comunista e Socialista, que “empurraram o proletariado por meio da Frente Popular, para os partidos burgueses republicanos, que tinham falhado miseravelmente em outubro e que haviam desaparecido virtualmente da cena política” (NIN, 1969, p. 32).

A segunda conclusão é que as ilusões democráticas e a aliança com os partidos republicanos fortaleceram os fascistas, e que, o fascismo foi a única alternativa viável para o regime capitalista na Espanha, portanto, a manutenção da aliança com a burguesia desembocaria no triunfo do fascismo. Podemos concluir que a opinião de Nin é de que a Frente Popular não só foi um freio para o desenvolvimento da revolução, mas, também, um atalho para a vitória fascista.

Em sua tese, Nin define o governo de Frente Popular como um “governo de colaboração com os partidos republicanos burgueses” (NIN, 1969, p. 45), e afirma, ainda, que a “aliança com os partidos pequeno-burgueses não representa uma aliança com a pequena-burguesia, mas uma aliança contra ela” (NIN, 1969, p. 49), pois os partidos pequeno-burgueses estavam a serviço do grande capital, portanto, o governo de Frente Popular seria uma aliança entre os partidos operários e os representantes do grande capital.

Nesse caso, como explicar a participação de um partido que se propõe revolucionário na Frente Popular? Para Nin⁵³, a assinatura do POUM no programa eleitoral da Frente Popular não caracterizou uma adesão, mas apenas uma manobra eleitoral, que foi necessária pelo forte sentimento de unidade do proletariado, um imenso impulso de solidariedade para a libertação dos presos políticos, e possibilitou o POUM ampliar sua voz entre as massas operárias. O que podemos entender quando Nin fala de “manobra eleitoral”? Inicialmente, o POUM defendeu uma coalizão de classe para as eleições.

Na próxima campanha eleitoral [...] não se exibirão problemas de partido, mas de classe [...] a candidatura deve ter um marcado caráter classista, que abranja todos, sem exceção [...] nesse sentido, a ideia de que seja a Aliança Operaria que vá as

⁵³ Cabe resaltar que nos baseamos aqui na tese de Nin anteriormente citada, anos mais tarde, Juan Andrade, afirma que não surgiu nas fileiras do POUM nenhuma oposição ao pacto eleitoral, porém, contraditoriamente, afirma que a opinião dele e de Andreu Nin era minoritária no partido, e que apenas aceitaram a decisão da maioria (ANDRADE. 2014). Andrade não apresenta maiores detalhes, essa divergência não é descrita nas biografias de Andreu Nin, ou em textos de sua autoria. Em todo caso, se essa falta de informação não confirma o depoimento de Andrade, também não o nega definitivamente, considerando o caráter interno ao partido e, além disso, por via oral e em uma instância restrita, portanto não sabemos se de fato essa divergência ocorreu, nem seu caráter e magnitude. Seja como for, essa é a explicação que Nin apresenta após os fatos.

eleições é justa, e temos que aproveitá-la com decidido entusiasmo. (La Batalla, 16 ago. 1935, tradução nossa)

Entretanto, nenhuma organização se solidarizou a essa proposta, a coalizão das organizações operárias⁵⁴ com os partidos republicanos de esquerda se tornou uma realidade, ao POUM cabia apenas decidir se dela fazia parte (AREAL, 2012), e decidiram compor a Frente Popular. Gorkín, um dos líderes do POUM, afirmava que essa era uma posição “realista”, que o POUM participou da Frente Popular para fazer campanha contra o “frentepopulismo” em nome da “luta de classes” (LA BATALLA, 20.04.1936), décadas mais tarde Andrade, outro líder do POUM, reafirma o caráter pragmático da decisão, e a ideia de combater a Frente Popular fazendo parte dela, entretanto apresenta dois argumentos adicionais, a necessidade de não se isolar das massas e de tornar mais o partido mais conhecido (ANDRADE, 2014).

Tomando como base as justificativas de dois líderes do POUM, podemos supor que por “manobra eleitoral”, Nin se referisse à oportunidade pragmática de eleger um parlamentar, tornar o partido mais conhecido, e não se isolar das massas que manifestavam um forte sentimento de unidade. Entretanto, utilizar as eleições para tornar o partido mais conhecido, não se isolar das massas, e não ajudar indiretamente as direitas, não era necessário participar da Frente Popular, prova disso é que a CNT, que Andrade afirma ter sido o “fiel da balança” para a vitória da Frente Popular (ANDRADE, 2014), não participou da Frente Popular nas eleições, entretanto alguns grupos anarquistas encontraram formas de aproveitar as eleições para propagar suas ideias e preparar os trabalhadores para um confronto que eles consideravam inevitável (GUILLAMÓN, 1998).

Seja como for, o POUM aceitou fazer parte dessa aliança, para a realização de três pontos que consideravam fundamentais, concluídas essas demandas o POUM se comprometia a abandonar a Frente Popular, o que foi feito. Esses três pontos eram: 1) Derrotar a contrarrevolução nas eleições; 2) Conseguir a anistia para os presos políticos; e, 3) Reestabelecer o estatuto de autonomia da Catalunha. (La Batalla, 27 dez. 1935)

O POUM participou nessas eleições com três candidatos, Andreu Nin, Joaquín Maurín, e Julián Gorkin. Desses, apenas Maurín foi candidato por um distrito em que o POUM possuía relevância, os outros dois foram obrigados a concorrer por distritos onde o

⁵⁴ Cabe ressaltar que dentre as organizações operárias, a CNT-FAI não participa da Frente Popular nas eleições, entretanto se abstém de impulsionar sua tradicional campanha pelo voto nulo, e dessa forma ajuda, indiretamente, a campanha eleitoral da Frente Popular (PAGÈS, 2011).

POUM possuía pouca, ou nenhuma, influência, e em alguns casos foram hostilizados pelos próprios adeptos da Frente Popular dessas localidades, o que lhes obrigou a retirar as candidaturas (PAGÈS, 2014). Mesmo assim, o POUM se manteve leal a Frente Popular, e só denunciou a manobra após o fim do período eleitoral.

Para Trotsky, um partido que se pretende revolucionário não pode ser conivente, direta ou indiretamente, com uma aliança que pretende enganar os trabalhadores e camponeses, por isso qualificou a participação do POUM na Frente Popular de “traição”. Ainda em janeiro de 1936, escreveu:

Os jornais anunciam que na Espanha todos os partidos ‘de esquerda’, tanto burgueses como operários, fizeram um bloco eleitoral sobre a base de um *programa comum*, que na natureza das coisas não se difere em nada do programa da Frente Popular francesa e de todos os outros programas charlatões da mesma natureza [...] A maioria desses partidos esteve à frente da Revolução Espanhola nos anos de seu ascenso e fez tudo que estava a seu alcance para traí-la e pisoteá-la. A novidade é a assinatura do partido de Maurín-Nin-Andrade. Os antigos ‘comunistas de esquerda’ espanhóis converteram-se numa mera cauda da ala ‘esquerda’ da burguesia. É difícil conceber uma deriva mais humilhante! (TROTSKY, 2014, p.158-159)

Trotsky combateu a Frente Popular na Espanha, como a combateu em todos os lugares do mundo, em sua opinião a IC girava da sua política ultraesquerdista do “terceiro período”⁵⁵ – que por seu sectarismo impedia a unidade da classe operária frente a um terrível inimigo comum, o fascismo, para uma política oportunista da Frente Popular, que ignorava a diferenciação de classe, e que sob a bandeira de defesa da luta contra o fascismo colocava a classe trabalhadora como refém da burguesia. Nesse sentido, condenava a Frente Popular, que seria incapaz de avançar o movimento operário, e pelo contrário, o paralisava.

Os teóricos da frente popular não vão além da primeira regra da aritmética: a soma. A soma de comunistas, de socialistas, de anarquistas e de liberais é maior que cada um dos seus termos. Porém, a aritmética não basta, faz falta ao menos conhecimentos de mecânica. A lei do paralelogramo de forças se verifica também na política. A resultante é, como se sabe, tanto menor quanto mais divergentes forem as forças entre si. Quando os aliados políticos puxam em direções opostas, a resultante

⁵⁵ A política do “terceiro período” foi instituída pela IC em 1928, segundo sua lógica o “primeiro período” foi à época revolucionária que começa no final da I Guerra Mundial, onde triunfa a Revolução Russa, e se apresentam oportunidades revolucionárias em diversos países; o “segundo período” seria o momento de refluxo revolucionário mundial, e relativa estabilização do capitalismo. De acordo com a IC, em 1928 a situação havia mudado, se apresentava uma nova fase de ascenso revolucionário (o terceiro período), e portanto a política de cada partido comunista deveria ser coerente com essa nova fase. Esse período foi marcado pelo sectarismo frente a todas as tendências do movimento operário, que eram consideradas contra revolucionárias e fascistas, e assim todo acordo, mesmo pontual, com essas organizações não eram permitidos. Possivelmente a implantação mais simbolicamente impactante dessa política ocorreu na Alemanha, onde o PC se recusou a realizar qualquer tipo de ação conjunta com os socialistas, mesmo frente à ameaça nazista, essa política dividiu a classe operaria e facilitou o triunfo de Hitler. (SAGRA, 2005)

é zero. O bloco das diferentes agrupações políticas da classe trabalhadora é absolutamente necessário para resolver as tarefas comuns. Em certas circunstâncias históricas, um bloco desse tipo é capaz de arrastar as massas pequeno burguesas oprimidas, cujos interesses estão próximos do proletariado já que a força desse bloco pode ser muito maior que as forças de cada uma delas separado. Pelo contrário, a aliança do proletariado com a burguesia, cujos interesses nessa época, nas questões fundamentais, divergem em um ângulo de 180 graus, não pode, como regra geral, mais que paralisar a força revolucionária do proletariado. (TROTSKY, 2014, p. 246)

Os interesses do proletariado e da burguesia, mesmo sua ala esquerda, eram antagônicos, as necessidades dessas classes se contrapunham irreconciliavelmente, a existência do fascismo não alterava a situação, pois, a luta pela república adquiriu um caráter distinto, de classe. A República ganhava sentido para um na medida em que perdia sentido para outro, não é um acaso que o PCE, principal defensor da Frente Popular entre as organizações operárias, também defendia o caráter burguês da revolução.

A palavra ‘republicano’, assim como a palavra ‘democrata’, é um engodo deliberado que serve para acobertar as contradições de classe. O burguês é republicano na medida em que a República protege a propriedade privada. E os operários utilizam a República para derrubar a propriedade privada. A República, em outras palavras, perde todo seu valor para o burguês no momento em que assume valor para os operários. (TROTSKY, 2014, 172)

Na Espanha, baseado na ideia de que uma aliança ampla fortaleceria o campo revolucionário, aceleraria a resolução dos problemas fundamentais da revolução, e inviabilizaria a reação da direita, monárquica ou fascista, a Frente Popular apresentou de fato um programa essencialmente burguês em todas as questões fundamentais.

Os Republicanos não aceitam o princípio da nacionalização da terra e sua devolução gratuita aos camponeses exigidos pelos delegados do Partido Socialista [...]
Os partidos republicanos não aceitam as medidas de nacionalização dos bancos propostas pelos partidos operários [...]
A República, tal como a concebem os partidos republicanos, não é uma república dirigida por motivos sociais ou econômicos de classe, mas um regime democrático animado por motivos de interesse público e de progresso social [...]
Os partidos republicanos não aceitam o controle operário exigido pela delegação do Partido Socialista [...]
A política internacional será orientada no sentido da adesão aos princípios e aos métodos da Liga das Nações [...] (Programa da Aliança Eleitoral de 1936 apud BROUÉ, 1992, p. 133-139)

Na prática, a Frente Popular constituiu uma complexa armadilha para as massas operárias e camponesas. O PCE e o PSOE apresentavam publicamente o programa burguês como uma concessão aos partidos republicanos, que formalmente eram contrários, e ainda apresentaram essa “concessão” como necessária para deter “as direitas”. A posição adotada

pelo POUM, e em menor medida pela CNT, era a cobertura a esquerda dessa armadilha, ou seja, se todas as organizações operárias concordavam com a necessidade da Frente Popular, porque as massas operárias e camponesas deveriam ver nisso um inconveniente?

A Frente Popular na Espanha, não só foi incapaz de corresponder às expectativas das massas que as elegeram como também foi a parteira do fascismo. O fascismo espanhol encontrou seu principal referencial na oficialidade do exército, não foi um acaso que tenha se expressado de forma contundente com um golpe militar. A Frente Popular manteve intacto o exército e seu corpo de oficiais, o remanejamento de um ou outro oficial não mudou nada a situação geral. Os trabalhadores não se submeteram passivamente ao ritmo do governo, consideravam seu governo, mas não se limitavam frente às fronteiras do programa eleitoral, os primeiros meses do governo de Frente Popular vivenciaram nova agitação social, a antítese das pretensões populares foi o fascismo. Frente ao golpe militar fascista, os republicanos se negaram a armar o proletariado, e buscaram anestesiá-lo com declarações tranquilizadoras de que o governo detinha o controle da situação, enquanto negociavam com os golpistas uma nova composição ministerial, aceitável aos fascistas. Essa capitulação negociada fracassou.

A maioria das obras escritas sobre a guerra civil concordam em assinalar não só o início da preparação do pronunciamento militar de julho a partir do triunfo da Frente Popular, como também o conhecimento, mais ou menos explícito, por parte do governo dos preparativos insurreccionais [...] Construir uma frente antifascista, que se apresentava como um dique de contenção aos avanços do fascismo na Espanha e, posteriormente, quando é está frente que, ao menos em teoria, detém o poder, deixar atuar livremente a reação, constitui uma contradição difícil de explicar e justificar historicamente. (PAGÈS, 2014, p. 266, tradução nossa)

Para Trotsky, essa “contradição difícil de explicar e justificar”, de que fala Pagès, denomina-se “interesse de classe”. Os partidos da burguesia, democrática ou republicana, se diferenciavam do fascismo pelo método, da mesma forma que se diferenciam, por exemplo, dois executivos concorrentes à direção da mesma empresa, e não por seu objetivo estratégico, eles combatiam o fascismo na medida em que a vitória fascista os tornava momentaneamente obsoletos, no entanto, frente ao perigo da revolução socialista, renunciavam sem hesitar a luta contra o fascismo, pois se tratava de garantir a sua própria base de classe: a propriedade privada.

A casta de oficiais, por sua seleção, sua educação, e seu treinamento, sua tradição, historicamente construída durante séculos, de dominar outros povos, é um extrato social hostil ao socialismo, exceções individuais não alteram a regra, por isso os oficiais são a guarda mais segura do Capital. Para Trotsky, o perigo não reside nos indivíduos dessa oficialidade que se

apresentam abertamente como fascistas, mas no fato de que frente ao perigo socialista o corpo de oficiais se converte coletivamente na vanguarda da repressão aos trabalhadores, por isso que as represarias individuais são apenas cosméticas, e para a segurança da revolução e para poupar milhões de vidas, o corpo de oficiais deve ser destruído completamente (TROTSKY, 2014, 171).

Quando a burguesia vê necessidade, por intermédio da esquerda de seus representantes políticos, de se aliar com as organizações operárias em uma Frente Popular, ela necessita, mais do que nunca, do corpo de oficiais, pois estes são o contrapeso dos trabalhadores mobilizados, sem ele a manutenção da propriedade privada seria impossível na Espanha, sem a propriedade privada a República perde seu sentido para a burguesia, e sem os republicanos não existe Frente Popular, o partido operário que apoia uma Frente Popular renúncia, na prática, a luta contra o militarismo, portanto a Frente Popular é “em sua própria essência um governo de capitulação à burocracia e aos oficiais [...] agora sendo paga com milhares de vidas humanas” (TROTSKY, 2014, p.172).

Vimos até aqui que a caracterização da Frente Popular, realizada tanto por Nin, quanto por Trotsky, convergem em identificar a Frente Popular como um obstáculo para a ditadura do proletariado, que por sua vez é a única alternativa capaz de apresentar um sentido político a revolução, e assim permitir que ela avance no sentido almejado pelas massas populares. A divergência reside em como superar o obstáculo, para Nin a participação nas eleições permitiria ao POUM ampliar potencialmente sua ressonância entre os trabalhadores e camponeses, portanto, era uma manobra tática que fortaleceria o partido, para Trotsky, a assinatura do POUM no programa da Frente Popular significava tomar parte na ilusão propagandeada aos trabalhadores e camponeses espanhóis de que a revolução poderia avançar sem romper politicamente com as organizações burguesas, impedindo, ou ao menos dificultando, a preparação da classe operária para um conflito aberto que a existência da Frente Popular tornava cada dia mais inevitável. Trotsky, convicto de que o governo de Frente Popular invariavelmente levaria ao conflito entre as fronteiras do programa governamental e as necessidades e anseios das massas populares, concluiu que uma postura inequívoca em relação a Frente Popular, ainda que o isolasse no primeiro momento, fortaleceria consistentemente o partido que anteriormente previu a situação e alertou as massas.

Podemos deduzir que Nin compreendeu a vitória da Frente Popular como um avanço, ainda que limitado, no processo revolucionário, derrotar “as direitas” eleitoralmente, e libertar os presos políticos, moralizaria a classe operária, ao fazer parte desse avanço, seu partido

ganharia espaço para propagar suas ideias em setores da classe que se mantinham inacessíveis a elas, fortalecendo-o, portanto, esse seria um passo em direção ao desfecho revolucionário necessário na Espanha. Por outro lado, Trotsky compreendeu a vitória da Frente Popular como um acelerador do conflito entre as classes fundamentais, na medida em que o governo de Frente Popular se propunha a ser uma balança de dois pratos, em um se encontrava as massas populares, seu núcleo seria a classe operária, em outro as classes dominantes antigas e modernas, seu núcleo seria o corpo de oficiais, para Frente Popular ser bem sucedida os dois pratos precisavam se equilibrar, entretanto isso seria impossível, as condições objetivas obrigavam um campo a subjugar o inimigo para satisfazer suas necessidades. A coerência entre as premissas e a conclusão, permitiu a Trotsky antecipar o conflito de 19 de julho, que pode ser vista em sua tese para conferência da IV Internacional:

A burguesia está buscando retaliação. Um novo conflito social, conscientemente preparado no quartel general do grande capital, terá sem dúvida o caráter de uma provocação ou uma série de provocações. No mesmo sentido atuarão os grupos fascistas ‘dissolvidos’. O choque entre os dois campos na França, na Bélgica e na Espanha é inevitável. Quanto mais os líderes da Frente Popular ‘conciliarem’ os antagonismos de classe, mais explosivo e convulsivo será o futuro, mais sacrifícios isso causará, e mais indefeso o proletariado se encontrará contra o fascismo. (TROTSKY, 2014, 167)

Os acontecimentos de julho de 1936 tiram de Nin qualquer possibilidade de justificar a participação do POUM na Frente Popular como uma “manobra eleitoral”. O golpe fascista, a impotência do governo de Frente Popular, e a reação das massas operárias nas principais cidades espanholas, alteram a correlação de forças entre as classes sociais nos territórios que não foram dominados pelos fascistas com tamanha magnitude que implicam mudanças no próprio governo, Francisco Largo Caballero, líder da ala esquerda do PSOE, assume a liderança do governo. Particularmente na Catalunha, esse mesmo processo se expressa com maior profundidade, os trabalhadores passam a controlar diretamente as funções públicas, através de diversos comitês, enquanto o governo (*Generalidad*) perde em poucos dias toda autoridade de comando, no entanto não é destruído, assim se estabelece uma situação de duplo poder⁵⁶.

⁵⁶ Uma situação de duplo poder é uma situação essencialmente transitória, caracterizada pelo período que subexistem dois governos, um oficial e outro extraoficial, que rivalizam o controle de determinada sociedade (TROTSKY, 1977). Cabe resaltar que, para Andreu Nin, a Espanha não vivenciou uma situação de duplo poder, ainda que ele admita que o controle das funções públicas tenha passado aos comitês, ele nega a dicotomia entre comitês e governo oficial. Trataremos atentamente essa questão no capítulo sobre os órgãos de poder (NIN, 1995).

Uma situação de duplo poder não pode ser permanente, invariavelmente um se impõem ao outro. Na Catalunha essa imposição não foi realizada pela força, mas pelo acordo dos partidos operários e republicanos, o governo da *Generalidad* foi remodelado⁵⁷, e dessa fez o compromisso do POUM foi além do apoio eleitoral, tomando parte diretamente no governo de Frente Popular, o próprio Andreu Nin assumiu o ministério da justiça, em nome do POUM. Esse período é quase totalmente ignorado em sua tese congressual de 1937.

É notória a contradição entre a participação do POUM no governo de Frente Popular e a definição política do significado dessa aliança realizada por Nin em sua tese. A decisão foi tomada consensualmente pelo Comitê Central do POUM⁵⁸, Andreu Nin foi pessoalmente a favor, em sua opinião a reconstrução do governo da *Generalidad* não se tratava de um retrocesso no processo revolucionário, mas uma mescla particular dos comitês, de “um tipo original, não duradouro, de transição revolucionária” (SOLANO, 2006, p.49).

Assim, o POUM justificava oficialmente sua adesão a Frente Popular da seguinte maneira:

A imperiosa necessidade de levar a guerra até o fim, até o extermínio total da canalha fascista, de conduzir a economia do país até o socialismo, único meio de reconstruir essa economia destruída pela guerra civil e de transformar radicalmente a estrutura política e social da República, impõe a formação de um governo operário [...] Na Catalunha, graças à existência, de um lado, de nosso Partido [...] e, de outro, da CNT e da FAI [...] a política da Frente Popular não produziu os mesmos estragos que no resto da Espanha onde o Partido Socialista [...] e o Partido Comunista se transformaram em apêndices dos partidos republicano-burgueses e se esforçaram para conter o avanço da revolução proletária [...] A constituição de um poder forte se impõem, um poder que seja capaz de assumir a vontade de emancipação do proletariado e de criar a legalidade revolucionária nova baseada na expropriação da

⁵⁷ A primeira medida do governo foi dissolver os comitês, e finalizar o duplo poder, em seguida, destruiu as milícias operárias, unificando-as e transformando-as em um exército regular sob seu controle, uma vez inutilizado os órgãos de poder e de combate da classe operária, a Frente Popular planejou retomar os órgãos públicos estratégicos que haviam caído na mão dos trabalhadores, esse planejamento começou pela estação telefônica, no entanto, dessa vez os operários resistiram, lutaram e venceram, mas abaixaram suas armas com a capitulação das suas direções, a CNT-FAI e o POUM (BROUÉ, 1992). Fracassada a aventura, a Frente Popular apontaria a responsabilidade pelo conflito ao POUM, politicamente é plausível dizer que tendo fracassado em retomar os pontos estratégicos, a Frente Popular se concentrou em eliminar seu próprio flanco esquerdo, o POUM foi excluído do governo, foi decretado ilegal, e posteriormente fisicamente reprimido, a CNT-FAI sofreria o mesmo destino. A Frente Popular foi lúcida e competente para utilizar sua ala esquerda e depois elimina-la, porém, sua vitória foi o início da derrota da II republica espanhola (TROTSKY, 2014).

⁵⁸ Diversos testemunhos apontam para a existência de setores vacilantes a essa postura no Comitê Central do POUM, entre eles, o então dirigente da Juventude Comunista Ibérica (JCI) e futuro biógrafo de Nin, Wilebaldo Solano, manifesta publicamente reticências a essa política, e Juan Andrade, possivelmente o mais próximo companheiro de Nin, também demonstra dúvidas, propondo uma consulta aos militantes do partido, que é negada, com o argumento da urgência na definição da posição do partido (BROUÉ, 2014, p. 349), no entanto, no momento da decisão nenhum deles se mostrou contrário.

burguesia e no estabelecimento dos fundamentos de uma economia socialista. Essa missão só pode ser realizada por um governo operário. Nesse sentido, o Comitê Central estima, hoje como ontem, que esse governo deverá ser composto exclusivamente de representantes dos partidos operários e das organizações sindicais. Entretanto, se esse ponto de vista não for partilhado pelas outras organizações operárias, não o imporemos, tanto mais que o movimento republicano de esquerda da Catalunha tem um caráter profundamente popular – que o distingue de forma radical do republicanismo de esquerda, essencialmente burguês – e que as massas camponesas, os setores operários que constituem sua base, se orientam de modo decidido para a revolução e são fortemente influenciados pelos partidos e organizações proletárias. O importante é o programa e a hegemonia do proletariado, que deve ser garantida. Num ponto, não poderia haver dúvida: o novo governo deve fazer uma declaração de princípios se equívoco, afirmando a sua vontade de traduzir numa legalidade revolucionária o avanço das massas, e de dirigi-lo no sentido da revolução proletária. Quanto à hegemonia do proletariado, a maioria absoluta dos representantes operários irá assegurá-la plenamente [...] Em conclusão, o Comitê Central acha que o Partido deve dar todo seu apoio à formação desse governo e aceitar dele participar. (Comitê Central do POUM apud BROUÉ, 1992, p.143-144)

A contradição que assinalamos anteriormente, já aparece claramente na declaração do Comitê Central do POUM. A declaração afirma que a situação revolucionária e a guerra contra o fascismo, exigem um governo operário, mas que o POUM não se dispõe a “impor” esse governo, se as demais organizações operárias – cuja maioria delas, ele acusa de buscar conter o avanço da revolução – não estiverem de acordo, portanto deve apoiar e participar do governo de Frente Popular. Cabe resaltar, que o POUM não possuía força para “impor” um governo, mesmo que assim deseja-se, entretanto, a negativa teórica de estabelecer seu próprio governo, caso possui-se esse poder, impede que um partido caminhe decididamente para acumular as forças necessárias para essa finalidade.

É evidente que o POUM justifica sua adesão a partir da caracterização de que a Frente Popular na Catalunha era qualitativamente distinta da que se desenvolvia em âmbito nacional, e a causa seria a influência da CNT, da FAI e do POUM. Todos os trabalhos historiográficos consultados demonstram que o processo revolucionário aberto em julho de 1936 foi mais agudo na Catalunha – ainda que tenha se desenvolvido também em outras regiões – onde por algum tempo o governo da *Generalidad* ficou totalmente impotente, enquanto os trabalhadores foram os donos da situação, seria difícil supor que, nessa situação, a burguesia republicana não ajustasse sua política frente à realidade, portanto estivesse disposta a ser mais flexível na Catalunha do que no resto da Espanha, porem a instauração do governo de Frente Popular, que o POUM apoiou e fez parte, foi o renascimento da *Generalidad* – objetivo tático da burguesia republicana – que significou o começo da retomada do poder que os trabalhadores haviam conquistado.

O ponto de vista que apresentamos, de que para Nin e o POUM, a Frente Popular, tal qual se apresentava na Catalunha, representava um momento transicional, cujo objetivo histórico não era a contrarrevolução, mas uma ligação entre a situação atual e o poder operário, fica evidente ao final de setembro de 1936, no dia 30 desse mês o POUM afirmava que as duas condições impostas por ele (programa socialista, e maioria operária) havia sido cumprida, e que o próximo passo seria a construção de “comitês de operários, camponeses e combatentes”, que se tornassem a “representação direta do novo poder proletário” (La Batalla. 30.09.1936), assim o POUM exigia do governo de Frente Popular a criação de organismos de “poder proletário”, enquanto no dia seguinte o Governo de Frente Popular dissolvia o Comitê Central de Milícias Antifascistas, e no dia 9 de outubro, dissolveria os comitês locais (TOSSTORFF, 2017).

A tese de Andreu Nin, anteriormente citada, não apresenta um balanço do período de colaboração com o governo da *Generalidad*, entretanto, em um discurso realizado dias depois, e reproduzido no jornal *La Batalla*, ele esclarece esse momento.

É necessário criar novos órgãos de poder. A revolução não pode terminar novamente na república burguesa. Nós, desde o primeiro momento lançamos nossa consigna: Dissolução do Parlamento. Convocatória de uma assembleia de operários, camponeses e combatentes [...] Isso não está em contradição com nossa participação no Conselho da *Generalidad*. Colaboramos com ele conservando nossa independência de partido revolucionário. Isso nos permitiu propagar nossas posições e não nos isolarmos das massas, que não teriam compreendido uma atitude de não colaboração. Aquele governo tinha uma maioria operária e um programa socialista [...] A crise posterior demonstrou que éramos um elemento estranho naquele governo. A CNT não compreendeu o alcance político contrarrevolucionário de nossa eliminação. Éramos um obstáculo a contrarrevolução. Dizíamos aos camaradas da FAI: ‘Hoje se dispara contra nós. Amanhã será contra vocês’. Os fatos, uma vez mais, nos tem dado a razão. (NIN, 2012, tradução nossa)

Segundo Nin, não existiria contradição entre a defesa da necessidade de “novos órgãos de poder” e a participação ativa no tradicional órgão de poder. Dissemos anteriormente que Nin considerava a reconstrução da Frente Popular na Catalunha uma forma original, temporária e de transição para o poder operário, nisso residia à compatibilidade entre esses dois poderes, entretanto, a hipótese se demonstrou equivocada, Andreu Nin assume que a crise demonstrou que o POUM era um “elemento estranho” no governo, entretanto, mantém a premissa de que não existia uma contradição entre os objetivos e os meios, e sem demonstrar essa compatibilidade, apresenta justificativas para sua colaboração com o governo de Frente Popular: a independência do POUM no tempo que compôs o governo, a possibilidade de

divulgar suas ideias, não correr o risco de se apartar das massas, e “uma maioria operária e um programa socialista”.

É necessário verificar as justificativas de Nin, na medida em que delas ele conclui que a expulsão do POUM do governo possuía um alto “alcance político contrarrevolucionário”, que permite a interpretação de que a Frente Popular estaria aberta a algum tipo de disputa, e que a exclusão do POUM representava de alguma forma uma mudança de qualidade nessa relação.

A primeira questão é a “independência” do POUM, se formalmente a adesão a Frente Popular não significava abandonar sua independência, na prática a questão se torna um pouco mais complexa, um exemplo disso foi a dissolução dos comitês, Nin se posicionou contrariamente⁵⁹, foi vencido, qual a atitude do POUM frente à situação, manter a defesa das suas convicções, ou seja, a “independência”, ou se submeter a decisão da Frente Popular? O POUM escolheu a segunda opção, não apenas se mantendo em silêncio, mas ativamente, com o próprio Nin atuando para cumprir a dissolução dos comitês nos locais onde o POUM possuía considerável hegemonia, como em Lleida (PAGÈS, 2011). Não queremos afirmar que o POUM abandonou sua independência, isso seria um exagero grosseiro, entretanto também consideramos um exagero afirmar que o POUM manteve totalmente sua independência, naturalmente, ao compor o governo o POUM assumi responsabilidades, portanto submete o partido, até certo ponto, as necessidades governamentais.

Vimos anteriormente que o POUM assinou o programa da Frente Popular para as eleições, sem contanto se considerar comprometido com esse programa, o POUM foi um partido que se propunha ser revolucionário, e se orientava pelo marxismo, portanto dependia da consciência das massas operárias e do apoio das classes oprimidas em geral, em particular o campesinato, para realização do seu objetivo, portanto, a clareza dos objetivos e das formas que tornavam possíveis alcança-los era uma necessidade, ainda assim ele não considerou inconveniente assinar um programa completamente burguês, portanto seria ingênuo pensar que partidos burgueses e seus auxiliares, teriam algum inconveniente em assinar um programa socialista, em uma situação em que os trabalhadores já estavam realizando esse programa na

⁵⁹ “O POUM moderou-se nos seus comentários sobre a dissolução dos órgãos revolucionários. As informações são publicadas em *La Batalla* e depois de vários dias se expressou uma crítica velada. Publicamente, por exemplo em *La Batalla*, nenhum líder do POUM se pronunciou. Esse comportamento, oscilando entre consentimento resignado e crítica velada, expressava que o POUM no fundo não estava de acordo porém não queria arriscar uma ruptura por essa questão. De fato, como informou Nin em uma reunião do Comitê Central em meados de dezembro, ele mesmo, no governo, havia protestado em vão contra a dissolução.” (TOSSTORFF, 2017, n.p., tradução nossa).

prática, e sem poder contar com grande efetivo das forças de repressão, é pouco provável que Nin se iludisse com isso, entretanto, ele se guiou pela ilusão de que a influência das organizações operárias nas camadas populares que compunham, ou simpatizavam, com a burguesia republicana mudaria a essência fundamental dessa corrente, o que não se realizou.

Da mesma maneira, a “maioria operária” do governo é questionável, pois se é um fato que a maioria provinha dos partidos operários, não é menos verdadeiro que, em grande medida, provinham dos partidos comprometidos na manutenção do caráter burguês da república, os mesmos que Nin responsabiliza por ressuscitar os partidos republicanos.

Se os partidos republicanos e reformistas aceitaram as investidas contra a propriedade privada foi por que entendiam que naquele momento não poderiam agir de outra forma, ou seja, podemos dizer, conforme o ditado popular, que eles entendiam que entregar os anéis era mais vantajoso que perder os dedos, no entanto, não deixaram de se preparar para retomar seus anéis no futuro. E como fazer isso? Destruindo os comitês, centralizando a milícia em um exército sob seu comando, concentrando o poder de distribuição de alimentos e armas, atacando o controle operário das fabricas, e desarmando os trabalhadores da retaguarda. O governo realizou grande parte dessas tarefas, com uma velocidade impressionante, nelas se determinou a mudança na correlação de forças. Dias antes da expulsão do POUM, Nin disse: “Não se pode governar sem o POUM, muito menos contra o POUM” (LA BATALLA, 10.12.1936). Desconsiderando o exagero, é provável que tivesse sido mais difícil, e perigoso, governar “sem o POUM” ou “contra o POUM”, nos primeiros meses do governo, entretanto em dezembro a situação era outra, o POUM se tornou não só descartável como indesejável, segundo Trotsky, “a Frente Popular não podia cumprir seus objetivos de esmagar a revolução socialista, sem cortar pedaço a pedaço seu próprio franco esquerdo” (TROTSKY, 2014, p. 252).

Trotsky, mais do que qualquer outro, enxergava essas contradições. Em sua opinião a origem dessas contradições era o caráter centrista de Nin e do POUM, ou seja, na alternância entre reforma e revolução. Poucos dias depois dos militares espanhóis iniciaram o golpe, Trotsky não perdeu a oportunidade de lembrar a colaboração de Nin e dos demais dirigentes poumistas para eleger o governo que incubou em suas entranhas a reação fascista, acobertou da opinião pública o golpe insurrecional, e ainda, frente ao fato consumado da insurreição, se negou a armar os trabalhadores.

Em nossa época, rica em catástrofes, as criminosas consequências do oportunismo aparecem em cada novo giro com redobrado vigor. Hoje vemos mais claramente o

crime cometido no início desse ano pelos dirigentes do POUM; Maurin e Nin. Todo operário que reflita um pouco pode perguntar e perguntará: ‘Nada disso foi previsto? Então, por que apoiaram o programa da Frente Popular, fazendo-nos confiar em Azaña e companhia, em vez de nos inculcar a desconfiança para com a burguesia radical?’ Agora estamos pagando seus erros com nosso sangue. (TROTSKY, 2014, p.169)

Não obstante Nin combateu o golpe fascista, ainda que a iniciativa do combate houvesse sido espontânea, quer dizer, sem que houvesse um chamado de uma determinada organização⁶⁰, o POUM não se omitiu do conflito, diversos relatos coincidem em apontar que os militantes do POUM e da CNT estavam entre os melhores e mais abnegados lutadores naqueles dias, muitos deles caíram em combate (PAGÈS, 2014).

Trotsky não concedeu a esse fato importância qualitativa, em resposta a um dos dirigentes de sua organização – que acreditava que esse fato corrigia a posição anterior do POUM de apoiar a Frente Popular –, Trotsky afirma que “somente uma organização contrarrevolucionária poderia deixar de participar nessa luta que inflamava todo o proletariado; e nenhum de nós trata o POUM como ‘organização contrarrevolucionária’” (TROTSKY, 2014, p.211), no entanto afirma que isso não corrigia sua posição anterior, na medida em que o POUM não corrigiu sua linha política fundamental, o que se comprovaria, aos olhos de Trotsky, pela formação do duplo poder, sem que o POUM houvesse utilizado todas as suas forças para instigar a classe operária a esmagar o poder burguês, e encerrar a situação de duplo poder tomando o poder em suas mãos, enquanto todo poder real estava concentrado nos trabalhadores, e pela posterior participação do POUM na reformulação do governo de Frente Popular da Catalunha, nisso tudo Trotsky não via um erro isolado, ou alguns erros isolados, mas uma linha política fundamentalmente falsa.

Toda organização pode cometer ‘erros’; Marx cometeu erros; Lênin cometeu erros; o partido bolchevique, de conjunto, também cometeu erros. Porém foram corrigidos a tempo, graças a uma linha fundamentalmente correta [...] No caso do POUM, não se trata de ‘erros’ isolados, mas de uma linha essencialmente não revolucionária,

⁶⁰ Em um texto de maio de 1937 Andreu Nin afirma que essa luta foi dirigida pelos Comitês de Defesa, órgãos técnico-militares ligados a CNT, para Agustín Guillamón, essa confirmação de Nin sobre caráter dirigente desses comitês joga luz ao problema, visto que, segundo nota de Guillamón (TROTSKY, 2003, p. 25), a historiografia abusou da interpretação sobre a espontaneidade do movimento, deixando um vazio sobre seu real significado. Seja como for, mantemos aqui o adjetivo “espontâneo” para caracterizar o início do movimento de resistência ao golpe militar, pois ainda que a organização de um movimento de ampla magnitude deva ter sido realizada de alguma forma, e que provavelmente Nin tenha razão quanto ao papel dos Comitês de Defesa nessa organização, fato é que não existe testemunho ou prova de que a orientação tenha partido dos órgãos dirigentes da CNT, pelo contrário, todos os indícios apontam para confirmar que isso não ocorreu, e os Comitês de Defesa, apesar de cumprir um papel fundamental de organização, que mereceria um estudo aprofundado, não se caracterizam, nesse caso, como um órgão político próprio, mas como um órgão apropriado pelo movimento espontâneo para suprir a necessidade de organização imediata.

centrista, isto é, no fundo, oportunista. Dito de outra forma: para um partido revolucionário, os erros são a exceção, para o POUM, a exceção são as posições corretas [...] A participação do POUM na Frente Popular não foi um ‘erro’ fortuito, mas o sinal infalível de seu oportunismo (TROTSKY, 2014, p.211)

Para Trotsky, foi justamente essa linha política impediu o POUM de prever e se preparar para os acontecimentos de maio de 1937, após a colaboração do POUM com o governo da *Generalidad*, onde ajudou a destruir os comitês formados em 1936⁶¹, e sua posterior expulsão desse governo, a linha política do POUM ainda era fundamentalmente a mesma, apenas adaptada a nova situação.

‘Prever’ os acontecimentos de maio e preparar-se para eles apenas poderia ser feito de uma maneira, declarando uma guerra implacável aos governos da Catalunha e da Espanha, negando-lhes toda colaboração política, opondo seu partido a todos os demais, isto é, a suas direções, em particular e antes de tudo, à direção da CNT. Não permitir nem um só instante que as massas pudessem confundir os dirigentes revolucionários com os lacaios da burguesia! Uma política intransigente desse tipo, evidentemente com a participação ativa na luta militar e nos movimentos revolucionários das massas, tinha assegurado ao POUM uma sólida autoridade entre os operários anarquistas, que constituíam a grande maioria do proletariado catalão. Ao invés disso, o POUM exige a volta dos seus dirigentes ao governo contrarrevolucionário, enquanto assegurava em cada número de *La Batalla* que os operários podiam apoderar-se do poder sem combate. Com esse fim, o POUM lançou o projeto de um congresso específico convocado por operários e camponeses. Justamente essa é a razão pela qual o POUM participou no governo burguês a fim de... transmitir o poder aos operários e camponeses. (TROTSKY, 2014, p.214)

Assim, podemos dizer que, para Trotsky, a colaboração com a Frente Popular foi um “crime” contra a revolução, amplamente nocivo, pois ajudava a assegurar o poder burguês, por via da sua ala republicana, que por sua vez era incapaz de resolver os problemas da revolução, pois isso implicava em minar as bases da classe burguesa. A tarefa essencial da Frente Popular era deter a revolução e reconquistar a confiança das classes dominantes, nessa tarefa se empenharam conscientemente os republicanos e os stalinistas, esses últimos viam na Espanha nada mais do que uma forma de ganhar a confiança da burguesia inglesa e francesa. A ala direita do socialismo, apavorada pela situação encontrou abrigo nos stalinistas. Por outra parte, a ala esquerda do socialismo, os anarquistas, e o POUM, cada qual a sua maneira, eram as tendências centristas, e “ainda que de maneira deformada, refletiam a pressão das massas revolucionárias” (TROTSKY, 2014, p. 247).

⁶¹ Andreu Nin, pessoalmente realizou diversas viagens a Lleida, com a finalidade de convencer os militantes locais do POUM, que possuíam ali uma importante influencia, da necessidade de dissolver os comitês (PAGÈS, 2014).

Andreu Nin só poderia superar a barreira da Frente Popular se soubesse mobilizar as massas contra os dirigentes da Frente Popular, incluindo os dirigentes anarquistas, sem dúvida existiam muitas dificuldades e grandes perigos, isso não altera o fato de que era a única via possível para vencer, nunca na história a missão de superar uma velha sociedade e dar vida a uma nova foi fácil ou sem riscos, porém Nin se propunha essa missão, entretanto não foi capaz de dar a batalha, só se posicionou parcialmente contra os dirigentes da Frente Popular depois que ela já estava forte o bastante para excluí-lo, e estava prestes a eliminá-lo, não compreender a tempo a essência da Frente Popular, e extrair as lições táticas necessárias, selaram o destino de Nin e seu partido.

3.2 Duplo Poder e Órgãos de Poder

Em meados de junho de 1937, Nin escreve um artigo intitulado *El problema de los órganos de poder en la revolución española*⁶², como parte dos materiais preparatórios para um congresso internacional que deveria acontecer em 18 de julho, em Barcelona, porém nunca chegou a se realizar. Esse artigo nos é especialmente interessante, pois é o único em que Andreu Nin polemiza diretamente com as críticas de Trotsky⁶³.

Nesse artigo, Nin acusa Trotsky de utilizar um método antimarxista, que consiste em transportar automaticamente a experiência russa para a Espanha sem levar em consideração a “realidade viva”, o que conduziria a catástrofe. Nas palavras de Nin:

Nada é mais antimarxista que aplicar a todos os acontecimentos e a todas as situações revolucionárias um esquema preparado de antemão e válido para todos os casos e todas as latitudes. Os pseudomarxistas que recorrem a esse procedimento, ao invés de partir da situação concreta para elaborar a tática mais adequada, pretendem submetê-la ao esquema, espécie de panaceia universal, que quando se administra produz resultados completamente negativos [...] Tal é o caso dos trotskistas, cujas maravilhosas fórmulas se tem demonstrado na prática absolutamente estéril. Trotsky também possui sua panaceia universal [...] a experiência da revolução de 1848 e da Comuna de Paris ajudaram eficazmente Marx e Lenin a elaborar sua tática revolucionária, porém tanto um como outro aplicaram as lições dessa experiência a cada situação concreta e as adaptaram a condições de lugar e tempo em correlação

⁶² Publicado pela primeira vez em Juillet. Revue Internacional du POUM. Barcelona-Paris, nº 1, jun. 1937. A revista internacional Juillet só teve uma edição (devido à repressão de que foi vítima o POUM), esse artigo ficou sem tradução para o espanhol até a década de 1990.

⁶³ Após a ruptura, o POUM evitou polemicas diretas com o trotskismo, os raros artigos dessa polemica publicados em seus jornais foram assinados por militantes estrangeiros (como Spectator – pseudônimo de Kurt Landau), Juan Andrade confessaria muitos anos depois que evitava essas polemicas pelo medo de que elas pudessem causar “divisões e até cisões no POUM” (ANDRADE. 2014).

com as forças existentes. A revolução russa contém ensinamentos inestimáveis para o proletariado internacional, porém seria um procedimento absolutamente estranho ao marxismo traduzir mecanicamente a Espanha a experiência russa, tal e como pretendem os desgraçados adeptos de Trotsky que, sem raízes e nem prestígio em nosso movimento operário, se esforçam em vão para desacreditar a vanguarda revolucionária espanhola. (NIN, 1995, p. 21-22, tradução nossa)

O estudo atento das elaborações de Trotsky sobre a Espanha não deixam nenhuma margem para a interpretação de transplantar mecanicamente os acontecimentos russos, muito pelo contrário, no mês anterior, comentando no calor do momento, e com informações parciais, sobre os acontecimentos espanhóis de maio de 1937, e possível relação com as jornadas de julho de 1917 na Rússia, ele afirma que o “que temos que enfatizar acima de tudo são as diferenças” (TROTSKY, 2014, p. 198), se retroagirmos mais, muitos anos antes, Trotsky escrevia ao próprio Nin⁶⁴, insistindo na necessidade de destacar as diferenças entre as revoluções russas e espanhola: “Muitos traços de semelhança [...] saltam aos olhos. Mas também profundas diferenças são notadas.” (TROTSKY, 2014, p. 75).

Em maior ou menor medida, ambos os autores utilizaram as revoluções anteriores para retirar os ensinamentos que acreditavam serem proveitosos, nesse sentido, a expressão “traduzir mecanicamente” ganha contornos de exagero polemico⁶⁵, que não significa nada além de apontar a divergência entre a existência, ou não, de uma convergência específica entre as revoluções russa e espanhola: o duplo poder⁶⁶.

O que é o duplo poder? Em 1917, quando Lenin retorna a Rússia, identifica uma situação que lhe pareceu original, e que era importante o suficiente para revisar as hipóteses do desenvolvimento da revolução que havia traçado anteriormente, que ele chamou de duplo poder.

Uma particularidade notável em grande medida de nossa revolução consiste em que tem criado um duplo poder [...] Em que consiste o duplo poder? Em que junto ao Governo Provisório, governo da burguesia, foi formado outro governo, débil ainda, embrionário, porém existente sem dúvida alguma, e em vias de desenvolvimento: Os Soviets de deputados operários e soldados [...] na medida em que os soviets existem,

⁶⁴ Carta de 20 de abril de 1931.

⁶⁵ Em seu tempo, a acusação de que Trotsky traduzia mecanicamente os acontecimentos russos, assim como, de que desconhecia as particularidades espanholas, foram utilizadas exaustivamente por grande parte dos militantes do POUM, em último caso serviram como uma arma para desmoralizar as posições de Trotsky, sem problematiza-las. Trataremos dessa questão mais adiante.

⁶⁶ O conceito original, na literatura comunista russa, é *dvoevlastia*. Por não possuir uma tradução literal, esse conceito já foi traduzido ao português de formas diferentes, tais como “dualidade de poderes” e “poder dual”, nesse trabalho, optamos por utilizar a expressão “duplo poder”.

na medida em que são um poder, existe na Rússia um Estado *do tipo* da Comuna de Paris” (LENIN. 1973. p.117, tradução nossa)

Uma das maiores obras de Trotsky foi um estudo sobre a revolução na Rússia, nela ele dedica um capítulo inteiro a questão do duplo poder, onde, partindo da análise das experiências das revoluções precedentes a russa, sejam burguesas ou proletárias, conclui que o duplo poder não foi uma particularidade russa, mas é identificável em todos os processos revolucionários anteriores, e que constitui “uma das características fundamentais” de uma época revolucionária (TROTSKY, 1977, p.184).

A crítica de Andreu Nin questiona justamente essa interpretação. Tendo em conta que, para existir dualidade de poder é necessário existir órgãos de poder distintos do estado oficial e potencialmente antagônicos⁶⁷, Nin apresenta duas teses originais e que se complementam: a primeira é que na Espanha não existem, e nem existiram, órgãos de poder operários, e a segunda, é a de que os sindicatos espanhóis cumprem um papel essencialmente político, e singular, e é justamente por essa tradição democrática nos órgãos sindicais, inexistente na Rússia de 1917, que se encontra o motivo dos trabalhadores espanhóis não terem construído órgãos de poder.

Um ano antes, em junho de 1936, alguns meses após a vitória eleitoral da Frente Popular, inicia-se a insurreição militar fascista, em diversas localidades os operários se armam para combater a insurreição, o governo teme armar os operários, e assim o processo de resistência operária a insurreição se realiza paralelamente ao governo, na maior parte das localidades onde são vitoriosos, os operários se tornam os donos da situação, e enfrentam o problema de organizar as tarefas coletivas da vida pública (abastecimento, segurança, gestão das fábricas coletivizadas etc...), para cumprir essas tarefas organizam variados tipos de Comitês. A localidade em que esse processo adquiriu maior intensidade foi a Catalunha, Pelai Pagès, biógrafo de Andreu Nin, descreve assim os acontecimentos:

De maneira esquemática, o processo da revolução na Catalunha se realizou da seguinte maneira: Uma vez vencidas as guarnições militares de Barcelona e do resto da Catalunha, pelos operários armados e as forças governamentais que haviam permanecido fieis a República, se produziu um vazio de poder nas instituições, que propiciou que o poder fosse parar nas ruas [...] A situação se definiu, contudo, muito rapidamente, mostrando-se em toda sua dimensão as mudanças produzidas: o poder político, a traves do Comitê Central de Milícias, dos múltiplos comitês locais que estavam se organizando por toda geografia catalã e das patrulhas de controle – os

⁶⁷ Durante a revolução russa, esses órgãos de poder proletário foram os Soviets de Deputados Operários e Soldados. Ambos os autores coincidem em identificar nos soviets a forma moderna (operária) dos órgãos de poder.

novos organismos encarregados da ordem pública – haviam passado majoritariamente para as mãos das organizações operárias. O governo da Generalitat, que seguia existindo, permanecia como um órgão sem poder efetivo em muitos âmbitos de sua atuação. (PAGÈS, 2014, p. 271-273, tradução nossa)

A versão amplamente majoritária na historiografia acadêmica consultada, mesmo nas tendências não marxistas, afirma que o CCMA se tornou, ou ao menos estava em vias de se tornar, um órgão centralizado de poder, que rivalizava com o poder do governo oficial⁶⁸. A originalidade da interpretação de Nin consiste em afirmar que não existiu duplo poder, pois o Comitê Central de Milícias Antifascistas não era um órgão proletário, mas essencialmente de Frente Popular.

[...] a revolução não criou organismos específicos dotado de vitalidade suficiente para converter-se em órgãos de poder [...] ‘Porém – nos questionará – durante as jornadas de junho se formaram Comitês revolucionários em todas as cidades’ É verdade, mas os comitês, que, longe de serem organismos estritamente proletários, eram órgãos da Frente Popular, podiam cumprir o papel dos soviets? Esquece-se de que ‘todos’ os partidos e organizações antifascistas, desde a *Acción Catalana*, notadamente burguesa e conservadora, até a FAI e o POUM, eram parte desses Comitês? O Comitê Central de Milícias, formado sobre essas mesmas bases, não podia ser o embrião do poder revolucionário frente ao governo da *Generalidad*, dado que não era um organismo proletário, senão de ‘unidade antifascista’, uma espécie de governo ampliado da *Generalidad*. Não existia então dualidade de poderes, mas dois organismos análogos por sua constituição social e seu espírito. Poder-se-ia falar de dualidade de poderes se o Comitê Central de Milícias e o governo da *Generalidad* tivesse tido uma composição social diferente. Porem como poderia opor-se se tanto uma como outra eram, no fundo, equivalentes? (NIN, 1995, p.23-24, tradução nossa)

Essa diferença era de grande importância, pois ela não só justificava, aos olhos de Nin, a participação do POUM no governo da *Generalidad*, uma vez que os próprios órgãos de defesa dos trabalhadores se materializavam pela Frente Popular, e a revitalização do governo da *Generalidad* não seria uma alteração de conteúdo, mas de forma, que correspondia a mesma “constituição social e espírito”, como abria uma nova perspectiva teórica, que supunha que as razões do surgimento de órgão de poder de tipo soviético na Rússia se explicavam pela inexistência de uma “etapa de democracia burguesa”, enquanto na Espanha os soviets não existiram por que existiam sindicatos singulares, essencialmente políticos, que por sua tradição e prestígio são “considerados pela classe operaria como seu instrumentos naturais de organização” (NIN. 1995. p.23).

⁶⁸ Alguns autores utilizam o conceito de Duplo Poder, outros utilizam outros conceitos cuja as diferenças de detalhe não tratarei nesse trabalho, entretanto, o que nos interessa é que a maioria deles reconhece a existência de dois poderes distintos.

Não há dúvidas de que Nin tinha razão quanto à composição policlassista do Comitê Central de Milícias Antifascistas⁶⁹. No entanto, a presença de delegados não proletários na CCMA exclui seu caráter fundamentalmente operário?

A direção da Comuna de Paris, após as eleições de 26 de março de 1871, foi composta por 86 membros, destes 6 eram republicanos radicais, e 15 eram reacionários (KAUTSKY, 2002, p.126), isso não impediu o fato de que entre a Comuna e o governo oficial francês se estabelecesse um duplo poder, nem tão pouco que Marx afirmasse que o segredo da Comuna era ser “essencialmente, um governo da classe operaria” (MARX, 1999, p.95). Obviamente só podemos supor o desenvolvimento posterior do CCMA se este não houvesse se dissolvido, no entanto, mantendo o paralelo com a Comuna de Paris, não é improvável supor que o destino dos representantes burgueses no CCMA houvesse sido muito semelhante aos dos republicanos e reacionários da Comuna, que rapidamente abandonaram seus cargos, para não se comprometer em um organismo que atentava contra a propriedade privada, e do qual não possuíam controle.

Na Rússia, os soviets também tiveram em seu início delegados não proletários, como afirmou o próprio Nin, ainda em 1932, em seu estudo sobre os soviets: “Apoderou-se da direção desses organismos [soviets] a pequena burguesia radical, os mencheviques, e socialistas revolucionários” (NIN, 2006, n.p. tradução nossa),

No entanto, segundo Nin, o CCMA não poderia ser um órgão operário não apenas por sua composição, mas também por seu “espírito”, é certo que o CCMA mais colaborou do que se contrapôs ao governo da *Generalidad*, o que não elimina o fato de que após os acontecimentos de junho de 1936 o poder real estava na mão do CCMA e não do governo. Sobre a formação dos soviets russos, Nin diz:

A dualidade de poderes apareceu como resultado da existência alguns soviets que, de simples comitês de greve que eram a princípio, se converteram, por causas de circunstâncias particulares e específicas russas, em órgãos embrionários de poder proletário [...] Os soviets foram os órgãos criados pela revolução, em que os trabalhadores se agruparam, e que se **converteu automaticamente em um instrumento de expressão de suas aspirações**. (NIN, 1995, p.22, tradução nossa, grifo nosso)

⁶⁹ Na bibliografia consultada o número de membros do CCMA não coincide, uns afirmam que era composto por 11 delegados, sendo 4 da *Esquerra Republicana de Catalunya*, e 7 das organizações sindicais, CNT e UGT (LORENZO. 1969. p.15), outros afirmam que era composto por 15 membros, sendo 4 dos partidos burgueses de esquerda, 3 da CNT, 2 da FAI, 3 da UGT, 1 da organização camponesa, 1 dos stalinistas e 1 do POUM (MORROW. 2016. p.85). Seja como for, em ambos os casos, a composição policlassista fica evidente.

Essa afirmação é essencialmente falsa, em 1917, desde o momento em que foram constituídos, até o momento em que passam a ser dirigidos pelos bolcheviques, os soviets apoiam o governo provisório, e em diversas questões importantes foram justamente o oposto das aspirações dos operários, possivelmente a mais destacada dessas questões foi a da guerra, os soviets se negavam a paz imediata, não por acaso, a impaciência dos operários os levaram a um levantamento espontâneo (jornadas de julho), sem os soviets e até certo ponto contra os soviets, visto que se dirigia contra o governo que os soviets apoiavam. A razão é que o soviets, por sua simples existência, não resolve os problemas derivados do desigual nível de consciência dos trabalhadores, enquanto eles foram dirigidos pelos mencheviques e social revolucionários, mantiveram-se como órgão de contenção da classe operaria, ao passo que, em poucos meses, com a direção dos bolcheviques se transformaram em um órgão de insurreição. Isso não significa que ele só adquira valor, desde o ponto de vista revolucionário, a partir da direção bolchevique, sua importância anterior reside no fato de que unificava a classe em um organismo de comando único, potencialmente oposto ao governo burguês, e capaz de com ele rivalizar. No entanto, essa potencialidade só se tornou realidade a partir do momento em que os bolcheviques passaram a exercer a influência determinante, por outro lado, sem um órgão de unificação da classe operária, os bolcheviques encontrariam adversidades suplementares para fundir sua política revolucionaria com a classe operária, nisso reside à importância da inter-relação entre partido e soviets na estratégia soviética.

Dessa forma, podemos verificar que o “espírito” de um órgão de poder não é algo fixo e imutável, varia, em maior ou menor grau, de acordo com o “espírito” da classe que representa, e do(s) partido(s) que o dirige, e mais, em um momento revolucionário a consciência das classes subalternas, ou ao menos de sua ampla maioria, se transformam exponencialmente, um curto período de tempo pode representar uma infinidade de experiências que não seriam possíveis em um momento de estabilidade. Assim, o CCMA poderia constituir um duplo poder independentemente da sua relação inicial com o governo da *Generalidad*.

A questão fundamental que Nin ignora ao igualar a CCMA com o governo da *Generalidad* é em que se apoia cada um desses órgãos, a força do CCMA era oriunda dos trabalhadores armados e mobilizados, sem isso os comitês seriam impossíveis, ou ao menos carnavalescos, por outro lado, a *Generalidad* se apoia nas instituições do Estado, sua polícia, burocracia e tradição, nesse sentido a diferença entre esses dois órgãos adquire um caráter qualitativo, de classe.

Andreu Nin afirmava que a existência de soviets foi um fator de extrema importância para a revolução bolchevique, entretanto, só puderam existir por “condições particulares, e específicas”, em que consistiam essas condições? “Em que, o proletariado russo, que não havia passado por uma etapa de democracia burguesa, não possuía nenhuma organização de massa, e por tanto, uma tradição desse tipo”, portanto os bolcheviques não precisaram responder “o dilema ‘soviets ou sindicatos’” (NIN, 1995, p.22, tradução nossa).

Entretanto, Nin não explica sua hipótese em comparação a outros países mais avançados, ou seja, se a existência de uma tradição de massas inviabilizava o surgimento de soviets, como seria possível que de fato eles tenham surgido durante a revolução alemã de 1918-1919, se a Alemanha tinha passado por uma democracia muito mais profunda que a Espanha, possuía o partido socialdemocrata mais poderoso do mundo, e potentes sindicatos, mais antigos e com maior tradição?

Nin não oferece uma resposta, não achou necessário desenvolver sua hipótese. Em que consistia o dilema “soviets ou sindicato”? Isso não é muito claro, Nin afirma que por “costume e tradição” os trabalhadores espanhóis reconhecem no sindicato uma referência para apresentar seus problemas, são considerados como “instrumentos naturais de organização” (NIN, 1995, p. 23, tradução nossa), entretanto, Nin não vai além dessas constatações, dessa forma não responde qual é o papel dos sindicatos na revolução espanhola, seriam um organismo capaz de substituir os soviets, pelo menos durante o período insurrecional, ou uma barreira contrarrevolucionária, que impede com que um organismo capaz de realizar essa função se desenvolva? Nas últimas obras de Nin essa relação é imprecisa, assim como é impreciso a implicação disso na revolução espanhola, e conseqüentemente, qual o papel do partido.

Se levarmos em conta a premissa de Nin de que não houve, nem mesmo de forma embrionária, organismos de tipo soviético na Espanha, e que tais organismos seriam de grande serventia a revolução, então por que o POUM se empenhou em construí-los?

Porque, uma vez que as massas operárias não sofreram a necessidade de sua criação, se teria convertido em uma tentativa estéril, sem significado algum. Além disso, quem se serve de tal argumento esquece que os bolcheviques – cuja atividade nos oferece constantemente como exemplo de imitar servilmente – não criaram os soviets. Seu grande mérito histórico consistiu precisamente em partir de uma realidade concreta, os soviets já existentes – que haviam sido criados pela primeira vez em 1905 – para convertê-los em instrumentos de insurreição primeiro, e em órgão de poder em seguida. (NIN, 1995, p.24, tradução nossa)

Na Rússia de 1917, o soviets foi um ponto em comum entre todos os partidos operários, e pertencia ao imaginário da classe operaria, portanto, sua criação após a revolução de fevereiro foi natural, é impossível afirmar se os bolcheviques, tal qual se apresentavam após a revolução de fevereiro⁷⁰, construiriam ou não soviets caso os demais partidos se negassem, sobre isso só poderíamos recorrer a suposições, ainda mais por que a relação entre o partido bolchevique e o soviets não foi retilínea, pelo contrário, sofreu grandes alterações, e foi motivo de diversos choques entre os bolcheviques, na medida em que seus líderes saíam das prisões e regressavam do exílio.

A afirmação fundamental é a de que o mérito do partido bolchevique constituiu em transformar os soviets previamente existentes em instrumento de insurreição, e órgãos de poder. O percurso que os bolcheviques percorreram para realizar essa tarefa parece ser ignorado por Nin, entretanto, é justamente nesse percurso de onde se poderia retirar as melhores lições para o processo espanhol.

Até o retorno de Lenin, os bolcheviques realizaram diversas vezes apreciações erradas sobre os soviets, alguns exemplos são marcantes, no início do processo de criação dos soviets os bolcheviques chegaram a ameaçar romper com essa instituição caso ela não adotasse o programa da social democracia⁷¹, o que originou um intenso debate nos comitês locais do soviets, chegando a conclusão de que isso seria absurdo; outro exemplo marcante foi após o retorno de Kamenev e Stalin, que giraram o partido para uma posição colaboracionista com os partidos que dirigiam os soviets, ao custo de rechaçarem a política bolchevique em relação a guerra, e convocar os soldados a se manter no front.

Tudo muda com a chegada de Lenin, é ele quem reconhece a necessidade da revolução não se deter com a queda do czarismo, mas avançar para a ditadura do proletariado, é ele que luta para que os bolcheviques rompam qualquer relação com o governo provisório (Frente Popular), e finalmente é ele que reconhece nos soviets o instrumento para realização dessa política. Nesse ponto cabe uma comparação direta com a Espanha, nesse momento os soviets apoiavam o governo provisório, se Lenin deduzisse que os soviets eram organismos do

⁷⁰ Durante a revolução de fevereiro, todos os líderes tradicionais do partido bolchevique se encontravam presos ou exilados, além disso, as lideranças que permaneciam na Rússia foram pegas desprevenidas pela revolução, que começou de forma autônoma pela classe operária, a partir da greve das mulheres da indústria têxtil, revoltadas com a escassez de pão e as imensas filas para consegui-lo, e se generalizou.

⁷¹ Naquela época, os bolcheviques ainda se consideravam parte da socialdemocracia, ainda que mantivessem profundas diferenças com a socialdemocracia internacional.

governo provisório, e não órgão de poder embrionários da classe trabalhadora, e assim orientasse seu partido para a aproximação com o governo, se essa aproximação permitisse dissolver os soviets sem resistência do partido bolchevique, o que restaria desse “mérito histórico” do qual Nin fala?

A interpretação de Trotsky era radicalmente diferente, em outubro de 1937, respondendo à pergunta de um de seus partidários, que lhe informava que o POUM defendia a tese de que não houve soviets na Espanha, e que como a classe operaria espanhola não os construiu “por si mesma”, não caberia ao POUM construí-los, respondeu:

Em 1931, no início da revolução, escrevi que não era oportuno começar lançando a consigna de soviets [...] Hoje a palavra soviete significa governo soviético. O operário grevista não pode relacionar o que ele está fazendo com um soviete. Os socialistas e anarquistas se opõem a ele, dizendo que era a ditadura do proletariado. Minha opinião, por fim, era de que seria necessário criar organizações de massas, mas não chama-las de soviets. No lugar disso chama-las de *Juntas*, uma palavra espanhola tradicional, menos concreta ainda que soviets. Efetivamente, foram impostas sob a forma de uma organização artificial que não representava as amplas massas, formada por delegados das velhas organizações operárias [...] A revolução é um processo muito dinâmico. As massas giram a esquerda enquanto a burguesia segue para direita. A situação se modifica rapidamente em um mês. Em seu caminho a revolução varre as velhas organizações, os velhos partidos conservadores, os sindicatos. Em todas as empresas, em todas as fábricas, aparece uma nova direção, mais jovem, mais ativa, mais lutadora, enquanto a antiga direção se converte no pior dos freios para a revolução. Era absolutamente necessário construir *juntas* – nós podemos chama-las de soviete, sabemos o que quer dizer isso – já que é o único meio de dar uma direção centralizada a revolução [...] Como se pode fingir que os operários espanhóis não tinham construído soviets? Tinha construído comitês por todos os lados, e esses comitês tinham tomado a indústria em suas mãos. Só faltava unificá-los, desenvolvê-los e teria se construído o soviete de Barcelona. (TROTSKY, 2014, p.232)

Assim, a opinião de Trotsky é de se algo se apresenta como necessário, os revolucionários não poder se negar atuar para sua realização, se não houvessem soviets na Espanha, os revolucionários não só poderiam, como deveriam ajudar a construí-los quando a oportunidade permitisse, não como órgãos revolucionários, mas como órgão de massa, onde os trabalhadores pudessem, por sua própria experiência, se convencer das tarefas revolucionária que esse organismo deveria cumprir. Entretanto, essa opinião é secundária, na medida em que, para Trotsky, esses órgãos já existiam. Os comitês cumpriam na Espanha o papel que os soviets cumpriram na Rússia, portanto, não se resumiam a órgãos da Frente Popular. Eles não eram perfeitos, suas limitações seriam a falta de democracia interna, capaz de corresponder com a dinâmica abrupta na consciência das massas em um período revolucionário, e a ausência de unificação. O papel dos revolucionários seria ajudar a classe operaria a “unificá-los e desenvolvê-los”.

Para Trotsky o duplo poder não é apenas uma oportunidade revolucionária, é uma situação intolerável, que precisa se resolver de uma maneira ou de outra, se as forças revolucionárias não impõem seu poder, as forças contrarrevolucionárias o impõem.

O caráter de um regime político é diretamente determinado pela relação das classes oprimidas com as classes dominantes. A unidade de poder, condição absoluta para a estabilidade de qualquer regime, subsiste enquanto a classe dominante consegue impor à sociedade inteira as suas formas econômicas e políticas, como as únicas possíveis [...] A preparação histórica da revolução conduz, no período pré-revolucionário, a uma situação na qual a classe destinada a implantar o novo sistema social, conquanto ainda não dominando o país, concentra, efetivamente, em suas mãos, uma parte importante do poder de Estado, ao passo que o aparelho oficial permanece em poder de seus antigos possuidores. É esse o ponto de partida da dualidade de poderes em qualquer revolução [...] A vitória sobre a ‘anarquia’ do duplo poder constitui, a cada novo período, a tarefa da revolução, ou então... da contra-revolução. (TROTSKY, 1977, p. 184-185)

Observando atentamente a história da revolução espanhola, não seria um exagero afirmar que se Andreu Nin não reconheceu nos Comitês um embrião de duplo poder, os partidos operários reformistas reconheceram, não foi um acaso que a primeira tarefa da Frente Popular para minar o poder dos trabalhadores foi dissolver o CCMA, e transformar os comitês locais em organismos municipais completamente dependentes do governo.

Andreu Nin, afirma que a “criação de comitês, soviets, ou outros organismos revolucionários de massa, e o duplo poder resultante, construí um instrumento poderoso e muito eficaz nas mãos dos trabalhadores” (NIN, 1995, p.26, tradução nossa), no entanto, admite a possibilidade – não para uma situação hipotética cujas variáveis sejam desconhecidas, mas para a situação concreta da Espanha de 1937 – da revolução triunfar sem a necessidade dos órgãos de poder, através de um levante insurrecional da classe operária, espontâneo, ou semiespontâneo, que por sua vez imporá um governo operário composto pelas organizações que dele participaram, e a criação de órgãos de poder se colocaria como um problema posterior à conquista do poder.

[...] queremos submeter a um rápido exame a tese segundo a qual a premissa indispensável para a vitória proletária é a existência do duplo poder [...] temos a absoluta convicção de que a conquista do poder político pelo proletariado, em nosso País, é possível sem que existam previamente órgãos de poder. Pode-se negar, talvez, a possibilidade de que em um determinado momento a classe operária, depois de uma insurreição vitoriosa, tome o poder e se constitua um governo composto por representantes das organizações revolucionárias, que tivessem tomado a direção da insurreição? Deveríamos então rechaçar, por fidelidade estúpida a um esquema abstrato, em tomar parte desse governo? Esse governo não seria um governo operário e revolucionário? E se essa hipótese, perfeitamente factível, se realiza, a

criação de órgãos adequados de poder se colocaria como um problema posterior a conquista deste pelo proletariado. (NIN, 1995, p.26, tradução nossa)

Essa hipótese, que Nin afirma ser “perfeitamente factível”, é para Trotsky, altamente improvável, para ele uma classe não pode “sair de sua situação subalterna, para numa noite, elevar-se ao poder”, nem mesmo em períodos revolucionários, isso por que tal feito dependeria de uma combinação de circunstâncias altamente improváveis:

Seria necessário que ocupasse desde a véspera uma situação de extraordinária independência em relação a classe dominante; ainda mais: seria necessário que nela se encontrassem as esperanças das classes e das camadas intermediárias, descontentes com o que existe, porem incapazes de desempenhar um papel independente. (TROTSKY, 1977, p. 185)

No caso específico espanhol, a classe operaria se encontrava presa a armadilha da Frente Popular, como se poderia falar de um nível de independência tão elevado a ponto de tomar o poder? Obviamente, sobre isso só podemos especular, de fato a hipótese de Nin não se provou. Entretanto, o que nos interessa, é que a crítica que Nin faz a Trotsky não se centra em demonstrar que sua estratégia ou tática para a Espanha estão erradas, pelo contrário, admite sua eficiência, mas aponta que a tática, talvez, possa ser também outra. Em meio a um processo revolucionário em curso, apresenta uma possibilidade hipotética, como prova de que o marxismo entenderia a ausência de coerência tática, em um processo revolucionário determinado, como uma virtude, ao passo que a compreensão de um dirigente da situação e suas possibilidades de desenvolvimento, que se cristalizam em táticas determinadas, como dogmáticas.

CONCLUSÃO

O resultado desse trabalho demonstrou que Leon Trotsky e Andreu Nin compartilharam a batalha contra a burocratização da URSS, pela redemocratização do Partido Comunista, e pelo desenvolvimento russo a fim de amplificar a força social do proletariado naquele país. Derrotados, fundaram a Oposição de Esquerda Internacional, levando a luta contra a burocracia que se apoderou do poder na URSS a um nível internacional, ou em outras palavras, a luta se transferiu das fronteiras do Partido Comunista Russo para a Internacional Comunista. Esse foi um momento de estreita colaboração.

De 1930 até 1932, a correspondência entre ambos demonstrou uma mútua iniciativa de colaboração, entretanto, também demonstrou a existência de divergências em assuntos que se tornariam muito importantes, como a relação entre uma seção nacional e a organização internacional, os critérios para a formação de uma fração internacional, e a forma como se poderia construir um centro capaz de organizar a vanguarda comunista revolucionária na Espanha. Essa correspondência demonstrou também uma divergência de método para a colaboração entre os revolucionários, que pode se resumir entre por um lado, a discussão aberta como forma de superar as divergências e, por outro a diplomacia, entendida como a busca de formas para evitar as polêmicas.

De 1932 até 1935, as polêmicas teóricas passaram a ganhar forma, como na discussão sobre fração ou partido independente. Nesse momento, foi notória, também, uma diferença sobre as fronteiras da organização internacional. A defesa de Nin dos grupos que se afastaram da OEI demonstrava uma diferença acerca da concepção do papel que essa organização internacional deveria cumprir. Taticamente isso se expressou no nível de convergência teórica e de princípios aceitáveis, ou não, para poder fazer parte dela.

De 1935 até 1937, a conjuntura interna da Espanha se tornou mais dinâmica. A contrarrevolução acelerou a revolução, o conflito exigia que a teoria fosse colocada em prática. É nesse momento que melhor podemos verificar a questão que esse trabalho se propôs investigar: As diferenças teóricas do período anterior, diante da combinação objetiva e subjetiva da classe operária, e sob a provação da realidade produziram duas estratégias distintas, ou apenas os cânones de interpretação de uma mesma estratégia?

Leon Trotsky tinha uma estratégia clara e definida: a estratégia soviética. A vanguarda do proletariado, organizada num partido comunista, deveria utilizar cada oportunidade para construir uma ponte entre as demandas democráticas e a ditadura do proletariado; utilizar cada conflito para estimular a classe operária a construir organismos de poder operário – soviets ou

juntas – que pudessem cumprir a função de Estado Maior do movimento, unificando as ações dos vários setores da classe operária; se colocar à frente na luta contra o fascismo, sem com isso assumir responsabilidades em um governo com a burguesia democrática, que pela sua própria essência de classe é um inimigo resoluto de qualquer política operária independente; tratar toda organização operária que não busque esse objetivo como um obstáculo a ser superado, utilizando cada oportunidade para demonstrar perante as massas o caráter conciliador dessas organizações; preparar metodologicamente a tomada do poder, o que significa que cada ação é tomada tendo como critério de validação desse objetivo fundamental.

Andreu Nin não sistematizou uma estratégia clara, mesmo o programa político do POUM, não foi utilizado por Nin como um guia para a validação das suas ações. Por exemplo, o programa do POUM definia a relação orgânica com a Frente Popular como “inadmissível para qualquer marxista revolucionário” (POUM, 2016, n. p., tradução nossa), o que não impediu Andreu Nin de ser ministro da *Generalidad*. Ainda, que, não possuísse uma estratégia clara, para ser possível estabelecer algum padrão nas ações de Nin.

Ele considerava que o processo da revolução espanhola deixava duas alternativas: comunismo ou fascismo. Porém, compreendia essa perspectiva de forma absoluta, por isso adotou a perspectiva de que a revolução era objetivamente socialista e que, portanto, poderia avançar mesmo em aliança com a burguesia catalã. A exigência ao governo da *Generalidad* para que criasse organismos de poder proletário comprovaram essa expectativa. Além disso, a crítica de Nin à Frente Popular, ao menos até a expulsão do POUM, foi sua debilidade em fazer avançar a revolução, o que nos permitiu compreender que ele considerou a Frente Popular como uma ferramenta pouco eficiente para a revolução, e não uma ferramenta muito eficiente para a contrarrevolução.

Retomando o diálogo de Nin com Trotsky, no início da década de 1930, encontramos um segundo aspecto muito presente nessa relação: a tática de tentar influenciar o campo político mais próximo de forma diplomática. Anteriormente foi o BOC e posteriormente a CNT, e apesar das diferenças políticas entre essas duas organizações, e da diferença conjuntural do momento, a maneira como Nin buscou se aproximar é muito semelhante: dialogar com a direção; evitar críticas abertas; evitar conclusões que resultassem em táticas incompatíveis; flexibilizar a teoria para encontrar convergências.

Outro fator muito presente no diálogo de Nin e Trotsky foi a compreensão dele sobre a atmosfera conjuntural da classe trabalhadora como uma particularidade espanhola, e não um

determinado nível de consciência em um determinado momento de desenvolvimento da revolução. Isso explica por que Nin não foi capaz de se antecipar a nenhum dos acontecimentos importantes, enquanto Trotsky foi capaz de fazer isso, mesmo não sendo espanhol e à distância, neste caso, se guiando por informações que nem sempre eram precisas.

Qual foi o balanço, ou seja, a que conclusões que Trotsky e Nin chegaram após os acontecimentos? Andreu Nin foi assassinado por agentes stalinistas em 1937, portanto, não pode verificar plenamente o desfecho da revolução espanhola, entretanto, Andrade, possivelmente seu mais íntimo colaborador, sobreviveu e pode refletir sobre os acontecimentos, na introdução as obras compiladas de Andreu Nin, teve, inclusive, a oportunidade de décadas mais tarde reavaliar a situação, e a que conclusões chegou? Por que a revolução foi derrotada?

Segundo Andrade, porque os stalinistas, agindo como uma força contrarrevolucionária, terminaram exercendo a hegemonia do movimento. E por que os stalinistas acumularam tamanho poder? Porque as forças predominantes no movimento operário, o PSOE e a CNT permitiram.

Ainda, segundo Andrade, o PSOE tomou essa postura, por um lado pela ambição pessoal de Largo Caballero, e por outro, porque seus membros abriram mão da independência do seu partido em proveito das suas posições alcançadas no governo. Por sua vez, a CNT permitiu o poder dos stalinistas cometendo quatro erros fundamentais: 1) A dissolução do comitê central de milícia; 2) A aliança com os sindicatos stalinistas, com baixa influência na Catalunha, ao invés de se aliarem aos sindicatos do POUM, supostamente mais influentes; 3) A expulsão do POUM do governo da *Generalidad*; 4) A entrega dos trabalhadores de Barcelona após as jornadas de maio, quando esses haviam demonstrado grande força diante da debilidade do governo contrarrevolucionário da *Generalidad* (ANDRADE, 2014). Assim, segundo Andrade, para a revolução avançar e ser vitoriosa era necessário que:

Para nós, se tratava dos militantes socialistas e anarco-sindicalistas se recuperassem de seu complexo de impotência diante do PC, como resultado da ajuda russa, que compreendessem a armadilha stalinista de sua propaganda de “unidade”, e alcançar um acordo de ação comum, uma frente única para o estabelecimento da democracia operária, a esperança e o fim de todas as verdadeiras aspirações socialistas. A única garantia para o desenvolvimento político da revolução era vincular todos os direitos de decisão diretamente aos trabalhadores, e o confronto na discussão de seus verdadeiros interesses, para que eles pudessem reconhecer suas aspirações socialistas e seus autênticos defensores, de modo que finalmente terminasse o reino arbitrário estabelecido pelos stalinistas. Precisamente, o terreno que os comunistas oficiais sempre evitam, conscientes de sua própria fraqueza na polemica e que isso pode desnudar seu jogo. (ANDRADE, 2014, n.p., tradução nossa)

Portanto, socialistas e anarco-sindicalistas deveriam se afastar do stalinismo, construir uma frente única, e estabelecer as diretrizes em base à discussão e a partir da decisão de toda a classe trabalhadora. Andrade não apontou detalhes sobre a forma dessa frente única⁷², e depositou suas esperanças em um debate abstrato, transformando a democracia em um fetiche, que marcou seu texto, não só em relação ao conjunto das organizações operárias, mas também sobre as disposições internas do POUM.

Andrés Nin foi um secretário político diminuído em suas funções, o que o afetou dolorosamente durante os anos da guerra civil que viveu [...] o POUM viveu desde o começo da revolução em constante e oculta crise interna [...] Sempre nos expressamos contra a irresponsabilidade das divisões, o comportamento preferido do trotskismo, e não iríamos praticá-lo nas graves circunstâncias da guerra civil e diante de inimigos tão poderosos. Tínhamos concordado em submeter-nos às decisões tomadas democraticamente, única lei de convivência possível inclusive dentro de uma organização revolucionária, e não tínhamos direito político ou moral para realizar uma cisão [...] Por esta razão, e apesar das humilhações constantes que sofremos dentro do partido, principalmente Andrés Nin, por parte dos maurinistas notáveis, sempre nos negamos a dividir o POUM, tendo sempre mais confiança em fazê-los compreender e aceitar nossos pontos de vista. (ANDRADE, 2014, n.p., tradução nossa)

Nesse trecho, Andrade confessou a hostilidade da maior parte do POUM às ideias de Andreu Nin, e apontou as dificuldades derivadas disso, contudo, reafirmou a necessidade de unidade, pois a “democracia” é a única “lei de convivência possível”, portanto não seria correto política e moralmente travar uma luta além dos limites democráticos. Quando Lenin chegou à Rússia, em 1917, travou uma batalha contra a maioria dos dirigentes do partido bolchevique, ele não se deixou paralisar pelo fato de ser minoria nos órgãos dirigentes, e levou a luta aos limites da cisão do partido⁷³, essa luta foi determinante para que o partido desse o giro político necessário para assumir a liderança do processo revolucionário. Andrade,

⁷² Em seu programa o POUM indica as Alianças Operárias como forma de frente única (POUM, 2016), entretanto já vimos no corpo desse trabalho que Andreu Nin considerou as juntas (soviets) – que num primeiro estágio cumpriram o papel de frente única, e num segundo estágio de órgão de poder – e até mesmo, em seus últimos escritos, considerou os sindicatos como forma de frente única. Essas instituições possuíam caráter e forma distintas umas das outras: As Alianças Operárias funcionavam como reuniões entre representantes das organizações; as Juntas eram uma referência aos soviets russos, e deveriam funcionar como organizações nos locais de trabalho e moradia, ainda que na prática espanhola o que existiu de mais próximo foram os Comitês que reuniam a base militante e os trabalhadores sem partido; e os sindicatos que possuíam uma direção solidificada de militantes das organizações operárias e sindicalistas.

⁷³ Cabe esclarecer que o Partido Bolchevique, em 1917, era muito mais democrático do que o POUM em 1936-1937, o programa do POUM proibia a existência de frações (POUM, 2016), supostamente por que essa era a forma “leninista” de partido, porém isso não é historicamente verdadeiro, o Partido Bolchevique proibiu as frações em 1921, no seu X Congresso (TROTSKY, 1977), por lógica inversa podemos deduzir que até esse momento elas eram permitidas. Ainda que não fossem constantes, isso possibilitou Lenin travar uma luta política sem ser expulso por constituir uma fração.

transformando a democracia interna em um fetiche, assim nega por princípio uma atitude semelhante à de Lenin.

Esse trecho é interessante por que também revela uma questão política, escondida por detrás de uma questão organizativa, nos enganaríamos se considerássemos que a unidade era o único motivo pelo qual Andrade e Nin evitassem confrontos que pudessem resultar em uma ruptura. Se levarmos em consideração que o POUM, pouco tempo depois de se formar, expulsava sistematicamente todo membro “trotskista”, então é evidente que por detrás do discurso de unidade, se expressava, ainda que indiretamente, uma convergência política fundamental entre Nin, Andrade e os membros do POUM oriundos do BOC.

Para Trotsky, a revolução era possível, e todos os elementos objetivos necessários para a vitória dos operários existiam na Espanha, o que faltou foi um partido revolucionário, com uma direção política armada de um método capaz de interpretar a realidade (marxismo), estrategicamente consciente da necessidade de se apoderar do poder político, capaz de responder a cada obstáculo com uma tática coerente a seu objetivo. Para ele a questão da direção de um processo revolucionário não era uma questão irrelevante.

A direção política nos momentos de reviravoltas históricas cruciais pode se tornar um fator tão decisivo quanto o papel de um comandante em chefe durante os momentos críticos da guerra. A história não é um processo automático. Do contrário, para que dirigentes? Para que partidos? Para que programas? Para que lutas teóricas? (TROTSKY, 2014, p. 273)

Para Trotsky, o POUM não poderia ser esse partido devido a sua essência centrista. Apesar de agregar importantes camadas do proletariado revolucionário, e de nunca ter abandonado sua perspectiva revolucionária, o POUM foi incapaz de se tornar, no decorrer da revolução, uma organização de massas. Essa tarefa só seria possível contrapondo o partido a todas as organizações tradicionais da classe trabalhadora, através de uma crítica permanente que demonstrasse, a cada acontecimento importante, o caráter burguês das direções dessas organizações.

Entretanto, o POUM, enquanto criticava os velhos partidos, subordinava-se a eles em todas as questões fundamentais. Participou no bloco eleitoral ‘popular’, ingressou no governo que liquidou os comitês operários, engajou-se na luta para reconstruir essa coalizão governamental, capitulou em todos os momentos à direção anarquista, conduziu, em conexão com todos esses fatos, uma política equivocada em relação aos sindicatos, e teve uma atitude vacilante e não revolucionária diante da insurreição de maio de 1937. (TROTSKY, 2014, p. 274)

Mesmo após o fracasso da insurreição de maio de 1937, quando a vanguarda espanhola já havia deixado passar as principais possibilidades de revolucionar a retaguarda, a

ala esquerda da Frente Popular era duramente perseguida, e quando a guerra civil já estava amplamente disseminada, ele afirmou que a vitória seria possível. Esse é um ponto interessante no pensamento de Trotsky, para ele a guerra é uma continuação da política, entretanto com outros meios, ou seja, com características próprias. Cabe ressaltar, que na relação entre a política e a guerra, a primeira determina a segunda, em outras palavras, a direção política determina a guerra, ainda que a guerra estabeleça formas particulares de materialização da política. Por isso, o resultado de uma guerra, principalmente uma guerra civil, não pode ser determinado apenas pela questão militar, a direção política exerce grande influência no resultado.

A guerra civil é um processo em que as tarefas políticas são resolvidas por meios militares. Se o resultado de uma guerra fosse determinado pela ‘condição das forças de classe’, a própria guerra não seria necessária. A guerra tem sua própria organização, suas próprias políticas, seus próprios métodos, sua própria direção, que determinam diretamente seu resultado. Naturalmente, a ‘condição das forças de classe’ fornece as bases para todos os outros fatores políticos, mas assim como as fundações de um edifício não reduzem a importância das paredes, janelas, portas, telhados, a ‘condição das classes’ não invalida a importância dos partidos, de sua estratégia, e de suas direções. (TROTSKY, 2014, p. 275)

Para Trotsky, no caso específico espanhol, uma direção política distinta, ou seja, operária e revolucionária, transformaria até mesmo a forma com que se combate a guerra civil, combinando a perspectiva puramente militar, agitação política e as tarefas da revolução social. Trotsky, que foi o Comandante em Chefe do Exército Vermelho vitorioso na guerra civil russa, chegou a indicar as medidas necessárias para vencer a guerra civil espanhola: 1) Os combatentes do exército revolucionário, os operários e os camponeses devem saber que lutam por sua emancipação, não pela forma de exploração democrática; 2) A propaganda na frente de batalha e na retaguarda, em ambos os lados do conflito, deve se impregnar do espírito da revolução social; 3) É necessário construir um Estado Maior operário (soviets ou juntas); 4) O exército deve realizar as tarefas da revolução social em cada povoado conquistado, ou seja, expropriar a terra e os instrumentos agrícolas em favor dos camponeses, distribuir os estoques de alimentos e alojamentos em favor dos operários e das famílias dos combatentes, instituir imediatamente o controle operário da produção, e substituir o poder local pelos organismos soviéticos; 5) Deve-se expulsar do exército os inimigos da revolução socialista, tanto os exploradores quanto seus agentes; 6) Cada divisão deve ser liderada por um indivíduo de moral inquestionável como revolucionário e soldado; 7) Cada divisão deve possuir um núcleo de combatentes indicados pelas organizações operárias, com um único privilégio: “ir primeiro à luta”; 8) O quadro de mando, que no início não pode deixar de

abrigar elementos estranhos ao proletariado, deve ser constantemente verificado e selecionado a partir da experiência militar, em base ao testemunho dos comissários e avaliação dos soldados, enquanto na retaguarda, deve-se preparar lideranças militares operárias; 9) A política revolucionária deve dominar a estratégia, não só na propaganda como nas ações militares, portanto, realizar o mapeamento social e cultural do exército inimigo, e levar esse mapeamento em conta até mesmo nas ações militares; 10) O governo revolucionário deve conquistar a confiança do exército e da população trabalhadora; e 11) A política exterior deve ter como eixo conquistar a simpatia das classes exploradas do mundo todo (TROTSKY, 2014, p. 254-255).

Para Trotsky, a classe operária espanhola era objetivamente revolucionária, ou seja, os operários e os camponeses espanhóis deram a revolução tudo que poderiam dar, entretanto se depararam com um obstáculo maior que suas próprias forças, a necessidade de construir, no calor da batalha, uma direção revolucionária.

A falsificação histórica consiste em descarregar a responsabilidade pela derrota espanhola sobre os ombros das massas trabalhadoras e não sobre os partidos que paralizaram ou que, pura e simplesmente, esmagaram o movimento revolucionário de massas. Os advogados do POUM negam simplesmente qualquer responsabilidade dos dirigentes, a fim de escapar da sua própria responsabilidade. Essa filosofia impotente, que procura reconciliar as derrotas como elos necessários na cadeia dos desenvolvimentos cósmicos é completamente incapaz de colocar, e se recusa a colocar, a questão de fatores tão concretos, como os programas, os partidos e as personalidades que foram os responsáveis pela derrota. Essa filosofia do fatalismo e da prostração é diametralmente oposta ao marxismo, teoria da ação revolucionária. (TROTSKY, 2014, p. 275)

Dessa forma, concluímos que Leon Trotsky e Andreu Nin não compartilhavam a mesma estratégia. As divergências sobre a forma e o conteúdo do partido revolucionário e sobre as fronteiras e os métodos da organização internacional, se mostram nos períodos críticos da revolução como diferenças estratégicas, ou seja, no plano geral a ser desenvolvido para a conquista do poder político. Entretanto, também não identificamos duas estratégias claramente distintas, o mais correto seria afirmar que Trotsky tinha uma estratégia definida, que utilizou como uma bússola para orientá-lo nos momentos mais conturbados da revolução, enquanto Nin se destacava justamente pela falta de estratégia, ou por uma estratégia eclética, o que na prática significa a mesma coisa. Ou seja, embora possamos encontrar algumas constantes nas atitudes de Nin, elas parecem se guiar muito mais pela sua sensibilidade ao clima do momento na classe operária, que por uma estratégia lógica.

É importante reconhecer que a completa burocratização da URSS, naquele momento o único Estado Operário do mundo, e as derrotas do proletariado internacional: China, Itália, Alemanha, etc., contribuíram para criar um ambiente pouco saudável ao desenvolvimento da vanguarda comunista mundial, e essa situação certamente influenciou Andreu Nin e o POUM. Contudo, reconhecer a dificuldade da conjuntura que envolvia Nin, não pode ser uma razão para não investigarmos sua ação teórica e prática objetivamente, cuja conclusão apresentamos neste trabalho. Cabe ressaltar, também, que tanto Andreu Nin quanto Leon Trotsky foram revolucionários que dedicaram suas vidas à causa da revolução social, e pagaram sua abnegação com sangue. Nin foi assassinado em 1937, Trotsky em 1940, ambos por agentes stalinistas. Eles morreram lutando, morreram dignos de permanecerem em nossos estudos, mas, fundamentalmente não foram revolucionários pela forma com que morreram e, sim pela forma como viveram. Independente da conclusão desse estudo, o que não pode ser questionado é o caráter revolucionário e a completa entrega à causa revolucionária desses dois homens.

A história não pode ser reescrita. Não é possível afirmar com precisão objetiva o desfecho que o mundo tomaria se os operários tivessem triunfado e estabelecido um novo Estado Operário na Espanha. Porém, é certo afirmar que esse acontecimento impactaria, de uma forma ou de outra, na história da humanidade, a provável nova onda de esperança que correria nos corações dos explorados e oprimidos do mundo todo, a certa reorganização internacional da vanguarda operária não stalinista, e as consequências disso em todos os países que se preparavam para guerra, não deixam muita margem à hipótese de que a revolução espanhola passaria despercebida na história do século XX.

Novamente reafirmamos, a história não pode ser reescrita! O intelectual que se propõe analisar o passado não o faz para transformar o que já passou, mas deve buscar influenciar, ainda que de forma mínima, o que está por vir. É função do intelectual que se reconhece ideologicamente na classe operária buscar retirar do passado as lições para construir o futuro. Por esse motivo, esse trabalho não se limita estudar muitas décadas depois, quem estava certo e quem estava errado, nosso objetivo é jogar luz nas estratégias existentes na Espanha, que reivindicavam como finalidade a revolução social, a fim de contribuir para reflexão estratégica do proletariado hoje. Na medida das nossas parcas forças, esperamos ter cumprido com esse objetivo.

Bibliografia Citada

AREAL, B. **La izquierda comunista: La ICE, el BOC y el POUM**. Madri: Fundación Federico Engels, 2012.

ANDRADE, J. **Prefácio**. In: NIN, A. Los problemas de la revolución española. Marxists Internet Archive, 2014. n.p. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/andrade/1970/iv.htm>>. Acesso em: 12 out. 2016.

BAKUNIN, M. **Escrito Contra Marx: Conflitos na Internacional**. Brasilia: Novos Tempos, 1989.

BROUÉ, P. **A Revolução Espanhola (1931-1939)**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **Trotsky e a guerra civil espanhola**. In: TROTSKI, L. A Revolução Espanhola – compilação. São Paulo: Iskra, 2014, p. 339-358.

BROUÉ, P.; TÉMINE, E. **La revolución y la guerra de España**. Marxists Internet Archive, s/d. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/broue/1961/revolucion-y-guerra-de-espana.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

BUENACASA, M. **El movimiento obrero español. 1886-1928. (Historia y critica)**. Barcelona: Costa, 1928.

BULLEJOS, J. **La Comintern en España: Recuerdos de mi vida**. México: Impresiones Modernas, 1972.

CARILLO, S. **The Spanish revolution in practice: why we make this invitation**. Marxists Internet Archive, 2002. Disponível em: <<https://www.marxists.org/history/etol/document/spain/spain07a.htm>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

CASANOVA, S. **Crónica de la insurrección bolchevique de noviembre de 1917**. In: DEL CAMPO, E. Sofía Casanova en la Revolución Rusa de 1917. Fronterad Revista Digital, 2010. n.p. Disponível em: <<http://www.fronterad.com/?q=sofia-casanova-en-revolucion-rusa-1917>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

CHINARRO, O. **La huelga de 1917 en Madrid**. Revista Historia 2.0, n. 6, p. 109-131, Dez/2013.

COGGIOLA, O. **Trotsky, a ascensão do nazismo e o papel do stalinismo**. Rebellion, 2017. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/docs/9198.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

DEUTSCHER I. **Trotsky: o profeta desarmado (1921-1929)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Trotsky: o profeta banido (1929-1940)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DÍAZ DEL MORAL, J. **Historia de las agitaciones agrarias andaluzas**. Madri: Alianza, 1967.

DURÁN, J. **Un episodio original en el movimiento obrero extremeño: al núcleo trotskista de Llerena durante la II República (1931-1936)**. In: JORNADA DE HISTORIA DE LLERENA, 1, 2000. Llerena. *Anais...* Llerena: Junta de Extremadura, 2000. p.233-253.

DURGAN, A. **B.O.C. 1930-1936: El bloque Obrero y Campesino**. Barcelona: Laertes, 1996.

_____. **The Spanish Trotskyists and the Foundation of the POUM**. In *Revolutionary History*, v. 4, n. 1-2. Marxists Internet Archive, 2003. Disponível em: <<https://www.marxists.org/history/etol/document/poum/index.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

ENGELS, F. **Sobre a Autoridade**. Marxists Internet Archive, 2005. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/03/autoridade-pt.htm>>. Acesso em: 10 set. 2017.

ESCRIBANO, F. S. **La Huelga general de 1917 em Navarra a través de la prensa**. Revista del Centro de Estudios Merindad de Tudela, Tudela, n. 8, p. 115-128, 1997. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/189731>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

FORCADELL, C. **Parlamentarismo y Bolchevización: El movimiento obrero español 1914-1918**. Barcelona: Crítica, 1977.

GARMABELLA, J. R. **Operação Trotski**. Rio de Janeiro: Record, 1972.

GONZÁLEZ, L. **El trotskismo en España: Las organizaciones troskistas en el estado español desde 1930 a la actualidad**. Madri: Partido Obrero Socialista Internacionalista, 2006.

GUILLAMÓN, A. **Carta a Albert Maso [29-05-1997]**. Revista Balance, n. 5, p. 25-46, Ago/1998.

_____. **Presentacion de la correspondencia entre Trotsky y Nin**. Revista Balance, n. 23, p. 4-12, Jan/2003.

HEYWOOD, P. **El marxismo y el fracaso del socialismo organizado en España, 1879-1936**. Santander: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 1993.

JIMÉNEZ, M. **Sobre La ideología de La Reconquista: Realidades y Tópicos**. In: SEMANA DE ESTUDOS MEDIEVALES, 7, 2002. Nájera. *Anais...* Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 2002. p.151-170.

KAUTSKY, K. **A ditadura do proletariado (extratos)**. In: COGGIOLA, O. (Org.). *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã, 2002, p. 125-127.

LACROIX, H. **Carta ao Secretariado Internacional da Oposição Comunista de Esquerda [30-04-1931]**. In: Revista Balance, n. 23, p. 60-62, Jan/2003.

LENIN, V. I. **Carta ao Congresso: Testamento Político de Lenin**. Marxists Internet Archive, 2006. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1923/01/04.htm>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

_____. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2008.

_____. **Obras Escogidas, Tomo VI (1916-1917)**. Moscou: Progreso, 1973.

LIZ, A. **TRÓTSKI e o seu tempo (1879-1940)**. Madri: Entinema, 2005.

LORENZO, M. **Les anarchistes espagnoles et le pouvoir (1868-1969)**. París: Éditions Du Soeil, 1969.

MARX, K.; ENGELS, F. **La Revolución en España – Artículos**. Moscou: Progreso, 1978.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **A guerra civil na França**. In: SADER, E.; JINKINGS, I. (Org.) *As armas da crítica: Antologia do pensamento de esquerda*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012, p. 122-137.

MAURÍN, J. **El Bloque Obrero y Campesino (Origen - Actividad - Perspectivas)**. Marxists Internet Archive, 2014. Disponível em: < <https://www.marxists.org/espanol/maurin/1932.htm> >. Acesso em: 5 jul. 2017.

MORROW, F. **Revolución y contrarrevolución en España**. Madri: Fundación Federico Engels, 2016.

NIN, A. **A Guerra Civil na Espanha**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

_____. **Andreu Nin. Homes de la terra: segon volum de "Figures de Catalunya"**, Barcelona, p. 5-24, 1935. Entrevista concedida a Domènec de Bellmunt.

_____. **El problema del poder en la revilución española**. Revista Balance, n. 2, p. 23-26, Jun/1995.

_____. **Els moviments d'emancipació nacional: L'aspecte teòric i la solució pràctica de la qüestió**. Barcelona: Editorial Base, 2008a.

_____. **Extracto de la correspondencia de Nin a Trotsky**. In: Revista Balance, n. 23, p. 4-12, Jan/2003.

_____. **La situación política española y la misión de los comunistas**. Comunismo, 1932. Disponível em: < <http://www.ceipleontrotsky.org/La-situacion-politica-espanola-y-la-mision-de-los-comunistas-III-Conferencia-de-la-OCE-1303>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

_____. **Lettre d`U.R.S.S. d`Andrés Nin à Maurin.** Cahiers Leon Trotsky, n. 24, p. 111-115, Dez/1985.

_____. **Los problemas de la revolución española (1931-1937).** Paris: Ruedo Ibérico, 1971.

_____. **¿A dónde va el Bloque Obrero y Campesino?** In *La revolución española: 1930-1937.* Barcelona: El Viejo Topo, p. 75-92, 2008b.

PAGÈS, P. **Andreu Nin: Uma vida al servicio de la clase obrera.** Barcelona: Laertes, 2011.

_____. **El movimiento Trotskista en España (1930-1935): La izquierda comunista de España y las disidencias comunistas durante la segunda república.** Barcelona: Península, 1977.

_____. **La Revolución rusa y la clase obrera en el Estado español (1917-1923).** Revista Vientosur, n. 150, p. 37-45, Fev/2017.

PARTIDO OBRERO DE UNIFICACIÓN MARXISTA. **Qué es y qué quiere el Partido Obrero de Unificación Marxista.** Fundación Andreu Nin. Disponible em: <<https://www.fundanin.org/POUM.htm>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

SAGRA, A. **História das Internacionais Socialistas.** São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

SALOMA, M. **Usos políticos e historiográficos del concepto de Reconquista.** In: *Anales de la Universidad de Alicante: Historia medieval.* Alicante, 2011, págs. 41-65.

SOLANO, W. **Biografía breve de Andreu Nin.** Madri: Sepha, 2006.

_____. **El POUM en la historia: Andreu Nin y la revolución española.** 2. ed. Madri: Los libros de la catarata, 2000.

STALIN, J. V. **XIII Congresso do P.C. (b) da Rússia: Informe de organização do Comitê Central** in “J.V. Stálin – Obras – 6º vol.”. Editorial Vitória, 1954. Disponible em: <<https://www.marxists.org/portugues/stalin/1924/05/28.htm>>. Acesso em 28 setembro 2016.

TOSSTORFF, R. **Andreu Nin como líder del POUM.** Blog Alegría, 2017. Disponible em: <<http://eljanoandaluz.blogspot.com.br/2017/08/reiner-tosstorff-andreu-nin-como-lider.html>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. **Nin i la ISR. Un esbós.** In: ALBA, V. et al. *Andreu Nin i el socialisme.* Barcelona: Universitat de Barcelona, 1998, p. 53-62.

TROTSKY, L. **A História da Revolução Russa: A queda do tzarismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **A Revolução Espanhola – compilação.** São Paulo: Iskra, 2014.

_____. **A revolução permanente.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **Extracto de la correspondencia de Trotsky a Nin.** In: Revista Balance, n. 23, p. 4-12, Jan/2003.

_____. **¿Qué es el centrismo?** La Verité, 1930. Disponible em: <<http://www.ceip.org.ar/Que-es-el-centrismo>>. Acceso em: 17 fev. 2018.

_____. **Sectarismo, centrismo y la Cuarta Internacional.** New Militant, 1935. Disponible em: <http://www.ceipleontrotsky.org/Sectarismo-centrismo-y-la-Cuarta-Internacional#_ftn1>. Acceso em: 17 fev. 2018.

Bibliografia Consultada

ALMEIDA, A. **Revolução e guerra civil na Espanha**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ARÓSTEGUI, J. **La Guerra Civil, 1936-1939: La ruptura democrática**. Madri: Temas de hoy, 1997.

BIZCARRONDO, M. **Araquistain y la Crisis Socialista en la II República: Leviatán (1934-1936)**. Madri: Siglo veintiuno de España Editores, 1975.

BRENAN, G. **El laberinto español: Antecedentes sociales y políticos de La Guerra Civil**. Barcelona: Planeta, 2008.

BROUÉ, P. **Comunistas Contra Stalin: Masacre de una Generación**. Málaga: Sepha, 2007.

_____. **Los Trotskistas en la URSS (1929-1938)**. Marxists Internet Archive, 2009. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/broue/1980/trotskistas_en_la_urss.htm>. Acesso em: 12 set. 2017.

CARRILLO, S.; SÁNCHEZ M. **Partido Comunista de España (P.C.E.)**. Bilbao: Albia, 1977.

CLAUDÍN, F. **La crisis del movimiento comunista: De la Komintern al Kominform**. Paris: Ruedo Ibérico, 1970.

DEUTSCHER I. **Trotsky: o profeta armado (1879-1921)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DURGAN, A. **Revolutionary Anarchism in Spain: the CNT 1911-1937**. Marxists Internet Archive, 1981. Disponível em: <<https://www.marxists.org/history/etol/writers/durgan/1981/xx/cnt.html>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

_____. **Trotsky, el POUM, y los hechos de mayo**. Revista Vientosur, n. 93, p. 57-68, Set/2007.

ENZENBERGER, H. **O Curto Verão da Anarquia: Buenaventura Durruti e a Guerra Civil Espanhola**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ETCHEBÉHÈRE, M. **Ma guerre d'Espagne à moi**. Paris: Denoël, 1976.

GUTIÉRREZ, P. **El debate entre los trotskistas y el POUM**. Edición digital de la Fundación Andreu Nin, 2003. Disponível em: <<https://www.fundanin.org/gutierrez.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

GUILLAMÓN, A. (Org.) **Documentación histórica del trosquismo español (1936-1948): De la guerra civil a la ruptura con la IV Internacional**. Núcleo Germinal, 2014. [e-book]

_____. **La represión contra la CNT y los revolucionarios**. Barcelona: Descontrol, 2015.

HOBSBAWN, E. **Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IBARRURI, D. **Guerra y Revolución en España, 1936 – 1939**. Moscou: Progreso, 1967. 4 v.

LENIN, V. I. **Las Tesis de Abril**. Madri: Fundación Federico Engels, 2004.

MARX, K. **Tesis sobre Feuerbach**. In MARX, K.; ENGELS, F. Ludwig Feuerbach y el fin de la filosofía clásica alemana (y otros escritos sobre Feuerbach). Madri: Fundación Federico Engels, 2006, p. 55-59.

MAURÍN, J. **Revolución y contrarrevolución en España**. Paris: Ruedo Ibérico, 1966.

NIN, A. **El problema del poder en la revolución**. Marxists Internet Archive, 2012. Disponible em: <https://www.marxists.org/espanol/nin/1937/problema_del_poder.htm>. Acesso em: 13 dez. 2017.

_____. **La Cuestión nacional em españa: El problema catalán**. In: PAGÈS, P. Andreu Nin. Una vida al servicio de la clase obrera. Barcelona: Laertes, 2011, p. 445-466.

_____. **Los Soviets: Su origen, desarrollo y funciones**. Marxists Internet Archive, 2006, n.p. Disponible em: <<https://www.marxists.org/espanol/nin/1932/soviets.htm>>. Acesso em: 08 Abr. 2017.

PADURA, L. **O homem que amava os cachorros**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PASTOR, J. **El POUM: De la fusión a la doble derrota y la crisis interna**. Revista Vientosur, n. 93, p. 31-38, Set/2007.

PRESTON, P. **La guerra civil española: reaccón, revolución, y venganza**. Lectulandia, 2014. [e-book]

RAGO, M. **Mujeres libres: anarco-feminismo e subjetividade na revolução espanhola**. Revista Verve, n. 7, p. 132-152, 2005.

RAMÍREZ, C. **Balance de una ruptura: Los socialistas en el gobierno, en la guerra y en la revolución**. Madri: Fundación Federico Engels, 2012.

RAMOS, J. **Los años decisivos: Teoría y práctica del Partido Comunista de España**. Madri: Fundación Federico Engels, 2012.

RANZATO, G. **Lucha de Clases y Lucha Política en la Guerra Civil Española**. Barcelona: Anagrama, 1977.

SALVADÓ, F. **A guerra civil espanhola**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

SANTOS, A. **Marx, Engels e a luta de partido na primeira internacional (1864-1874)**. Londrina: Ed. UEL, 2002.

SOLANO, W. **Révolution dans la guerre d'Espagne (1930-1939)**. Paris: Éditions Syllepse, 2016.

THOMAS, Hugh. **A Guerra Civil Espanhola**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

TROTSKY, L. **A história da Revolução Russa: A tentativa de contra-revolução**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **A história da Revolução Russa: O triunfo dos soviets**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **A revolução desfigurada**. São Paulo: Centauro, 2008.

_____. **A revolução de outubro**. São Paulo: Iskra, 2007.

_____. **A revolução traída**. São Paulo: Global, 1980.

_____. **Dictadura y Revolución**. Marxists Internet Archive. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/escritos/libro5/T08V343.htm>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

_____. **Diário do exílio**. São Paulo: Edições Populares, 1980.

_____. **O programa de transição: Documentos da IV Internacional**. São Paulo: Iskra, 2008.

_____. **Revolução e Contra-Revolução**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

_____. **Writings of Leon Trotsky [1934-1935]**. 2. ed. Nova York: Pathfinder, 1974.

_____. **Writings of Leon Trotsky [1935-1936]**. 2. ed. Nova York: Pathfinder, 1977.

_____. **Writings of Leon Trotsky [1936-1937]**. 2. ed. Nova York: Pathfinder, 1978.

_____. **Writings of Leon Trotsky [1937-1938]**. 2. ed. Nova York: Pathfinder, 1976.

_____. **Writings of Leon Trotsky [1938-1939]**. 2. ed. Nova York: Pathfinder, 1974.

_____. **Writings of Leon Trotsky [1939-1940]**. 2. ed. Nova York: Pathfinder, 1973.

VILAR, P. **La historia de España**. Barcelona: Grijalbo, 1978.

Filmes

LIBERTARIAS. Direção: Vicente Aranda. Platina Filmes, 1996, 1 DVD (125 min.)

MORIR en Madrid. Direção: Frédéric Rossif. Ancinex, 1963, 1 DVD (85 min.)

O ELEITO. Direção: Antonio Chavarrias. Netflix, 2016, longa-metragem (127 min.)

OPERACIÓN Nikolai. Direção: Maria Dolors Genovés, Produção: Ricard Belis. TVE, 1992, Documentário de TV (101 min.).

POR QUEM os Sinos Dobram. Direção: Sam Wood. Paramount Pictures, 1944, 1 DVD (170 min.).

REVOLUCIÓN y guerra civil en España. Direção: Titin Moreira, Produção: Contraimagen. Instituto del Pensamiento Socialista - Karl Marx, 2006, 1 DVD (129 min.)

TERRA e Liberdade. Direção: Ken Loach, Produção: Rebecca O'Brien. TVE, 1995, 1 DVD (109 min.).

VIVIR la utopía. Direção: Juan Gamero, Produção: Joan Guasch. TVE, 1997, Documentário de TV (135 min.).